

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO: UMA  
ANÁLISE DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

LUCIANO MATIAS DINIZ

CURITIBA  
2016

LUCIANO MATIAS DINIZ

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO: UMA  
ANÁLISE DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Mestrado e Doutorado - Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Bernardes Voese

CURITIBA  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Diniz, Luciano Matias

Avaliação de desempenho no setor público: uma análise da alocação orçamentária do Programa Bolsa Família e o desenvolvimento municipal/ Luciano Matias Diniz. - 2016.

116 f.

Orientadora: Simone Bernardes Voese.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Defesa: Curitiba, 2016.

1. Despesa pública - Municípios - Paraná. 2. Programa Bolsa Família (Brasil). 3. Administração municipal – Paraná - Desempenho. I. Voese, Simone Bernardes, 1976-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

CDD 657.61

**"AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL"**

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CONTABILIDADE (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS), E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.



**PROF. DR. ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO**  
**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CONTABILIDADE**

APRESENTADA À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA  
PELOS PROFESSORES:



**PROF.ª DR.ª SIMONE BERNARDES VOESE**  
**PRESIDENTE**



**PROF. DR. MARCOS WAGNER DA FONSECA**  
**MEMBRO**



**PROF. DR. FERNANDO DE BRITO ALVES**  
**MEMBRO**

Dedico este trabalho a minha mãe pelo seu amor, minha guerreira... que me ensinou a amar.

Á minha esposa pelo seu amor, atenção e apoio incondicional.

*“Quem já passou por essa vida, e não a viveu,  
pode ser mais, mas sabe menos do que eu.  
Porque a vida só se dá, pra quem se deu,  
pra quem amou, pra quem chorou, pra quem  
sofreu...”*  
*(Vinícius de Moraes)*

municipal. 2016. Número total de folhas. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2016.

## **RESUMO**

O presente estudo teve por objetivo avaliar a eficiência dos gastos públicos com políticas sociais, comparando a destinação de recursos do Programa Bolsa Família aos índices de desenvolvimento nos municípios paranaenses. Assim foi realizado um levantamento teórico abordando o gasto público e seus impactos, apresentando conceitos acerca do gasto público produtivo, a luz da teoria econômica e social. Trouxe para discussão a avaliação de desempenho de gastos sociais previsto no orçamento e sua relação com a eficiência. De modo a contemplar este objetivo, foi realizado o levantamento dos gastos públicos orçamentários com o Programa Bolsa Família e seus respectivos índices de desenvolvimento nos Municípios do Paraná no período de 2009 a 2013, relacionando-o com o índice de desenvolvimento municipal (FIRJAN). Assim foi possível declarar a eficiência dos municípios paranaenses contemplados na amostra. Para o tratamento dos dados utilizou-se dois modelos estatísticos, a análise envoltória de dados DEA, para mensurar a eficiência dos municípios e suas mesorregiões, e a correlação que declarou a relação entre o repasse do PBF e os índices de desenvolvimento municipal IFDM. Como principais achados este estudo mostrou que São José dos Pinhais (Metropolitana de Curitiba) foi o município mais eficiente da amostra, seguido de Maripá (Oeste Paranaense) e Maringá (Norte Central Paranaense). Mostrando também que a Região Metropolitana de Curitiba, foi a mesorregião mais eficiente do Estado. Comprovou ainda a relação entre repasse do Programa Bolsa Família e a variação dos índices de desenvolvimento municipal, especificamente Saúde e Educação. Por fim mostra evidências que municípios com maior repasse no PBF tendem a ser mais eficientes.

**Palavras-chave:** Avaliação de Desempenho. Eficiência. Programa bolsa Família, Gasto Público.

## **ABSTRACT**

This study aimed to evaluate the efficiency of public spending on social policies by comparing the allocation of resources of the “Bolsa Família” Program on development rates in the municipal districts. So we conducted a theoretical survey addressing the public spending and its impacts, presenting concepts about the productive public spending, the light of economic and social theory. Brought to discuss the performance evaluation of planned social spending in the budget and its relation to efficiency. In order to reflect this objective, we performed a study of budget public spending on “Bolsa Família” and their development indices in Paraná municipalities from 2009 to 2013, relating it to the municipal development index (FIRJAN). Thus it was possible to declare the efficiency of municipal districts included in the sample. For the treatment of the data we used two statistical models, the envelopment analysis DEA data to measure the efficiency of municipalities and their meso, and the correlation that said the relationship between the transfer of the PBF and the municipal development indices FMDI. The main findings this study showed that São José dos Pinhais (Metropolitan Curitiba) was the most efficient municipality of the sample, followed by Maripá (West Paranaense) and Maringa (North Central Paranaense). Also showing that the Metropolitan Region of Curitiba, was the most efficient state mesoregion. Also proved the relationship between transfer of the “Bolsa Família” Program and the variation of municipal development indices, specifically health and education. Finally shows evidence that cities with the highest pass in the PBF tend to be more efficient.

**Keywords:** Performance Evaluation, Efficiency, Bolsa Família, Government Spending



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxo de Pesquisa.....	20
Figura 2 – Composição dos Recursos Públicos.....	40
Figura 3 – Composição do Índice FIRJAN .....	58
Figura 4 – Desenho de Pesquisa .....	64
Figura 5 – Fluxo da Coleta de Dados.....	69
Figura 6 – Desenho Estatístico .....	70
Figura 7 – Fronteira de Eficiência.....	71
Figura 8 – Fluxo do pré-tratamento dos Inputs.....	76
Figura 9 – Desenho estatístico da Correlação .....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Diferença entre modelos DEA (CCR – BCC).....	74
Gráfico 2 – Tratamento da variável Repasse do Programa Bolsa Família.....	79
Gráfico 4 – Concentração das DMU's mais e menos populosas.....	84
Gráfico 3 – DMU's mais eficientes separadas por mesorregiões.....	87
Gráfico 5 – Concentração de municípios por coeficiente de correlação.....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisas publicadas PBF .....	19
Tabela 2 – Amostra estatística .....	67
Tabela 3 – Proporção das Mesorregiões .....	67
Tabela 4 – Correlação ano a ano .....	74
Tabela 5 – Níveis de correlação .....	75
Tabela 7 – Ranking do 10 municípios mais eficientes.....	81
Tabela 8 – Ranking dos 10 municípios menos eficientes.....	83
Tabela 9 – DMU's mais eficientes em cada sub índice .....	85
Tabela 6 – Eficiência por mesorregiões .....	86
Tabela 10 – Resultado dos testes da Hipótese .....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens da Avaliação de Desempenho .....	31
Quadro 2 – Conceitos da Avaliação de Desempenho .....	34
Quadro 3 – Tipos de Receitas.....	38
Quadro 4 – Estudos empíricos - Impactos dos gastos públicos .....	42
Quadro 5 – Principais Programas Sociais no Brasil 1990-2015 .....	50
Quadro 6 – Estudos que utilizaram o Índice FIRJAN .....	59
Quadro 7 – Constructos e Variáveis.....	65
Quadro 8 – Identificação das Variáveis .....	66
Quadro 9 – Variação do Modelo CCR .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCC	Modelo DEA - Charnes, Cooper e Rhodes
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCR	Modelo DEA - Banker, Charnes e Cooper
DEA	Análise Envoltória de Dados ( <i>Data Envelopment Analysis</i> )
DMU	Unidade Tomadora de Decisão
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PBF	Programa Bolsa Família
PPL	Problema de Programação Linear

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	15
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos Específicos.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA.....	18
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	20
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	23
2.1	TEORIA KEYNESIANA.....	23
2.2	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS DA POBREZA.....	27
2.3	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO.....	30
2.4	ORÇAMENTO PÚBLICO.....	35
2.4.1	Recursos Públicos .....	38
2.4.2	Gastos Públicos .....	42
2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	44
2.6	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ÍNDICES DE ACOMPANHAMENTO ..	54
2.7	HIPÓTESES DA PESQUISA .....	60
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	62
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA .....	62
3.2	DESENHO DE PESQUISA.....	63
3.3	CONSTRUCTOS E CATEGORIAS .....	64
3.4	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	66
3.5	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	68
3.6	PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS .....	69
3.6.1	Definição do Modelo DEA.....	71
3.6.2	Correlação das Variáveis.....	76
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	79
4.1	ANÁLISE DA EFICIÊNCIA.....	80
4.1.1	Análise da Eficiência de Todos os Municípios da Amostra.....	80
4.1.2	Análise da Eficiência por Mesorregiões .....	86
4.2	ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS .....	89
4.3	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
5.1	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	102
5.2	RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS .....	103
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICES - ANEXOS .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos econômicos e administrativos, contribuindo na tomada de decisão nas organizações. Quando aplicada a Gestão Pública, a Contabilidade e suas funções básicas de planejamento e controle, auxiliam na missão de atender os aspectos legais do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como na execução e elaboração do orçamento público, tornando-se uma importante ferramenta para promoção de uma gestão pública eficiente.

É através do orçamento público que são estimadas as receitas e fixados os gastos para determinado período, sempre observando os objetivos e metas definidos pelo governo. Pela escassez dos recursos, é necessário que cada valor alocado pelo setor público no orçamento seja contemplado pela eficiência em relação aos seus objetivos, usando o seu fator de regulação econômica, que acontece pela compulsoriedade legal.

No Brasil, a preocupação com a eficiência e a busca pela melhoria na alocação de recursos públicos através do orçamento, vem sendo amplamente discutida pelas bases técnicas e políticas, dada sua relevância e urgência. Neste contexto, é necessária uma reestruturação geral do sistema orçamentário brasileiro repensando a aplicação dos recursos públicos e promovendo a eficiência operacional na alocação de receitas e no nível da execução dos gastos. (PELLINI, 2003)

Através do entendimento acerca da eficiência é possível melhorar os processos, racionalizar os gastos e estruturar a gestão tanto para enfrentar um contexto econômico adverso, como para impulsionar a alavancagem econômica na promoção do desenvolvimento. A luz do processo orçamentário também é possível realizar o controle e a avaliação dos resultados obtidos na execução das ações das políticas públicas através dos seus programas sociais, financiadas com os recursos públicos.

No Brasil, os gastos do Estado com políticas públicas, compreendem um conjunto de políticas sociais criadas para promover o bem estar dos cidadãos, com foco na população brasileira mais pobre, de modo a eliminar consistentemente as múltiplas dimensões de pobreza combatendo a desigualdade social.

Pela grande abrangência que tomaram os programas sociais do governo desde 2003, passaram a refletir no trabalho e no processo de desenvolvimento. O Programa Bolsa Família tornou-se o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil, teve grande repercussão mundial e seu principal objetivo é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de risco.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2004, surgiu do conjunto de ações propostas pelo Programa Fome Zero e pela ideia de promover a transferência de renda para população mais pobre por meio de políticas públicas e programas sociais, impactando diretamente na economia, gerando o bem estar social e retornando, em partes, aos cofres públicos na forma de tributos, encontrando o equilíbrio orçamentário tão abordado pela teoria keynesiana.

O Governo Federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza, exclusão social ou extrema pobreza, com renda per capita entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. A transferência do benefício financeiro procura garantir a população o acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. Considerando que os reflexos gerados pelos programas sociais vão do econômico ao social, da geração de renda a promoção do bem-estar, se intensifica a preocupação com a eficiência na aplicação destes recursos públicos.

Junto a esta crescente alocação dos recursos públicos a programas sociais surge à necessidade de implementar ferramentas que possibilitem acompanhar, mensurar e subsidiar esta gestão de forma dinâmica para que possa responder a questões de complexidade extrema. Neste contexto surge a avaliação de desempenho como um ator principal na geração de informações cruciais dos gastos públicos, em especial políticas sociais, visando o ajuste e a confiabilidade dos objetivos, metas e focos sociais, adequando os processos utilizados aos fins previamente propostos, em sua visão mais ampla, quantificando e qualificando os resultados gerados, identificando assim, seus impactos e efeitos.

A avaliação de desempenho segmentado ao setor público sofre inerentes dificuldades, uma vez que se torna complexo fazer afirmações sobre seu custo benefício, ou mesmo mensurar o alto, ou baixo, valor alocado em programas sociais para salvar vidas, ou oportunizar a jovens o primeiro emprego, estudo



tecnológico, retirar uma família da pobreza e extrema pobreza, etc.

Para medir corretamente um programa social é preciso direcionar a avaliação de desempenho para o impacto causado, medindo as mudanças quantitativas sobre condições de vida de uma população, tendo portando, uma situação de causa-efeito. O impacto medido refere-se aos resultados do efeito da ação de um determinado programa social, considerando o antes e o depois da sua inclusão, estratificando dentro de suas possibilidades, variáveis que não sofrem, ou sofreriam, seus efeitos, esperasse métodos e resultados cada vez mais satisfatórios.

A avaliação de desempenho de um programa social deve dizer não somente se o programa alcançou seu objetivo, mas a forma que isto ocorreu, se o programa teve relevância nesta mudança alcançada. É uma importante estratégia que reforça o conhecimento de elementos colaterais, produzindo informações para futuras intervenções, em um processo dinâmico de inputs e outputs a fim de culminar no processo de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento é a resultante de uma transformação da realidade como unidade formada por elementos que compõem subsistemas integrados com relações de restrições ou constrangimentos e mecanismos de regulação e controle como: economia e sociedade que são subsistemas da totalidade complexa, constituindo uma identidade integrada e organizada, cada um definindo os limites e os condicionantes dos outros.

Este estudo procura apresentar medições acerca dos gastos públicos em programas sociais, em específico o Programa Bolsa Família por estar contemplado em todas as cidades do território nacional, sendo o maior programa social do Brasil e um dos maiores do mundo. Espera-se com o presente estudo, chamar a atenção da sociedade civil, entes públicos e privados, estudantes e da academia para a importância do acompanhamento do gasto público desde sua dotação orçamentária até avaliação desempenho, para verificar se de fato o processo tem alcançado seus objetivos promovendo o bem estar e a qualidade de vida para população.

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Somente em 2014 a execução orçamentária apresentou uma alocação de mais de R\$ 400 bilhões/ano em gastos sociais no Brasil

(CAVALCANTE, 2014). Este montante representa mais de 50% dos gastos totais do governo federal ou ainda alcança impressionantes 9,2% do produto interno bruto. Esta alocação de recursos mostra a importância que as políticas públicas, por meio dos programas sociais, alcançaram no contexto dos gastos para atendimento de demandas sociais específicas.

O gasto público é utilizado pelo Estado para satisfazer suas demandas políticas e constitucionais, a fim de gerar um Estado de bem estar social. Porém apenas o gasto em si pode não causar seu efeito de coberturas destas carências, é necessário que o gasto público seja produtivo, focando cada qual na sua demanda específica. Este aumento da alocação dos recursos em programas sociais tem sido tema de diversas discussões, tentando parametrizar custo benefício, de maneira a encontrar, objetivar e demonstrar a eficiência destes recursos.

Pela sua escassez e, levando em consideração seus objetivos, é necessário que cada valor alocado pelo setor público seja contemplado pela eficiência. Em um primeiro momento a alocação dos recursos acontece pela compulsoriedade legal, como gastos com saúde e educação, com mínimos já pré-estabelecidos que emanam como premissas básicas da no Constituição Federal de 1988, declarando uma vontade maior, coletiva, que busca atender suas funções a que se dispõe. Em um segundo momento esta alocação de recursos é movida pela sua atuação discricionária sobre o orçamento acerca da priorização de suas demandas. Desta forma, tão essencial quanto à alocação de recursos baseados nos princípios que se segue, é priorização do gasto eficiente, de modo a alcançar um melhor resultado.

A inclusão da eficiência como conceito/premissa nos gastos públicos incumbida ao Estado pode ser entendida sob duas perspectivas: primeiro sua função normativa e regulatória trazida deste o Decreto-lei 200/67 que submete ao ente publico a obrigatoriedade da eficiência nos seus atos, e em um segundo momento a Lei 101/2001 LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, que prioriza o gasto público eficiente, obrigando, inclusive, o ente público a avaliar os resultados de todos os seus processos para o alcance dos seus objetivos pré-estabelecidos.

Neste contexto a eficiência do gasto público emerge como ator fundamental para que o Estado cumpra seus objetivos estabelecidos nas leis orçamentárias, realizando essas demandas de forma eficiente.

A mensuração da eficiência torna-se base para tomadas de decisão de novos investimentos, ou ainda, aprimorar, remanejar esforços e até mesmo cessar um programa de governo. Assim, além de estabelecer rotinas que conotem a eficiência a alocação de recursos, tem que avaliar se estes processos estão alcançando seus objetivos com primazia, ou apenas estão contemplando a formalidade das leis que se referem.

Considerando a importância que o governo federal tem alocado aos programas sociais, em especial o Programa Bolsa Família, juntamente com a função legal que recai sobre os gastos acerca da eficiência, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a eficiência da destinação de recursos orçamentários do Programa Bolsa Família em relação aos índices de desenvolvimento nos municípios paranaenses?** Alocando, assim, a eficiência como constructo dominante desta pesquisa, segmentando-a em suas variáveis de modo a integrar a análise da eficiência.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a eficiência dos gastos públicos com políticas sociais, comparando a destinação de recursos do Programa Bolsa Família aos índices de desenvolvimento nos municípios paranaenses e suas mesorregiões.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar os gastos públicos com o Programa Bolsa Família e seus respectivos índices de desenvolvimento nos Municípios do Paraná no período de 2009 a 2013;
- Relacionar os gastos públicos destinados ao Programa Bolsa Família com o índice de desenvolvimento municipal (FIRJAN);
- Analisar a eficiência dos gastos com o Programa Bolsa Família aplicando a metodologia DEA nos municípios e suas mesorregiões;

- Verificar a relação entre o repasse de recursos públicos para o Programa Bolsa Família e a evolução dos índices de desenvolvimento nos municípios paranaenses e em suas mesorregiões;
- Encontrar características populacionais e regionais na relação do programa bolsa família e o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal,

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O orçamento público é uma multiferramenta que agrega informações essenciais para as tomadas de decisão. Além da ótica sob a transparência, controle, equilíbrio e estratégia, ela evidencia o objetivo de determinada gestão, declarando quais são as suas prioridades frente as suas demandas.

Desde o início dos anos 90, com o surgimento do debate em torno da implementação legal de uma renda mínima, tendo, a princípio, alcance a todos os brasileiros, embora muito discutido e aprovado á época, foi a partir de 2003 o Governo Federal do Brasil tem destacado claramente o foco social que das suas políticas públicas. Em 2015 a destinação de recursos públicos envolvidos nos programas sociais como um todo ultrapassa R\$ 400 bilhões de reais, que equivale a mais de 9% do PIB gerado (BRASIL, 2014). No que se refere ao Programa Bolsa Família tal entendimento de grandeza fica ainda mais evidente, pois são 13.7 milhões de famílias atendidas e quase R\$ 28 bilhões de reais em repasse aos seus beneficiários (IPEIA, 2015). Ainda de acordo com o IPEA (2015), em um amplo estudo macroeconômico realizado sobre o Programa Bolsa Família, para cada real investido no programa gera um retorno de R\$ 1,78 para o fluxo a economia perfazendo um efeito multiplicador de R\$ 2.40 sobre o consumo das famílias.

Os investimentos alcançados com o Programa Bolsa Família no Brasil foram reconhecidos mundialmente, tanto que no ano de 2013, o governo brasileiro foi o ganhador do *Award for Outstanding Achievement in Social Security*. Este prêmio é organizado pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA), principal órgão voltada à promoção e ao desenvolvimento da seguridade social no mundo, que atua na produção de conhecimento sobre o tema e no apoio aos países para a constituição e aprimoramento de seus sistemas de proteção social.

Pesquisar, entender e trazer novos dados e perspectivas sobre as variáveis e suas relações do maior programa social do país, e um dos maiores do mundo, por si só, mostra a importância deste estudo. Em uma economia de escassez de recursos, e em retração, o tema eficiência na alocação de recursos gera uma demanda por novas pesquisas acadêmicas, a fim de mesurar, medir e avaliar seus resultados.

Encontrar pontos de referencia entre os municípios paranaenses, estratificados em suas mesorregiões, trará novas perspectivas de entendimento acerca do Programa Bolsa Família e de como esta relação gasto/resultado se corresponde com o desenvolvimento municipal. Uma vez apresentado estes dados e análises, abrem-se novas ramificações para estudos mais específicos, além de possibilitar o acompanhamento da efetividade dos gastos públicos por parte da sociedade civil.

Embora a avaliação de desempenho agregue uma dificuldade inerente na sua mensuração quando aplicada a políticas e programas sociais, esta pesquisa tenta rever este conceito a luz da teoria econômica keynesiana e pós keynesiana operacionalizar ferramentas na geração de informações que subsidiem tomadas de decisões mostrando possíveis benchmarking's a fim de comparar a eficiência das atividades.

Este assunto tem atraído pesquisadores de varias áreas, a fim de contribuir, cada qual com seu olhar específico, para entender os impactos sociais, econômicos, ambientais e estruturais. Pode-se encontrar pesquisas relativas ao gasto público com o Programa Bolsa Família sob várias perspectivas, olhares e tratamentos. Em seu estudo Freire, *et al* (2013) aborda que o Programa Bolsa Família vem sendo estudado por várias áreas de conhecimento, conforme exposto da Tabela 1:

Tabela 1 – Pesquisas publicadas PBF	
<b>Área de Conhecimento</b>	<b>Pesq. Publicadas</b>
Serviço Social	21,3%
Economia	21,3%
Nutrição e Saúde	15,6%
Política Social	13,1%
Educação	9,8%
Administração	6,6%
Sociologia	5,7%
Direito	4,1%
Outras	2,5%

Fonte: Freire et al, (2013)

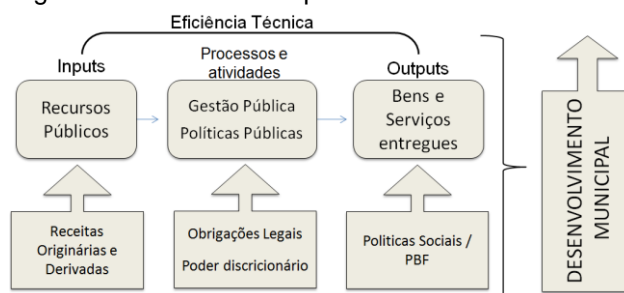
Mostrando assim, que para um assunto tão importante, e ao mesmo tempo tão complexo, são necessárias varias óticas de entendimento para conseguir declarar suas informações.

Neste contexto, esta pesquisa busca interagir áreas correlatas, tais como a Contabilidade, Economia e a Administração, trazendo à pauta de pesquisa temas como gastos, recursos públicos, eficiência e avaliação de desempenho, relacionando a luz de uma teoria econômica, que contextualizou todo um pensamento a partir da década de 30, pós-depressão.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo está delimitado quanto aos dados abordados, quanto à teoria da base e quanto à linha de pesquisa. Aplicando as delimitações teóricas abordadas apresenta-se o seguinte fluxo de pesquisa:

Figura 1 – Fluxo de Pesquisa



Fonte: O Autor (2016)

**Quanto aos dados abordados:** Seguindo a premissa de que bens e serviços são disponibilizados por meio de programas e políticas públicas e sua alocação de recursos, sendo que estes contribuem para o desenvolvimento do município e para a ampliação dos níveis de bem estar e de qualidade de vida da população (COSTA, 2012), o presente estudo procura avaliar a eficiência dos gastos com políticas sociais, em específico os repasses do Programa Bolsa Família, analisando estatisticamente os municípios do Estado do Paraná, estratificados em mesorregiões. Considera a alocação de recursos orçamentários executados do Programa Bolsa Família, levando em conta o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Este estudo terá um corte temporal de cinco anos – 2009 a 2013.

**Quanto à escolha da teoria de base:** Este estudo estrutura-se a luz da teoria econômica keynesiana e pós keynesiana, trazendo essa perspectiva do

gasto público como ator no processo de desenvolvimento econômico, sendo abordado estudos empíricos que contemplam esta relação positiva de alavancagem econômica/social.

**Quanto à linha de pesquisa:** Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa do laboratório de Controle Gerencial das Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós Graduação Mestrado em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Alinhado ao projeto de pesquisa - Avaliação de Desempenho em Organizações que tem como objetivo avaliar o desempenho organizações sob diversas perspectivas e a luz de teorias variadas, visando o diagnóstico do cenário das empresas e melhorias no processo de gestão de organizações públicas, privadas e terceiro setor.

Espera-se assim, estarem contemplados todos os passos necessários a obtenção dos resultados pretendidos acerca do objetivo principal deste estudo que é a avaliação da eficiência dos gastos públicos em programas sociais.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para bem apresentar o estudo, o primeiro passo é a construção de uma introdução que descreva de forma a instigar no leitor a vontade de conhecer o tema, apontando os principais assuntos, contextualizando a aplicação da pesquisa e chamando a atenção para importância do assunto.

A proposta do segundo capítulo apresenta um referencial teórico abordando a Teoria Keynesiana, estendendo este conceito a uma perspectiva acerca da teoria do desenvolvimento e o impacto do elemento pobreza na economia, a Avaliação de Desempenho no Setor Público, seus conceitos sob a ótica de vários autores, sua importância e aplicação. Também foram levantados aspectos do Orçamento Público, recursos e gastos públicos e suas principais características. Para finalizar o segundo capítulo é apresentado um levantamento bibliográfico sobre políticas públicas, programas sociais e o Programa Bolsa Família, construindo embasamento teórico empírico acerca das várias abordagens propostas. Assim este capítulo se encerra com a declaração das premissas a serem consideradas e as hipóteses a serem testadas.

O terceiro capítulo aborda as questões metodológicas descrevendo

a forma com que o trabalho foi concebido, seus pressupostos, o delineamento da pesquisa, suas etapas, método e técnicas para coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, os atores e sua inter-relação no processo, a forma com que os recursos são destinados ao Programa Bolsa Família e os reflexos destas ações no processo de desenvolvimento dos municípios.

Finalmente na quinta e última parte do trabalho são apresentadas as considerações finais com uma análise de todas as informações levantadas durante o estudo bem como as conclusões alcançadas, as discussões e as limitações do estudo atentando para as possibilidades de estudos futuros.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo aborda neste capítulo conceitos e discussões sobre: a Teoria Keynesiana, investimentos sociais e o impacto dos gastos públicos no processo de desenvolvimento; a Avaliação de Desempenho, sua importância, aplicação no setor público; o Orçamento Público e a relação dos recursos e gastos; as Políticas Públicas e sua aplicação através dos programas; E finalmente o Programa Bolsa Família e seus reflexos nos índices de desenvolvimento.

Através da construção deste referencial teórico, torna-se possível consolidar um pensamento crítico para compreender o funcionamento do processo de avaliação de desempenho e assim analisar a aplicação dos recursos ao Programa Bolsa Família bem como seus reflexos no desenvolvimento municipal.

### 2.1 TEORIA KEYNESIANA

John Maynard Keynes, Economista britânico, liderou uma revolução no pensamento econômico durante a grande depressão pós 1929. Neste período a teoria existente não explicava as causas do colapso econômico mundial. Já o principal ponto da teoria de Keynes, está na afirmação de que a demanda agregada, medida como a soma dos gastos das famílias, das empresas e do governo, é uma força muito importante em uma economia. Para Keynes o livre mercado não tem mecanismos de auto equilíbrio, justificando assim, a intervenção do governo por meio de políticas públicas que visem atingir o pleno emprego e a estabilidade econômica. (PAPAGEORGIO, 2014)

Para estimular a demanda agregada, Keynes argumenta que o Estado deveria implementar uma política de juros baixos, investimentos em obras públicas, geração de empregos e renda, sendo, neste contexto, o Governo, ator principal a fim de assegurar o equilíbrio incompreendido pelo sistema, viabilizando meios de investimentos pelo primeiro setor, para evitar a estagnação, não só de forma paliativa, mas também a longo prazo (DE SOUZA, *et al* 2009).

O Estado assume a função explícita de regulador dos conflitos, estabelecendo consensos capazes de “promover a redistribuição da riqueza e a estabilização das expectativas dos trabalhadores e das classes médias e fazer de tal promoção uma alavanca de desenvolvimento do próprio capitalismo” (GENRO,

1999, p. 101-102).

Esta proposta de Intervenção estatal na economia, esta fundamentada em dois pilares conceituais básicos. O primeiro traz a eficiência, legal e compulsória, de um sistema de tributação das rendas das pessoas físicas e jurídicas, já consolidadas pelo Estado. O segundo é a capacidade do mesmo em transferir estes recursos para os devidos setores, conforme sua demanda econômica ou social. Nesse sistema o Estado assume esta função de gestão e orientação dos recursos globais, adquirindo então um caráter regulador e intervencionista, envolvido com a garantia, a administração e o financiamento do seguro social e de atividades a fim, gerando de forma agregada o bem estar social. (BOBBIO, *et al*, 1998).

Segundo Afonso (2010) na formulação de sua teoria, Keynes trabalha com claros, e diversos, conceitos da contabilidade pública, dando especial importância aos programas de investimento com retorno econômico social, pois são estes que geram fluxos de caixa futuros que compensariam, caso existissem, os déficits presentes.

A continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pensado por Keynes, conceituado por Favero (2003), seria dependente de uma correta intervenção política/econômica do Estado, que deveria se incumbir de controlar algumas variáveis e até mesmo aumentar o gasto público.

Para Keynes era fundamental aliar a eficiência econômica à liberdade individual, levando em consideração à justiça social (ARANHA e MARTINS, 1994), como forma de respostas aos problemas apresentados pelo liberalismo, já atendendo as demandas dos trabalhadores por direitos sociais. (ROTTA, 2007)

Silva (2005), destaca que a teoria keynesiana defende a associação da crise econômico-social ao nível da “demanda agregada”. Assim, com a falta de motivação econômica dos agentes privados, que promoveriam os investimentos, o Estado poderia/deveria atuar e desenvolver um importante papel por meio das políticas macroeconômicas.

Já para De Oliveira (2008), a doutrina keynesiana, tem como definição a ideologia política de defesa do pleno emprego como objetivo maior desta gestão de intervenção econômica, com uma abordagem estratificada e direta, onde a “mão invisível do Estado” deve estimular a demanda privada de forma específica, seja por meio de políticas macroeconômicas, fiscais e de rendas.

Em todo este contexto econômico Keynes trata da “socialização algo ampla dos Investimentos” em algumas recomendações que assegurem uma situação próxima do pleno emprego, não pensando na mudança para o sistema socialista, mas como uma ação de forma a impedir a queda da atividade econômica, assim explana que esta atitude deveria contemplar a combinação de elementos:

Eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. O primeiro precisa de crítica, precaução e conhecimento técnico; o segundo, um espírito não egoísta e entusiasta que ame o homem ordinário; o terceiro, tolerância, amplitude de conhecimento, apreciação da variedade e da independência, que prefere, sobretudo, oferecer oportunidade progressista ao excepcional e ao aspirante. (Keynes, 1992).

Para Corrêa (2013), a simples alocação de recursos, que mostra um princípio de diferenciação e principalmente de mobilização, não caracteriza a política econômica keynesiana. Seus objetivos devem ser mais profundos como forma de incentivo para a real demanda efetiva, realizando expectativas privadas, estes sim, atores capazes de influenciar diretamente os principais indicadores de uma economia, o emprego e o aumento da renda e da riqueza.

Para não deturbar o pensamento keynesiano, cabe ressaltar que Keynes nunca defendeu a tomada da economia pelo Estado como um todo, pelo contrário, esta intervenção acontece de forma pontual em momento de crises, e como forma de atenuação da desigualdade social. Keynes tinha sua base voltada ao capitalismo, e sua teoria foi uma forma de dar respostas e sequencia ao capitalismo, e não de implantação de um novo sistema como o socialismo (MACHADO, 2001).

É preciso se atentar que o entendimento de Keynes era dar vasão a ciclos de crises, que era muito próprio do capitalismo, e usava esta intervenção para consolidar o livre mercado, contextualizando que o Estado deve atuar de forma a garantir processos de crescimento mostrando uma abordagem macroeconômica.

Não se trata de uma competição descabida entre o Estado e o mercado, muito menos de substituição pelo Estado da economia ou do empresário, apenas de uma necessária complementação a um sistema de mercado, que por si só não é capaz de gerir e resolver todos os problemas, trazendo a eficiência geral da economia (STIGLITZ; GREENWALD, 1986)

Embora fique inerente a figura do Estado como regulador

econômico, esta ideia traz de forma implícita, a obrigação deste Estado em conseguir um bem-estar generalizado e protecionista na questão social. O Estado social surge para dissolver as deficiências de seguridade e de bem-estar evidenciado pelo Estado liberal. (ROTTA, 2007). A “equação keynesiana” se apresenta na tentativa de agregar este crescimento econômico com equidade social (ROSANVALLON, 1997).

Para Sicsú (2015), na teoria Keynesiana, o governo deve possuir um orçamento totalmente planejado e muito bem estruturado para que possa ter condições de implementar uma política fiscal contra cíclica (*intra crise*), prevendo oscilações inerentes a economia.

Este orçamento deve ser organizado com duas partes: Primeiro o Orçamento Corrente composto por gastos relativos ao funcionamento do Estado, que como forma estabilizadora da própria saúde financeira do governo, deve estar em equilíbrio constante, assim embora possam existir excepcionalidades ao fim do período o orçamento deve alcançar esta equidade. E por fim, um orçamento que contemplasse as despesas de capital, os investimentos, que em ultimo caso poderia ter um déficit, também momentâneo, uma vez que a ideia principal da teoria era manter o pleno emprego. (KEYNES, 1992). Neste sentido a teoria Keynesiana sugere a manutenção do alinhamento econômico sustentado pelos gastos de capital, os investimentos.

Reis (2008) argumenta que se o investimento é a variável considerável neste processo de desenvolvimento, o gasto público em sua especificidade o investimento, constitui parcela importante sendo essencial para acompanhar e conduzir o ciclo de crescimento da economia.

A teoria keynesiana considera que o gasto publico, por meio de investimentos, tem o mesmo impacto sobre a demanda agregada, e seus níveis de atividades, que os investimentos realizados por investimentos dos setores privados. Cada valor efetivamente gasto pelo Estado torna-se uma renda que recebe como contraponto bens e serviços.

Parte desta renda é transformada em poupança e a outra em gastos de consumo, este ultimo que irá impactar no sistema como um todo e apresentar resultados aos objetivos requeridos. Os beneficiários, com sua renda maximizada pelo gasto público, tende a ampliar seus próprios gastos de consumo, inclusive com novos investimentos, impactando de forma generalizada em seus fornecedores

direto e indiretos, transmitindo assim esse impulso de crescimento da demanda para seus fornecedores, formando um ciclo operacional na economia de modo a reestabelecer a equidade. (CARVALHO, 2008)

Keynes chama este processo de indução de gastos de consumo de efeito multiplicador, para que se pudesse ter um parâmetro e diagnosticar o impacto deste gasto na economia. Como este gasto público induz muitos outros gastos adicionais de consumo o total auferido pela intervenção do Estado sempre será menor que a deficiência encontrada, uma vez que contará com um aumento na demanda de consumo direta e indireta.

Jenson (2011), aborda que na teoria Keynesiana, assim como nos Estados sociais, esta gestão de investimentos do governo relacionados com as questões sociais deve garantir um nível de proteção e segurança, estimulando a demanda efetiva e, por consequência, o crescimento econômico no período de crise e desemprego, ou o momento que o antecede. Ou seja, espera-se deste investimento um apoio de alavancagem da economia, ao mesmo tempo em que apoie os indivíduos e as famílias.

Fica claro então, que, do gasto publico, emergem muitas outras funções além de causar a demanda agregada pensada por Keynes. É possível aliar as demandas econômicas do Estado com as necessidades sociais, aliando o crescimento econômico ao desenvolvimento econômico.

## 2.2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS DA POBREZA

Após a década de 30 o continente europeu desenvolveu uma ramificação de potencialização do Estado aliado a forte aliança política econômica e social. Enquanto a teoria keynesiana procurava estimular a economia por meio do aumento dos gastos públicos, deu-se inicio a uma rede de proteção social – programas de emprego de mão de obra, políticas de assistência familiar, projetos habitacionais, sistemas de auxílio financeiro, programas de saúde etc. – com o intuito genérico de esmorecer os conflitos sociais. Ambas as políticas públicas impactaram positivamente e estimularam a demanda efetiva, potencializando a produção, trazendo de forma mais satisfatória o crescimento econômico (PAIVA E LOBATO, 2011)

Segundo Gomez (2006), este contexto econômico passou a ser

conhecido como *welfare state* (*Estado de bem estar social*), podendo ser conceituado como um agregado de serviços e benefícios sociais promovidos pelo Estado de alcance amplo, a fim de harmonizar o crescimento econômico, latente do próprio mercado, e ao mesmo tempo atendendo uma demanda social que possam enfrentar, a níveis aceitáveis, os efeitos excludentes de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida.

Nas décadas seguintes entendiam-se como sinônimos o crescimento e desenvolvimento econômico. Com a influencia de Schumpeter (1911), Baran (1969), entre outros, tornou-se mais amplo este conceito, trazendo ponderações como mudança social e econômica ao seu escopo, identificando assim uma reflexão que remete a conceitos distintos acerca do crescimento e desenvolvimento econômico. Porém este pensamento, ainda que mais amplo inerente a esta nova reflexão, tinha suas bases em pensamentos ideológicos, muitas vezes alicerçadas em análises teóricas/empíricas precárias. (CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO, 2006)

Foi a partir de 1990 com o advento do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, que a teoria do desenvolvimento apartou-se dos conceitos macroeconômicos de Keynes para então enfatizar os parâmetros microeconômicos do processo de desenvolvimento, compreendendo que as questões de decisão no micro nível são significantes para o crescimento econômico agregado ao desenvolvimento. (BARDHAN; UDRY, 1999)

Outros pensamentos foram agregados a ideia do desenvolvimento econômico de forma geral, sendo que a partir de meados dos anos 90 era claro o entendimento que o Estado tinha que atuar de forma a proporcionar não só o ideal estágio de crescimento de fato, mas que isto fosse realizado de forma sustentável, impactando inclusive, em conflitos de caráter social.

Para Bresser (2011), a divisão ideológica sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico é uma discussão que não se sustenta, pois quando ocorre o crescimento econômico, acarretando em uma elevação na renda per capita, mais cedo ou mais tarde, irá influenciar nas estruturas básicas da economia, encontrando assim uma interdependência das bases tecnológicas, econômicas, culturais e institucionais.

Em um pensamento econômico mais ortodoxo esta distinção de conceitos ocorre muito mais por uma questão de ligação conceitual, onde o

crescimento econômico é predito de privilegio elitizado e o desenvolvimento econômico traz elementos sociais intrínsecos, alimentando, assim, sua distribuição. BRESSER (2011).

Neste contexto o economista Amartya Sen é, portanto, radical quando atribui a essência do desenvolvimento questões qualitativas como expansão das capacidades humanas e aumento da liberdade. O nome de Amartya Sen (1999) está fortemente ligado a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde concede uma equação de desenvolvimento agregando a participação social na economia.

Para Furtado (1966), o desenvolvimento não pode ter seu foco apenas como perspectiva macroeconômica, mas como um processo que busca atender acesso a questões sociais, estimulando a criatividade humana e acatando necessidades coletivas. Neste contexto o simples ato alocação de recursos para investimentos não corrobora com um ambiente de mudança social coletivo. O autor ainda complementa que essa mudança acerca do desenvolvimento é movimentada pela expressão política, assim, um processo intervencionista é necessário para retirar da inercia uma situação social coletiva.

Segundo Barreto (2005), o crescimento, ou desenvolvimento, econômico encontra seu sentido quando, gerado pela distribuição, mostra um processo de diminuição da desigualdade e combate a pobreza.

Suplicy (2002), em seu livro Renda de Cidadania: A saída é pela porta, traz vários olhares sobre problemas que a desigualdade, e em específico a pobreza, gera na economia. A pobreza faz com que milhares de pessoas não participem ativamente da economia, gerando um importante fator limitador, corroborando, inclusive referenciando, estudos de Friedman (1962), em especial o livro “Capitalismo e liberdade”, onde diz que é necessário haver um processo de distribuição de renda, sugerindo a criação do Imposto de Renda Negativo, como a melhor forma de impactar positivamente no crescimento econômico, tratando este fator limitador, gerado pela desigualdade, como causa restritiva do crescimento econômico.

Suplicy (2002), alicerçado por tantos outros estudos como Friedman (1962), Paine (1974), Piketty (1997), Ackerman e Alstott (1999), Sen (1999), propõe a importância da efetivação de um processo de renda mínima no Brasil, conceituando questões sociais e humanas, como autonomia e liberdade de

escolha, participação econômica e dignidade humana.

Nestas perspectivas apresentadas, para que de fato encaminhe o processo de desenvolvimento, é necessário que a população tenha acesso a esta intervenção estatal, gerando não só um Estado de crescimento econômico, mas que este processo seja constituído de oportunidades múltiplas focados em questões qualitativas econômicos/sociais, possibilitando ao indivíduo capacidade de escolha.

Como forma de acompanhar e entender este processo da intervenção estatal econômico social, e, levando em conta todas estas questões qualitativas abordadas neste tópico, torna-se necessário lançar mão de ferramentas de gestão e controle que sejam capazes de mensurar e avaliar os impactos por eles causados.

### 2.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO

A avaliação de desempenho de qualquer processo é uma forma de proporcionar a melhoria contínua e dinâmica operacional (Giacomello, 2014). É necessário então validar procedimentos de gerenciamento das atividades e indivíduos para que decisões eficientes sejam sempre tomadas. Para que esta avaliação seja realizada, em conjunto com os interesses estratégicos de uma organização, é necessário utilizar indicadores de desempenho como forma de complementar esta ferramenta.

Para Brandão e Silva (2008) a avaliação de desempenho é a ciência que se dedica a medir, avaliar e mensurar fenômenos e processos. Já Minayo (2005) tem uma definição mais limitada quando diz que a avaliação de desempenho é o “conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados”, dando ênfase assim, ao aspecto científico desta ferramenta.

A definição apresentada por Trevisan e Bellen (2008), mostra a avaliação de desempenho relacionada a mensuração de valor em um sentido mais amplo, onde o objetivo da avaliação de desempenho é construir efeitos dinâmicos e concretos, a fim de produzir informações tanto para controle como para subsidiar tomadas de decisões. Hartz (2006) alerta para o fato que as experiências anteriores e os dados históricos, devem ser considerados em uma expectativa de melhoras



futuras, importando conhecimentos de potências e impotências nos processos mensurados, verificado por meio de sua eficiência e eficácia em relação aos objetivos propostos.

Para Mokate (2002) a mensuração no acompanhamento do cumprimento de um plano pré-estipulado como medidor do alcance de seus objetivos é um conceito amplamente aceito da avaliação desempenho.

Conforme o Departamento de Avaliação das Operações do Banco Mundial (2004) a avaliação de desempenho mensura resultados e impactos separando-os, inclusive, das externalidades. Mostram ainda, se o emprego de valores se justificam, melhorando a função de gestão presente e futura, que embora possa parecer uma busca fria por resultados, expressa o gerenciamento de processos, planejamentos e fins.

Como descrito no Quadro 1, Shigunov Neto (2000) apresenta a divisão dos pensamentos da administração, quanto a avaliação de desempenho, em sete abordagens, cada qual com seu foco:

Quadro 1 – Abordagens da Avaliação de Desempenho

<b>Abordagem Clássica:</b> Administração Científica de Taylor e Teoria Clássica Fayol	A avaliação de desempenho naquele momento tinha como ênfase as tarefas
<b>Abordagem Humanística:</b> Teve como precursor Elton Mayo	Aspectos psicológico e o ambiental como influenciadores no desempenho
<b>Abordagem Neoclássica:</b> composta por duas fases. Peter Drucker	1º Fase: Resultados, os objetivos e o ecletismo; 2º Fase: Administração por Objetivos e elaboração de planos e metas
<b>Abordagem Estruturalista:</b> Surge com a Teoria Burocracia de Max Weber	A avaliação de desempenho naquele período contemplava a execução do trabalho e as condições organizacionais.
<b>Abordagem Comportamental:</b> Composta por duas teorias: Comportamental e Organizacional	Nesta abordagem a avaliação de desempenho considerava os aspectos psicológicos, a motivação, a organização, o ambiente e os grupos de trabalho.
<b>Abordagem Sistêmica:</b> Composta pela Teoria Interdisciplinar	Elementos da organização e do trabalho, minimizando a importância do homem nesse contexto
<b>Abordagem Contingencial:</b> Surge com as pesquisas de Chandler, Burns e Stalker, Woodward e Lawrence e Lorsch.	Contemplavam aspectos das teorias tecnicistas e humanísticas.

Fonte: Dias, *et al* 2003

Conforme colocado por Dias *et al* (2003) fica caracterizado que a avaliação de desempenho obteve vários focos e abordagens utilizadas pela ciência da administração. Porém foi a partir de 1945, fim da Segunda Guerra Mundial, que esta ferramenta ganhou contornos gerenciais, sendo utilizados cada vez mais por organizações em todos os estágios e processos.

Em seu estudo Finkler (2013), aborda a importância de diferenciar a avaliação de desempenho em dois focos distintos: Avaliação de processo e de Impacto, na primeira perspectiva a avaliação de processo visa acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos previamente estipulados, como algo inerente ao próprio desenvolvimento do que há de se avaliar diferencia-se em avaliação de eficácia e de eficiência. Esta modalidade se tipifica por trabalhar com os meios escolhidos para o alcance dos objetivos, parciais e finais. Contudo estes estudos avaliam a necessidade de separar este conceito de avaliação de processos com o monitoramento constante de projetos e programas, esta última utilizada como ferramenta aplicada durante a execução. Já o foco da avaliação de impacto são os efeitos produzidos pela implantação do projeto/programa.

Neste entendimento, a avaliação tem uma abordagem ampla, mensurando resultados para além dos beneficiários diretos desta intervenção. São abordados ainda, dois pressupostos norteadores para que seja descrita avaliação. Primeiro que a mudança ora avaliada esteja contemplada, implícita ou explicitamente do projeto/programa. Por fim, o segundo pressuposto é o que faça parte deste contexto uma relação causal entre o projeto e a mudança avaliada (causa-efeito). Este contexto corrobora com os estudos de Finkler (2013), Adulis (2002), Carvalho (2003) e Cohen e Franco (1999). Assim, é possível avaliar causas e efeitos que se relacionem, que tenham afetividade de conceito, ou de processo, a fim de evitar uma relação espúria.

Acompanhando os relatos quanto a evolução da avaliação de desempenho, nota-se que esta ferramenta era típica do uso do setor privado, até mesmo como forma da busca incessante do melhor lucro sobre o capital investido, o que não aconteceu com o setor público, que por muito tempo não considerava aspectos gerenciais na sua forma de gestão. Entende-se então, que o setor público, em um primeiro momento, na sua regra, cumpre e obedece suas funções legais (PEREIRA 2014)

Mauger et al (2011) destacam este contexto de implementação da avaliação de desempenho pelo setor público apenas na história recente, e que esta ferramenta está divididas em diversos níveis de maturidade, desde avaliações simples até as mais complexas.

Para Taticchi e Balachandran (2008) a avaliação de desempenho foi introduzida no setor público como resposta as inúmeras necessidades que o Estado tem de uma alocação de recursos com eficiência. Portanto, conforme surge a necessidade, novos modelos e métodos do uso desta ferramenta também são implementados. Com esta variação e evolução dos métodos, gera atração de novas pesquisas científicas diversificando este tema, novos focos e abordagens que trazem a importância deste tema estar inerente ao Estado. Assim, esperasse métodos e resultados cada vez mais satisfatórios.

Segundo Carvalho (2003) o uso da ferramenta de avaliação de desempenho não deve ser necessariamente alocada ao processo pelo órgão executor. Sua aplicação pode ter abordagem tanto na macroeconomia como na maximização de benefícios e na minimização dos custos, trata-se de uma vertente sociológica na propensão de elaboração de diagnósticos, reconstrução de processos sociais.

Segundo Wholey *et al* (2010), a avaliação de desempenho pode, e deve, ser voltada a programas sociais pois é uma importante estratégia que reforça o conhecimento de elementos colaterais, produzindo informações para futuras intervenções, em um processo dinâmico de inputs e outputs a fim de culminar no desenvolvimento sócio econômico.

Este instrumento valoriza a informação na tomada de decisão, inclusive para determinar a manutenção, variação e até o termino do programa avaliado. Uma vez que também apresenta uma perspectiva de mensuração voltada para programas, como um instrumento alternativo para avaliar a eficiência de forma organizada e desenvolvida em várias referências (MURTA *et al*, 2005). É importante que esta medição tenha um caráter externo para que possa avaliar amplamente o alcance dos objetivos, e seus impactos alcançados, em relação ao que foi proposto.

Devido a complexidade que esta ferramenta alcança dentro das necessidades do setor público, existem vários conceitos acerca da avaliação de desempenho, porem não são excludentes conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2 - Conceitos da Avaliação de Desempenho

Antunes (2001)	Determinação direta da relevância, efetividade e impacto.
Rossi et al (2004)	Coleta, análise, interpretação e comunicação das informações.
Worthen et al (2004)	Identificação, esclarecimento, promoção de critérios para determinar o valor/qualidade, utilidade, eficiência/eficácia do objeto valorado em razão dos seus critérios.
Posavac e Carey (2003)	Determinação da necessidade e sua utilização, se é suficiente para suprir as necessidades, é oferecido como planejado, consegue-se atingir o objetivo a um menor custo e se tem efeitos não desejados.

Fonte: Adaptado de COSTA (2012)

Souza (2013) chama a atenção para fato que a avaliação de desempenho de um programa social deve dizer não somente se o programa alcançou seu objetivo, mas a forma que isto ocorreu, se o programa teve relevância nesta mudança alcançada. Tem de se parametrizar de tal forma que possa dizer com clareza que esta mudança, este impacto ocorreu pela inserção deste ou aquele programa.

Para medir corretamente um programa social é necessário alocar a avaliação de impacto sobre o mesmo. Quando se direciona a avaliação de desempenho para o impacto causado espera-se mudanças quantitativas sobre condições de vida de uma população, tendo portando, uma situação de causa-efeito. Neste contexto o impacto medido refere-se aos resultados do efeito da ação de um determinado programa social, considerando o antes e o depois da sua inclusão, estratificando dentro de suas possibilidades, variáveis que não sofrem, ou sofreriam, seus efeitos (SOUZA, 2003).

Este método de avaliação dos impactos é abordado na tese de Mourão (2004), na afirmativa de que essas análises permitem diagnosticar se o programa social provocou seus efeitos propostos. Corroborando assim com Rosse e Freeman (1989) que recomendam este método de mensuração a programas sociais que estão sempre em um contexto de debates políticos sociais e necessitem de provação de seus fins.

Toma-se como premissa, que se um determinado programa de governo esta sendo avaliado com ênfase no seu impacto, é por que o mesmo foi discutido, planejado e executado. Desta forma é necessário considerar que todo

programa de governo realizado por meio de gastos públicos é subsidiado por uma lei orçamentária que a identifique em suas especificidades.

## 2.4 ORÇAMENTO PÚBLICO

No Brasil a preocupação com o orçamento público é contemplado desde a sua primeira Constituição, que foi aprovada em 1824, nesta ocasião as despesas públicas nas repartições e ministérios obrigatoriamente deveriam ser apresentadas à Câmara dos Deputados juntamente com todas as contribuições e receitas públicas. Mais de um século se passou e somente a partir de 1964, com a Lei Federal nº 4.320, que foram instituídas mais especificamente as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios.

Posteriormente na Constituição Federal, Brasil (1988), em seus artigos 165 a 169 foram estipuladas as normas para reger o Orçamento Público em seus aspectos gerais, especificando a necessidade da administração pública traçar objetivos, metas e de se fazer controle e avaliação dos resultados das ações do governo realizadas com recursos públicos.

Outro marco foi a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) instituída pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, que acrescenta dispositivos que dizem respeito à elaboração e à aprovação do orçamento e que devem ser observados. Originado na necessidade de combater o déficit público, inicialmente por força da pressão dos organismos internacionais, obtendo em seguida, no entanto, forte apoio popular, o que resultou em aprovação majoritária no Congresso Nacional (PELLINI, 2003).

Esse novo enfoque coincidiu com a fase de expansão das atividades estatais. Até então, o Estado se incumbia da defesa externa e da segurança interna, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social, da distribuição da justiça, das relações internacionais e de alguns serviços mais importantes, para que pudesse promover o bem comum (PELLINI, 2003).

Através desta breve retrospectiva ao longo da história, é possível compreender que houve expansão das atividades estatais que trouxe a preocupação com a boa aplicação dos recursos públicos. O orçamento deixou de ser apenas lei de impostos, passando a ser, um plano de ação governamental.

O Orçamento Público é considerado uma ferramenta de planejamento e execução financeira e gerencial, sua aplicação é obrigatória e tem por objetivo garantir a aplicação correta dos recursos públicos. Esta ferramenta possibilita ao governo estimar as receitas que poderá arrecadar bem como a fixação dos gastos públicos que precisa realizar durante o período, integrando em seu plano de ação suas políticas públicas e programas sociais. (DOS SANTOS *et al*, 2014)

Segundo a definição de Machado (1962), “O orçamento é um plano que expressa em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa”.

Quanto às suas funções, é fundamentalmente um instrumento de administração, auxiliando o Executivo nas etapas de programação, execução e controle do processo orçamentário. A programação veicula a proposta de trabalho do governo (objetivos e metas), na medida em que o Orçamento é executado, sendo que o controle, inclusive político, por meio da atuação do Poder Legislativo, verifica a adequação dos meios utilizados, tanto físicos e financeiros, aos objetivos e metas perseguidos. (DE ABREU; CÂMARA, 2015)

O Orçamento brasileiro constitui-se de três importantes dimensões: a jurídica, econômica e política, que são conceituadas por Bezerra (2007):

Na dimensão jurídica: o orçamento público é uma lei em todos os sentidos, no tocante à realização de despesas e à arrecadação de receitas. A segunda dimensão é a dimensão econômica. Por meio do Orçamento, o governo redistribui os recursos arrecadados da sociedade. Nesse sentido, ele é o principal instrumento para a viabilização das políticas públicas de distribuição de renda. A terceira é a dimensão política – está caracterizada no processo de elaboração, aprovação e gestão do Orçamento, na medida em que são incorporados necessariamente interesses conflitantes da sociedade.

Na elaboração e aprovação do orçamento público ocorre o processo legislativo de discussão, emenda, votação e sanção presidencial, é neste momento que cada sociedade define suas prioridades e os meios para alcançar os objetivos e metas definidos em termos de utilização dos recursos públicos.

Conto (2008) ressalta também que a Administração Pública deverá manter um sistema de custos permitindo a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, traz-se um novo enfoque à gestão pública, seu objetivo está em garantir a possibilidade de se apurar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos e adoção da ação planejada.

Para atender estas exigências os gestores públicos contam com três ferramentas distintas que definem a estrutura do planejamento orçamentário em três modos: O Plano Plurianual (PPA), tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é responsável por, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte; e a Lei Orçamentária Anual (LOA) tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Sobre este assunto GONTIJO (2004) afirma que “a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere” Em suma integração do PPA, da LDO e da LOA implica na agregação do gasto público, possibilitando o acompanhamento e a avaliação dos resultados, garantindo, transparência, controle, responsabilização e o equilíbrio das contas públicas.

A correta execução do orçamento público norteia as ações do governo para que sejam realizadas de acordo com a sua capacidade financeira, direcionando, assim, as finanças à manutenção ou alcance do tão desejado equilíbrio das contas públicas.

Conto (2008), ressalta que a aplicação do orçamento público como instrumento de planejamento, mais do que uma exigência formal, é fundamental para condução da Administração Pública, pois quando utilizados adequadamente favorecem à aplicação dos recursos públicos sejam eles, humanos, financeiros ou físicos com qualidade e eficiência, visando bons resultados e o menor custo pelos gestores públicos.

O processo orçamentário segue seu ritual legal onde suas peças já executadas são aprovadas pelo poder legislativo, apurando as considerações de órgãos de controle como o tribunal de contas, no entanto, a aprovação das contas normalmente garante que não houve o uso indevido dos recursos públicos, não permitindo, porém, analisar se esses recursos foram bem aplicados. Ou seja, no Brasil é utilizado como métrica a apuração do resultado econômico para analisar o nível de gestão dispensado aos recursos. (DE ABREU; CÂMARA, 2015)

Diamond (2002) afirma que, “uma das reformas institucionais mais

importantes é a reestruturação do sistema orçamentário promovendo a eficiência da prestação de serviços públicos, mediante procedimentos que ofereçam incentivos para aumentar a produtividade”. Nesse contexto, torna-se cada vez mais necessário o fornecimento de maiores incentivos para que os gestores públicos se concentrem na possível melhoria da aplicação dos recursos públicos promovendo a eficiência operacional na alocação de receitas públicas e no nível da execução dos gastos nos programas governamentais.

Dentro destes mandamentos legais, leis orçamentárias, estão tipificados os recursos a serem arrecadados, bem como sua alocação, que se dará de maneira a atender demandas diversas. Assim é necessário que o Estado gerencie estas atividades de arrecadação e alocação de recursos atendendo as obrigatoriedades legais, como saúde e educação, mas também use o seu poder discricionário para alcançar os objetivos propostos.

#### 2.4.1 Recursos Públicos

Para Martins, *et al* (2015), o Estado incorpora um sistema de arrecadação de recursos amplo, necessários para a administração pública cumprir seus objetivos, sendo denominados de receitas. Tais parâmetros estão tipificados junto a lei 4.320/64 em seu artigo 11, alterado pelo decreto-lei Nº 1.939, de 20 de maio de 1982, aqui discriminados no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Tipos de Receitas

<b>Receitas Correntes</b> Aumentam o patrimônio não duradouro do Estado	Receita Tributária	Deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os Impostos, as Taxas, as Contribuições de Melhoria.
	Receita de Contribuições	contribuições sociais, de intervenção domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
	Receita Patrimonial	Utilização do patrimônio público, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias.
	Receita Agropecuária	Exploração econômica, por parte do ente público, de atividades agropecuárias.
	Receita de Serviços	Prestação de serviços por parte do ente público, tais como transporte e comunicação.
	Receita Industrial	Recursos de atividades industriais exercidas pelo ente público, tais como da indústria extrativa mineral.
	Transferências Correntes	Recurso recebido de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento
	Outras Transferências	Recurso recebido por meio de outras origens, não classificável nas anteriores como juros, multa,



		indenizações.
Receitas de Capital Alteram o patrimônio duradouro do Estado	Operações de Crédito	Colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas
	Alienação de Bens	Alienação de bens móveis ou imóveis de propriedade do ente público
	Amortização de empréstimos	Amortização concedidos em títulos ou contratos
	Transferências de Capital	Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a despesas de capital.
	Outras Receitas de Capital	Valores recebido de outras origens

Fonte: O Autor (2016)

Assim a receita pública alcança sua amplitude segmentada na sua formalidade de receitas correntes e de capital, tornando importante esta divisão, não só pelo seu marco legal, mas também como forma de direcionar esforços quanto a sua arrecadação.

“Receita pública é o conjunto dos recursos ou rendas que o Estado dispõe entregues através da contribuição da coletividade para fazer face as suas necessidades”. SILVA *et al* (2009). Estes valores arrecadados são revertidos em recursos públicos que possibilitarão a ação do Estado em saúde, educação, geração de emprego e renda, combate a pobreza, entre as demais áreas conforme a distribuição legal e orçamentária.

Os recursos públicos devem ser vistos como um meio para promoção de bem estar e desenvolvimento humano sustentável, dentre outros impactos desejáveis; e não apenas como um ingrediente necessário à operação da máquina governamental. (MARTINS, 2005)

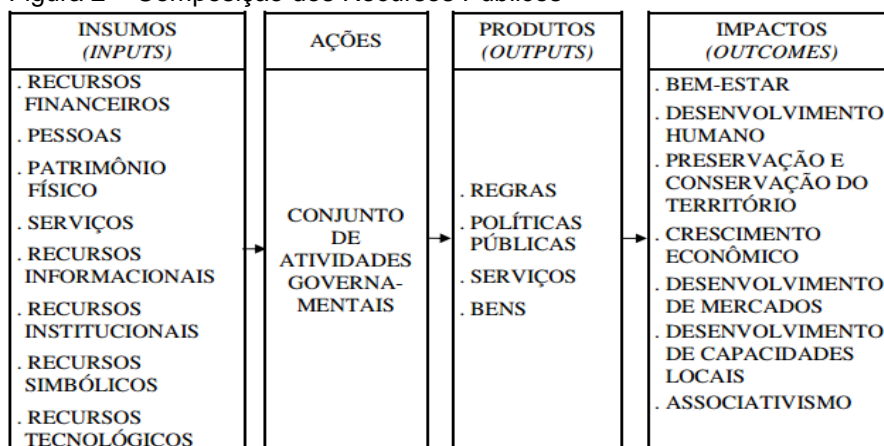
Sobre este assunto, Pellini (2003), chama a atenção para o fato que os recursos públicos tornaram-se não só um meio de assegurar a cobertura para as despesas do governo, mas que sua influencia vai além, possibilitando ser utilizado como uma estratégia para intervir na economia exercendo pressão sobre a estrutura produtiva além de também possibilitar a mudança nas regras de distribuição da renda.

Como são os contribuintes que geram os recursos públicos, é necessário que haja uma atenção especial por parte do Estado ao organizar seu sistema tributário procurando impor maiores cargas àqueles que têm as maiores rendas, e assim tem condições de suportá-los. Ou seja, é necessário que este processo se dê por um sistema tributário que seja socialmente justo e tenha uma

grande preocupação em dar um caráter distributivo para arrecadação destes recursos. (MARTINS; *et al*, 2015)

Para Martins (2005), a composição dos recursos públicos em termos de sistema, classificando por insumos, produtos e realizações ou impactos, detalhando e especificando por categorias, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Composição dos Recursos Públicos



Fonte: MARTINS (2005).

Esta representação de Martins (2005), permite compreender o processo de aplicação dos recursos públicos, que são descritos como insumos (inputs) em suas diversas aplicações, tais como financeiro, pessoal, patrimônio, serviços, informacionais, institucionais, simbólicos e tecnológicos. Estes insumos são submetidos às ações, conjunto de atividades governamentais que vão resultar na geração de produtos ou serviços (outputs), que por sua vez gerarão impactos (outcomes) relacionados ao bem estar e ao desenvolvimento.

É função da Administração Pública a ser exercida pelo gestor, e orientada pelo orçamento público, zelar pela correta aplicação e pelo eficiente gerenciamento dos recursos públicos, na forma da lei, sendo imperioso, ainda, observar a supremacia do interesse público e os princípios aplicáveis à Administração Pública, em especial os relacionados no artigo 37 da Constituição Federal, Brasil (1988) e no artigo 19 da Constituição Estadual de 1989, tais como legalidade, moralidade, impessoalidade, economicidade e eficiência.

Para dar efetividade a este processo de aplicação dos recursos públicos, é necessário que os princípios de eficiência, a ênfase em resultados, o foco no cidadão, a flexibilidade, a melhoria contínua e transparência, sejam cumpridos além de ter grande preocupação com a natureza dos impactos, observando as leis,

regras, políticas públicas, a geração de serviços ou bens, modelando a conformação das atividades governamentais, a qualidade e a quantidade de recursos necessários a manutenção das atividades. (RIO GRANDE DO SUL, 2009)

O gestor público deve estar atento aos muitos fatores que podem influenciar o processo de aplicação dos recursos públicos, pois geralmente a sua distribuição não ocorre de forma homogênea em suas unidades administrativas. Depende também, do conhecimento e da capacidade por parte do gestor de alocá-los de forma eficiente, priorizando a oferta de bens e serviços considerados importantes e necessários à população, em prol do bem-estar coletivo e da manutenção da qualidade de vida, e que devido a sua inviabilidade econômica não são providos pelo sistema privado (SILVA et. al., 2009).

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada justamente para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para uma gestão fiscal responsável e transparente, mediante ações que previnam riscos e corrijam os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento e o controle como premissas básicas. O principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é justamente o de criar uma mínima disciplina fiscal e tornar transparente a utilização dos recursos públicos. (BRASIL, 2009)

No atual modelo de Administração Pública, a preocupação constante na gestão dos recursos públicos é o interesse da população, exigindo dos gestores públicos, e da classe política, a implantação de mecanismos de controle e o uso efetivo dos instrumentos de fiscalização pública como medidas para garantir a proteção dos recursos e evitar ou atenuar possíveis prejuízos. (DE ABREU; CÂMARA, 2015)

No Brasil, é urgente a preocupação em estabelecer um controle social forte e atuante deve contribuir para a correta aplicação dos recursos públicos, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente. (MARTINS; *et al*, 2015)

Para alcançar seus objetivos propostos e legalizados nas leis orçamentárias, o Estado faz uso dos gastos públicos de forma a traduzir intenções, realizar ações que surtam efeitos em seus anseios. Neste contexto é importante alinhar as especificidades e a função dos gastos, de modo entender qual gasto impacta diretamente, ou indiretamente, no desenvolvimento municipal.

### 2.4.2 Gastos Públicos

O Estado, como parte regulatória e normativa, apropria-se dos desembolsos para satisfazer as demandas públicas, constituindo então esta obrigação de desembolso financeiro para que possa cumprir as compulsoriedades descritas em lei, como saúde e educação, e suas escolhas por meio do poder discricionário que lhe compete. O gasto é a forma de financiar as políticas públicas e a oferta de bens e serviços para a população. Neste contexto, ele se torna parte do orçamento, compreendendo a alocação de recursos a diversas funções e atribuições do Estado. (BEZERRA; FILHO, 2006).

Para Busatto (2009), o gasto é para o Estado a forma de operacionalizar o planejamento exposto no orçamento público. Corroborando com que diz Lagemann (2009), “no caso das despesas, ela é o próprio parâmetro de ação. Sobre esta variável, volume de gastos, o Estado tem plena capacidade de definição”, assim, incumbe ao Estado a responsabilidade de priorizar e decidir a destinação dos gastos a fim de atender as perspectivas econômicas sociais.

Para cumprir suas funções pré-estabelecidas, o Estado realiza desembolsos em suas diversas especificidades, que correspondem aos gastos governamentais, estabelecendo as prioridades do Estado quanto as demandas existentes. (DA SILVA *et al*, 2015).

Barro (1990) argumenta que esta função alocativa do gasto público executado pelo Estado, define qual será sua relação com o crescimento econômico. Neste sentido é preciso entender qual a composição do gasto bem como sua alocação, de modo a alcançar e potencializar seus resultados.

No campo empírico foram muitos os achados em relação a esta intervenção do Estado, em suas várias formas de gastos e investimentos, e como isto impacta no desenvolvimento econômico. No Quadro 4 encontram-se as pesquisas de maior destaque em um contexto de citação e relevância:

Quadro 4 – Estudos empíricos - Impactos dos gastos públicos

AUTOR	TRABALHO	CONCLUSÃO
Barro 2006	Government spending in a simple model of endogenous growth	Gasto com educação é um investimento em capital humano, associando a uma taxa de crescimento positivo.
Santos 2008	O efeito do gasto público sobre o PIB dos municípios cearenses.	Índices de desenvolvimento são sensíveis aos investimentos em capital humano, encontrando maior impacto quando é direcionado para educação.
Freitas,	Relação entre Gastos	Relação negativa com gastos correntes e positiva

Castro Neto e Lôu; 2009	Públicos e Crescimento Econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste.	com gastos de capital quanto ao desenvolvimento econômico.
Aschauer, 1989	Is public expenditure productive?	Ao analisar a relação dos gastos públicos com o crescimento econômico, foi um dos primeiros a associar a ideia de que, por meio da produtividade do setor privado, os gastos públicos podem vir a elevar o crescimento econômico.
Ram; 1986	Government size and economic growth: a new framework and some evidence from cross-section and time-series data.	Por meio da elevação da produtividade do setor privado, os gastos públicos conseguem elevar o crescimento econômico, sendo citados serviços com infraestrutura e defesa nacional na preservação dos direitos de propriedade.
Devarajan et. al. (1996)	The composition of public expenditure and economic growth. Journal of Monetary Economics	Teve como foco países em desenvolvimento para uma análise de longo prazo. Foram estudados 43 países em desenvolvimento ao longo de 20 anos. Constatou-se que gastos normalmente produtivos, quando feitos em excesso podem se tornar improdutos. Sendo assim, observaram que somente se associavam a um maior crescimento econômico, gastos aplicados de forma eficiente.
Easterly e Rebelo; 1993	Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation	Análise do crescimento econômico entre diferentes países e categorias de investimento público, para tanto, utilizando um conjunto de regressões em <i>cross-section</i> , e constataram que, para os países em desenvolvimento, o investimento público em transporte e comunicação levam a um maior crescimento econômico.
Araujo; 2010	Influência dos Gastos Públicos no Crescimento Econômico Dos Municípios Do Ceará	Investimentos em capital físico contribuem para crescimento do econômico. Já as despesas administrativas (correntes), impactam de forma negativa no crescimento econômico. Esse resultado pode está inferindo a ineficiência dos gastos públicos na máquina administrativa.

Fonte ROCHA 2005; ARAUJO 2010

Também é importante observar o que destaca Cândido Junior (2001), “a simples alocação de gastos públicos não prediz o crescimento econômico, pois há de se trabalhar qual a composição deste gasto e sua finalidade”, corroborando assim, com varias outras pesquisas no campo empírico já realizadas como Aschauer (1989), Morrison e Schwartz (1991), Holtz-Eakin (1991), Devarajan *et al.* (1996), Aschauer e Greenwood (1985), Barro (1990).

Em seu estudo Devarajan et. al. (1996), procura constatar, em um total de 43 países em um lapso temporal de 20 anos, quais componentes dos gastos públicos impactam no crescimento econômico, seus achados concluem que gastos produtivos, aqueles que impactam no crescimento econômico, quando realizados de forma excessiva podem tornar-se improdutos. Esta evidencia viabiliza a necessidade de reconhecimento do gasto produtivo e improdutivo.

Os gastos públicos são produtivos a medida que impactam no crescimento econômico da localidade, citando como exemplo gastos em infraestrutura, educação e saúde, como parte da política fiscal do Estado – gastos de capital (BOGONI, 2011). Já na visão de Chu *et al* (1996), são definidos como gastos produtivos aqueles que são aplicados de forma eficiente atendendo as necessidades a propondo um menor custo.

Cândido Junior (2001), explana que o gasto improdutivo está ligado a ineficiência na gestão, como no exemplo da construção de um bem público que custou  $X+1$  podendo ser realizado por  $X$ , esta diferença é concebida como improdutivo, a medida que o desperdício gera para a sociedade um custo de oportunidade, que poderia gozar deste gasto em outra finalidade.

Para Castro *et al* (2009), os gastos públicos relacionados ao consumo (*gastos correntes*) são tratados como improdutivos, pois não afetam a produção econômica resultando apenas no bem estar do consumidor. Por outro lado, os gastos e despesas de investimento (*gasto de capital*) são entendidos como produtivas uma vez que impactam em grande escala trazendo um Estado de bem estar social.

Esta discussão sobre os gastos públicos, e seus efeitos, leva em consideração a linha de pensamento Keynesiana, onde coloca o Estado como regulador econômico por meio de sua intervenção a fim de impactar positivamente na demanda efetiva, gerando assim a retomada do ciclo econômico.

Em complemento a este pensamento de causa efeito, a linha ortodoxa (*Teoria da equivalência Ricardiana*) também relaciona o gasto público ao crescimento econômico, uma vez que a propensão ao consumo e gasto seria alterado de acordo com a política tributária e de gastos do Estado (FREITAS, 2009)

Assim, é necessário para o alcance da eficiência dos gastos públicos que o governo maximize seus esforços nos gastos que impulsionem a economia. Identificar estes gastos e, em conjunto, elaborar políticas públicas que atendam as demandas sociais fará com que o Estado cumpra seu papel regulador, ao mesmo tempo em que estabeleça um Estado de bem estar social.

## 2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

É missão do gestor público, garantir uma boa aplicação e

distribuição dos gastos públicos, atendendo aos aspectos legais do PPA, LOA, LDO e LRF, observando e seguindo as diretrizes das políticas públicas, que são sistematizadas ou formuladas através da política social, dos programas e projetos que são documentados para orientar a aplicação dos recursos públicos.

Para Reis (2012), baseando-se em dados do IPEA, a intervenção do Estado na economia por meio de políticas públicas e programas sociais justifica-se uma vez que maximiza e complementa o estágio de bem comum com eficiência, trazendo impactos positivos nos indicadores sociais.

Para que este processo alcance o objetivo de promover o desenvolvimento é preciso que haja participação e o envolvimento direto da sociedade civil organizada, definindo, elaborando, controlando e avaliando os resultados. A Organização das Nações Unidas (ONU), criou uma metodologia para realizar este acompanhamento, onde foram estabelecidos objetivos a serem cumpridos a cada 15 a 20 anos pela Administração Pública através da aplicação dos recursos e políticas públicas, buscando garantir que as metas estabelecidas nas conferências mundiais das Nações Unidas sejam alcançadas de fato nos municípios, Estados e países promovendo o desenvolvimento humano e social.

Também é preciso que o conceito de políticas públicas seja compreendido e discutido. Muitos estudos vêm debatendo seu conceito e importância: Teixeira, (2002), afirma que “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.”; Caldas, (2008), sugere que “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...).”; Höfling, (2001), conceitua a política pública como a revelação da ação do Estado em determinado período histórico, estabelecida por um governo constituído por um “conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo”;

Souza, (2006), ressalta que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, mas faz um levantamento sobre o ponto de vista dos principais autores sobre o assunto, destacando os conceitos de:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Embora as definições sobre políticas públicas venham se desenhando ao longo de suas demandas, é necessário pairar sobre um conceito que agregue, ou pelo menos, certifique os elementos essenciais desta discussão. Neste contexto aborda-se as políticas públicas como um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, de forma direta ou por meio de delegação de parte do processo, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo (MADEIRA 2014).

Pode-se, então, chegar ao entendimento que o estudo das políticas públicas compreende a uma área do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação, analisando suas práticas e, quando necessário, propor mudanças. É a junção de um conjunto de planos e metas que os governos elaboram procurando promover o bem-estar da sociedade focando principalmente em responder as demandas dos setores marginalizados considerados como vulneráveis. (MARQUES 2013)

O grande desafio em trabalhar com as políticas públicas esta no envolvimento e participação da sociedade, que na verdade são os maiores interessados e beneficiados pelas políticas públicas, são os geradores das demandas sociais as quais serão destinados os recursos públicos, mas que tem grande dificuldade em se organizar para atuar diretamente na defesa dos seus direitos. Sendo assim essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, os deputados, senadores e vereadores que são os representantes legais da sociedade, que tem a missão de mobilizar o Poder Executivo para trabalhar, visando ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gEstados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. (CALDAS, 2008)

Uma vez que a própria sociedade não consegue se expressar de forma integral, ela o faz através destes representantes, deixando que o bem-estar da população seja sempre definido pelo governo, que por sua vez é influenciado por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social, trazendo seus propósitos e plataformas eleitorais expressos em programas e



projetos que propõem mudanças nos diversos cenários.

Estas propostas de ações por parte dos governos normalmente são desenhadas e formuladas por instituições e atores políticos. Cunha (2015) aponta que “A compreensão de política pública perpassa por ações direcionadas a organização e funcionamento de setores e da sociedade que tenham a chancela governamental”.

Laswell (1936), chama atenção para o fato que as “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Para elaborar uma política pública eficiente é preciso ter muito claro, informações sobre quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Os principais elementos que caracterizam as políticas públicas são apresentadas por Souza (2006):

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Quando a política publica parte das necessidades e demandas locais, sendo elaborada com a participação da sociedade e defendida por seus representantes (deputados, senadores, vereadores), suas ações implementadas através de programas e projetos podem mudar a realidade de cidades, Estados e países. Sendo que seus reflexos vão do econômico ao social, da geração de renda a promoção do bem-estar, daí a preocupação que os recursos públicos sejam bem aplicados através das políticas públicas para gerar bons resultados refletindo diretamente no processo de desenvolvimento. (MARQUES 2013)

A partir das políticas públicas são implementados as políticas sociais, que surgiram para promover o bem estar dos cidadãos, e ser uma forma de manifesto das reivindicações de várias questões defendidas pelos movimentos

sociais, associações e sindicatos. Seu principal objetivo vem em combater a desigualdade, mas por ter grande abrangência, também passou a refletir no trabalho e no processo de desenvolvimento.

Castro, *et al* (2009) apresenta este conceito a cerca do assunto:

As políticas sociais constituem um subconjunto das políticas públicas, relacionado a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e se relacionam à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e executadas sob a responsabilidade do Estado.

As primeiras iniciativas quanto as políticas sociais vem dos movimentos populares do século XIX, surgindo dos conflitos entre capital e trabalho, nas primeiras revoluções industriais. No Brasil, as políticas sociais foram criadas a partir de 1930, e tratavam de questões previdenciárias e trabalhistas, surgindo em virtude dos manifestos dos trabalhadores e da concessão do Estado para que a exploração perpetuasse sem danos aos capitalistas. A saúde, educação, habitação e assistência social foram institucionalizadas como política social entre 1945 e 1964. (DINIZ, 2007)

As políticas sociais, ou o Estado de Bem Estar Social, podem ser entendidas como “Um regime específico de transferências sociais, de base fiscal, cujo objetivo é promover o bem-estar dos indivíduos mediante uma redistribuição de renda e da riqueza (ativos) comprometida com a ideia de justiça” (LAVINAS, 2000, P.1).

A Constituição Brasileira, Brasil (1988), buscando atender as demandas e necessidades de bem estar da população, estabeleceu uma política social ampla e complexa, envolvendo muitos atores, instituições e estabelecendo programas que atendam as necessidades e aspirações da população, causando grande tensão quanto ao orçamento público e o gerenciamento dos gastos. Souza (2006, P.1) ressalta também a importância da política social, chamando a atenção para o desafio de buscar maior eficiência e eficácia, pois embora tenha-se criados tecnologias para um maior alcance da população, “O desafio está em aproveitar essa tecnologia para aumentar a eficácia e a eficiência das políticas sociais de modo a eliminar consistentemente as múltiplas dimensões de pobreza”.

As políticas sociais se apresentam como uma alternativa para

enfrentar os problemas sociais que foram desencadeados com o desenvolvimento pelo processo de produção capitalista. Para Machado (2007) “Trata-se de uma política, própria das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle sobre as necessidades sociais básicas das pessoas não satisfeitas pelo modo capitalista de produção.”

A transferência de renda para população mais pobre por meio de políticas públicas e programas sociais impacta diretamente na economia, gerando o bem estar social e retornando, em partes, aos cofres públicos na forma de tributos, encontrando o equilíbrio orçamentário tão abordado pela teoria keynesiana. (VAITSMAN; PAES-SOUZA, 2007)

Para Höfling (2001), por meio das políticas sociais é possível visualizar praticas de proteção social, apresentando como ator a redistribuição de renda alocando benefícios sociais, produzindo uma amenização das desigualdades estruturais que permeiam o desenvolvimento econômico.

Ou seja, a política social se apresenta como uma forma do Estado gerenciar a força de trabalho e do preço da força de trabalho. Machado (2007) ressalta que “É uma política de mediação entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo.”

Surge então a necessidade da implementação de uma renda mínima como política social vai além do pensar no bem estar social, é uma nova modalidade de intervenção estatal assentada em outros padrões éticos. Esta proposta partiu do Senador Eduardo Suplicy no ano de 1991, ao preceituar legalmente uma renda mínima para todos os cidadãos brasileiros, na época de sua apresentação, dividiu opiniões e gerou muitas discussões, pois sua implantação geraria um auto custo para a gestão publica, e não se tinha noção de qual retorno, e se ao menos consolidariam as provisões de autonomia aos seus beneficiários (ZIMMERMANN, 2006).

Os programas sociais passam a ter grande importância tanto para promover a melhoria da qualidade de vida e bem estar da população, como para ativação da economia através dos programas de transferência direta de renda. Zimmermann (2006) faz uma retrospectiva dos programas sociais, apresentados no Quadro 5:

Quadro 5 - Principais Programas Sociais no Brasil 1990-2015

PERÍODO	AÇÕES DE PROGRAMAS SOCIAIS
1990	Criação da política nacional de segurança alimentar, motivado pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, por Herbet de Sousa, o Betinho.
1992-1994	Durante o governo de Itamar Franco, fundou-se o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), um órgão composto por representantes do governo e da sociedade civil para atuar no âmbito da segurança alimentar e do combate à fome.
1995-1998	Governo Fernando Henrique Cardoso, através do Plano Real e do consequente crescimento econômico advindo daquele plano, na estabilização da economia como forma de combater a fome e a pobreza no Brasil. Foi criado o Programa de distribuição de cestas básicas voltado para o atendimento de diversos segmentos da população em situação de risco.
1996	Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com o objetivo de eliminar o trabalho de crianças e adolescentes. Criação do PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar)
1997	Criação do Programa de Garantia de Renda Mínima, vinculado a ações socioeducativas, que entrou em operação em 1999
1999	Criação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)
1999-2002	Novo Governo de Fernando Henrique Cardoso, destaca-se a criação de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Estavam em andamento: Programa Bolsa Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Bolsa-Alimentação.
2001	Programa de Doação de Cestas Básicas foi desativado, entrando em cena os programas de transferência direta de renda às famílias carentes. Este Programa foi reformulado em 2001, passando a se chamar Bolsa Escola também foram lançados o Programa Agente Jovem e Bolsa Alimentação.
2002	Criado o Programa Auxílio Gás.
2003 a 2006	Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi implementado o Programa Fome Zero.
2003	Criação do Luz para Todos e Programa Nacional de Acesso à Alimentação Lei n. 10.689, de junho de 2003. O Programa Brasil Alfabetizado foi instituído pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003,
2004	Criação do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), do Bolsa Família Lei n. 10.836/04, projeto de lei do senador Suplicy, Lei 10.835/04 que dispõe sobre o Programa Renda Básica de Cidadania,
2005	Criação do PROUNI (Programa Universidade para Todos)
2007 a 2010	Segundo governo Lula expansão do Programa Bolsa Família; Criação do Programa Territórios da Cidadania a Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.
2009	Criação do Programa Minha Casa Minha Vida
2011 a 2014	Governo Dilma Rouseff
2011	Criação do Programa Brasil Sem Miséria, Ciência sem Fronteiras e do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego)
2012	Criação do Programa Brasil Carinhoso
2013	Criação do Programa Minha Casa Melhor e do Programa Mais Médicos
2014	Criação do Programa Minha Casa Minha Vida 2
2015	Corte na maioria dos Programas Sociais e expansão do Programa Bolsa Família

Fonte: Adaptado de Zimmermann (2006), Diniz (2007)

Iniciando com a distribuição de alimentos a população carente no governo de Fernando Henrique Cardoso, multiplicados com grande intensidade no governo Lula, ampliados pelo governo Dilma, os programas sociais tem um papel muito importante para população pobre do Brasil, tanto no combate a fome e a miséria das famílias como movimentando a economia local.

As políticas públicas tendem a repercutir tanto na economia como também em seu ambiente socioeconômico, “em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos, desdobrando-se em planos, programas e projetos” (Souza, 2006. P.25).

No ano de 2015, momento pelo qual o Brasil enfrenta uma crise econômica mundial e uma crise política interna, a Presidente Dilma Rousseff foi obrigada a rever a aplicação dos recursos públicos em programas sociais, reduzindo drasticamente os gastos e até mesmo excluindo alguns programas.

O Programa Bolsa Família, que é o principal programa social de transferência de renda do mundo, continua em pleno funcionamento e teve seus recursos mantidos, mas acendeu as discussões sobre a importância da eficiência na aplicação dos gastos públicos, principalmente no que se refere aos programas sociais.

No ano de 2003 teve início o primeiro mandato do Presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, para colocar em prática suas propostas de governo, a nova equipe propõem o fortalecimento da política social, sendo sua principal bandeira o combate a fome e a miséria. Como herança do governo de Fernando Henrique Cardoso, estavam em vigor no país os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, Lula unifica todos estes Programas num só, o Fome Zero.

O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, surgiu do conjunto de ações propostas pelo Fome Zero, tornou-se o maior e mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil, teve grande repercussão mundial. Seu principal objetivo é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de risco. (COSTA, 2005)

Através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e sendo operacionalizado pelo Cadastro Único, o Programa Bolsa Família visa assegurar a participação de todas as famílias pobres em políticas sociais bem como melhorar o uso dos recursos públicos, principalmente porque evita sobreposição de programas. O Governo Federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias em situação de pobreza, exclusão social ou extrema pobreza, com renda per capita entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00, desde que tenham em sua composição

gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. A transferência do benefício financeiro procura garantir a população o acesso aos direitos sociais básicos de saúde, alimentação, educação e assistência social. (MARQUES, 2005)

Em junho de 2004, logo após ser implantado, o governo federal registrava que 4.103.016 famílias eram beneficiárias do programa. Já em 2015 o Bolsa Família constitui o maior programa de transferência de renda na área assistencial, beneficiou no mês de setembro, 13.880.362 famílias, que receberam o valor médio de R\$ 164,86. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.288.362.252,00 no mês. (BRASIL, 2015).

No mês de julho de 2015, existiam 26.483.636 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 79.280.975 pessoas cadastradas. A distribuição das famílias cadastradas neste mesmo ano, conforme sua renda per capita mensal declarada, aponta que:

- 12.509.474 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 4.169.677 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 5.880.502 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 3.923.983 com renda per capita acima de meio salário mínimo. BRASIL (2015).

Para Zimmermann (2006), o Bolsa Família tornou-se um dos principais programas de combate à fome no Brasil, pois para muitas famílias pobres, os benefícios deste Programa são a única possibilidade de obtenção de renda. Costa (2005) ressalta que a concentração de renda e de riquezas no Brasil é muito grande, tanto que os índices de desigualdade estão entre os mais altos do mundo, característica esta que traz reflexos para economia brasileira.

Landim Junior (2009) complementa afirmando que “Existe um consenso político e econômico, indicando que a redução da desigualdade no Brasil é essencial para aumentar o bem estar social brasileiro. A redução da desigualdade pode ser relacionada a crescimento econômico como fator indutor”. Considerando que o Bolsa Família proporciona a garantia de uma renda mínima, transferindo recursos em dinheiro para pessoas ou famílias que não possuem renda, ou que possuem uma renda muito baixa, constitui-se através deste programa um dos instrumentos fundamentais para combater a pobreza e a miséria, amenizando a

desigualdade.

Na questão econômica, pode-se considerar que os recursos direcionados ao Bolsa Família desencadeiam um processo de consumo, beneficiando não somente as famílias do programa, mas também toda economia local. “No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade.” (SAMPAIO, SOUZA, 2014)

O aumento na demanda de consumo movimenta a indústria, o comércio, a prestação de serviços; que por sua vez geram emprego, renda e aumentam a arrecadação de impostos formando um ciclo econômico virtuoso em toda cadeia produtiva, como daquelas vinculadas ao consumo dos trabalhadores e dos demais segmentos da população que aumentaram sua renda.

Para Marques (2005), a população alvos do Programa Bolsa Família, especialmente as de vulnerabilidade, tem maior propensão marginal de consumo, percebendo que pode chegar a 1, ou seja, para cada real repassado, tem-se um consumo de 1 real. Assim, o aumento dessa renda dos beneficiários seria fluxo econômico retornando aos cofres públicos pela arrecadação de tributos.

Campello (2013) apresenta dados do levantamento do IPEA onde fica claro que para cada R\$ 1,00 destinado às famílias beneficiadas por meio do programa, representa um incremento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Este fato é explicado pela teoria econômica Keynesiana, que defende o fato do gasto governamental, através do seu efeito multiplicador, gerar para economia a renda com valor superior ao do gasto realizado. Marques (2005) afirma que “isso acontece porque as compras que o governo efetua resultam em novas demandas para as empresas que, ao aumentarem sua produção, uns e outros aumentando o nível de contratação de trabalhadores”.

Castro *et al* (2009) conclui através das análises de seus estudos que o Programa Bolsa Família atinge os seus objetivos e parece estar sendo bem utilizado pelos seus beneficiários, indicando uma visão mais positiva do programa por parte daqueles que conhecem algum beneficiário. “Esses dados permitem dizer que a sociedade brasileira apoia o Programa Bolsa Família, não apenas pela opinião em relação aos resultados, mas principalmente por refletirem uma compreensão relativamente sofisticada sobre essa política social.”

Muitas ainda são as dúvidas e as desconfianças quanto a eficiência na aplicação dos recursos públicos aplicadas a esta políticas públicas de distribuição direta de renda por programas sociais; a ruptura o ciclo vicioso da pobreza; a evolução das famílias beneficiadas saindo da situação de miséria e de pobreza, o atendimento pleno as necessidades deste publico. (DOS SANTOS, 2014)

Sob a ótica dos direitos humanos, esse Programa ainda apresenta uma série de obstáculos: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários” (ONU, 1948).

Por outro lado, Costa (2005), destaca os dois fatores mais relevantes do Programa Bolsa Família, sendo eles: as políticas públicas representadas pelos programas sociais de distribuição de renda são uma opção a curto prazo no que diz respeito a redução da pobreza no país; e que a renda provinda do programa proporciona um giro econômico, possibilitando que todo o contingente envolvido no universo onde está inserida a população beneficiada por diversos tipos de programas, a exemplo, o bolsa-família, obtenha ganhos.

É importante que o programa continue passando por um processo de melhoria, observando a eficiência da sua aplicação, o acompanhamento e a fiscalização dos beneficiários, a ampliação e o atendimento as famílias que estejam realmente em situação de risco. Contudo, a importância que o Bolsa Família tem nas economias locais devem ser consideradas acima de tudo, pois estes recursos movem os outros setores e geram emprego, renda e desenvolvimento.

## 2.6 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ÍNDICES DE ACOMPANHAMENTO

No início do Século XX, a principal estratégia de desenvolvimento voltava seu foco para produção agrícola em alta escala, principalmente do café e do algodão, porém o que ocorria era a promoção de uma alta concentração de renda na mão de poucos, além de gerar uma grande dependência do mercado externo, fato que jamais poderia elevar o PIB e que dificilmente levaria o município a um processo de desenvolvimento sustentável. (BUARQUE, 2002)

Num segundo momento, a partir da década de trinta tem início o processo de industrialização brasileiro, que vem para mudar a estratégia de



desenvolvimento focando na a estruturação das indústrias essa ideia foi ainda reforçada pelo fato da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que aliado a uma política de proteção a produção nacional, proporcionou um grande apoio a industrialização. Já na década de cinquenta era grande a produção de matéria-prima e equipamentos, o que fez com que as indústrias brasileiras fosse aos poucos deixando de depender a exportação para produzir. (JARRA, 1994)

Milani (2005), apresenta que na década de sessenta o Brasil passa a viver o “Milagre Brasileiro” e suas estratégias eram de concentração de rendas nas classes A e B para estímulo do consumo de bens e consequentemente no aumento da produção e na geração de empregos para classe trabalhadora, que por sua vez oferecia salários mais interessantes que os salários agrícolas, esta estratégia fez com que as indústrias têxteis, de couro e de alimentos tivessem um aumento considerável. Houve também uma grande política de estímulo as exportações e a tentativa de se controlar e neutralizar a inflação além de aumentar a poupança. Outra estratégia neste período foi a de ampliar e organizar as funções do Estado quem envolvia uma série de medidas entre elas a reforma tributária e a criação do Banco Central, o que vem a fortalecer a grande empresa estimulando as fusões e incorporações com o objetivo de desenvolver a tecnologia internacional para aumentar a produtividade e diminuir custos das empresas nacionais.

Sachs (2000) aponta destas estratégias adotadas nem todas obtiveram êxito, o que aconteceu foi um fortalecimento das classes A e B, ou seja, concentração de renda, este foi um período extremamente favorável ao desenvolvimento devido às condições internas e externas da economia, contudo, na década de 70 muda-se o presidente e o Brasil mergulha numa grande crise econômica tem seu processo de desenvolvimento interrompido. que Somente a partir da década de 80 e da instituição da nova constituição federal é que surge a possibilidade de uma descentralização decorrente das instituições públicas.

Foi nos anos 90 que o discurso do desenvolvimento, da justiça social, a eficiência econômica e a prudência ecológica passam a ter espaço no cenário nacional e como afirma Buarque (2002):

(...) surge o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala como os municípios localidades e microrregiões que implementaram mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, melhorando as condições de vida da população que passa a ter uma perspectiva de sustentabilidade, onde a satisfação das necessidades do

presente procuram não comprometer a capacidade de gerações futuras somando forças entre o Estado, as organizações e a Sociedade Civil.

Um clássico conceito de desenvolvimento é apresentado por Richers, (1970), que diz: “Desenvolvimento significa incentivo às possibilidades do aumento das rendas reais de regiões subdesenvolvidas, provocando mudança através de investimentos que levem à expansão dos recursos produtivos, na expectativa de aumentar a renda per capita da população.”

Contudo, o mesmo Richers, (1970) reconhece que o desenvolvimento nada revela sobre a distribuição geográfica da renda, nem sobre a distribuição social da renda, ou seja, a renda não é o único critério de determinação do bem-estar econômico.

A proposta de desenvolvimento municipal vem para constitui um novo estilo de desenvolvimento baseado nos postulados de equidade social, conservação ambiental, eficiência e ampliação da base econômica, que visa utilizar os recursos disponíveis mas sempre pensando na disponibilidade destes mesmos recursos também pelas gerações futuras.

Assim, o desenvolvimento é a resultante de uma transformação da realidade como unidade formada por elementos que compõem subsistemas integrados com relações de restrições ou constrangimentos e mecanismos de regulação e controle como: economia, sociedade e ecologia, que são subsistemas da totalidade complexa, constituindo uma identidade integrada e organizada, cada um definindo os limites e os condicionantes dos outros. (BRUSEKE, 1995)

Para que possa acompanhar e avaliar, tanto processos como impactos, de uma determinada ação governamental, ou ainda identificar o fenômeno do desenvolvimento, é necessário a criação de uma base de medida ou utilização de índices existentes de forma a relacionar informações e declarar resultados.

Neste sentido, existem vários índices que medem o nível de desenvolvimento de um município, região ou país. Cada qual abordando suas variáveis de forma quantitativa, sempre de modo a mensurar um desempenho alcançado.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento de uma nação utilizando a mesma base de variáveis durante um longo período, surgindo assim a necessidade de se apurar dados e criar indicadores para serem aplicados a níveis menos abrangentes, como para Estados, municípios e

até territórios mais locais. (AVELINO, 2013).

Embora o IDH seja um índice muito utilizado em pesquisas científicas, desenvolvendo, inclusive, um índice específico para o desenvolvimento municipal IDH-M, tem periodicidade decenal, o que inviabiliza por vezes a utilização deste índice em pesquisas com cortes temporais que não respeitem esta série.

Neste sentido, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), criou em 2008 o Índice FIRJAN de Desenvolvimento (IFDM), justamente para suprir a necessidade de monitoramento do desenvolvimento socioeconômico considerando as diferentes realidades direcionadas aos municípios. Vem ao longo dos últimos anos, acompanhado e divulgado estudo relacionado ao desenvolvimento municipal e estadual no Brasil. Segundo Souza (2013) este índice tem sido utilizado por vários estudos acadêmicos como proxy para medir o grau de desenvolvimento dos municípios e Estados brasileiros.

Distinguindo-se por apresentar periodicidade anual e por acompanhar o desenvolvimento de todos os atuais 5565 municípios brasileiros, o Índice FIRJAN de desenvolvimento Municipal (IFDM), é hoje referência para o acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico tanto no recorte local, quanto nacional. (GOMES, 2013)

IFDM avalia, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano: 'Emprego e Renda', 'Educação' e 'Saúde'. A leitura dos resultados ocorre tanto por áreas de desenvolvimento, quanto pela análise dos índices finais, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais se aproxima de 1 maior é o desenvolvimento do território e, concomitantemente, quanto mais propínquo ao número 0 mais a região é debilitada em termos socioeconômicos do desenvolvimento. (AVELINO, 2013).

Com base nessa metodologia, FIRJAN, (2010), estipulou as seguintes classificações onde municípios com:

- a) IFDM entre 0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- b) IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;
- c) IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- d) IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

Conforme apresentado na Figura 3, o IFDM apresenta semelhanças

com o IDH, pois acompanha as três áreas de interesse do mesmo: Renda, Educação e Saúde, monitorando anualmente, o desenvolvimento de todos os municípios do Brasil. Para tanto são utilizadas estatísticas públicas oficiais exclusivamente disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde através de um conjunto de variáveis:

Figura 3 - Composição do Índice FIRJAN



Fonte: FIRJAN (2013)

O impacto da aplicação dos recursos públicos em saúde, educação, emprego e renda sobre o desenvolvimento de um município é uma preocupação constante por parte de toda sociedade civil, uma vez que o cidadão, por meio do pagamento de seus impostos e tributos acaba por financiar a manutenção dos programas destinados ao desenvolvimento municipal. Por sua vez os resultados destas ações podem maximizar do desenvolvimento humano da coletividade, utilizando a metodologia do IFDM, é possível determinar, se a melhora decorre das suas próprias políticas públicas, ou se o resultado obtido foi através da queda dos demais Estados. (SOUZA, 2013)

Para Gomes (2013), “as informações fornecidas pelo IFDM conseguem exprimir claramente os esforços públicos e privados na determinação dos componentes considerados básicos ao desenvolvimento de um município”.

Fato que o IFDM mostra, através de um conglomerado de índices, a realidade constante, declarando anualmente todas as mudanças sociais econômicas dos municípios brasileiros. Por este índice ser apresentar de forma constante e direta, tem subsidiado muitas pesquisas que evidenciam e mensuram o desempenho, relações, correlações, regressões, em especial os estudos

apresentados no Quadro 6:

Quadro 6 – Estudos que utilizaram o Índice FIRJAN

Autor	Tema	Abordagem
Caldarelli; Câmara e Perdigão (2015)	Instituições de ensino superior e o desenvolvimento Econômico: O caso das universidades estaduais paranaenses.	Analisa a relação entre as universidades estaduais paranaenses e o desenvolvimento econômico no Estado entre os anos de 2006 a 2010, trabalhando dados em painel.
Silva; Silveira; Costa; Faroni; Ferreira (2011)	A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice FIRJAN de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais.	Analisa a influência dos fatores tributários, orçamentários em políticas públicas, relacionando ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento dos municípios mineiros, utilizando análise de <i>cluster</i> .
Avelino; Bressan; Cunha (2013)	Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras.	Avalia o impacto dos gastos públicos sobre o desenvolvimento de um município.
Leite; Fialho (2015)	Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados na LRF e nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painel.	Avalia os efeitos dos indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal, baseados na LRF (IFGF – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal), nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros (IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal)

FONTE: O AUTOR (2016)

O IFDM é uma fonte de informação não apenas para a gestão pública na verificação das circunstâncias, mas também um instrumento a disposição de toda sociedade civil, entes públicos e privados que podem ser utilizados para auxiliar no processo de definição de políticas públicas e da destinação de recursos públicos a serem investidos entre os municípios. Quando bem utilizada esta ferramenta pode ser de grande valia, não somente definindo fatores referentes a conjuntura econômico-social, mas considerando e valorizando os esforços envolvidos na busca de melhores resultados que podem fazer grande diferença no processo de desenvolvimento. (AVELINO, 2013).

## 2.7 HIPÓTESES DA PESQUISA

Analisando a literatura abordada no referencial teórico, em um entendimento amplo junto a questão de pesquisa, pode-se evidenciar possíveis projeções que afirmarão o mérito em questão. Assim, as hipóteses são supostas respostas inerentes ao problema proposto (FACHIN, 2006).

Para Rudio (1980), a hipótese é a busca da explicação do que se desconhece, alcançada por meio de premissas rastreadas junto ao *frame work* teórico conceitual exposto de uma pesquisa, criando uma expectativa provisória de modo a testar e verificar sua validade.

Para Lakatos & Marconi (1991), a hipótese utilizada nas pesquisas de cunho exploratório ou descritivo, acontece para que a pesquisa apresente resultados úteis, propondo um modelo menos rígido para sua construção, onde há uma flexibilidade na sua explicitação formal, para que a pesquisa alcance os objetivos a que se propõem, e atinja níveis de interpretação mais altos.

Em uma reflexão acerca da teoria mencionada, permeados por premissas, levando em consideração estudos já realizados, que trazem não só um conhecimento conceitual e teórico, mas também uma diversidade empírica, esta pesquisa trabalha com duas projeções:

**1 –** Fundamentado na premissa de que o Estado utiliza-se do gasto público, bens e serviços, disponibilizados por meio de programas e políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento e para a ampliação dos níveis de bem estar, e de qualidade de vida da população, traz por consequência que os gastos públicos com repasse do Programa Bolsa Família aos municípios, têm impacto positivo nos índices de Desenvolvimento Municipal, tornando-os mais eficientes.

Considerando que um programa social só pode ser medido à aquilo que se propõem, o repasse do Programa Bolsa Família guarda relação com índices de avaliação de desenvolvimento municipal.

**2 –** Neste contexto a hipótese a ser testada por este estudo é hipótese do modelo de correlação, assim descrito:

- **H<sub>0</sub> – Não há relação entre repasse do PBF e IFDM.**

Assim apresentam-se a hipótese de modo a testa-las para inferir

sobre a correlação, bem como o comportamento das variáveis entre si.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia é um conjunto de ferramentas utilizadas para chegar a uma solução para o problema de pesquisa, apresentando e sistematizando todo caminho percorrido pelo estudo (ANDRADE, 2003). O procedimento metodológico também pode ser definido como a escolha dos caminhos e instrumentos utilizados para realizar a pesquisa científica. Sua principal finalidade é de assegurar a validação e aumentar a confiabilidade de uma pesquisa científica.

Para Beuren (2008), a metodologia, é uma descrição formal de técnicas e métodos a serem utilizados na pesquisa, indicando a opção que o pesquisador fez no quadro teórico para determinada situação prática do problema objeto de pesquisa.

No presente estudo, os procedimentos metodológicos compreendem a tipologia da pesquisa, constructos e categorias, estratégias de pesquisa, procedimentos de coleta de dados e por fim os procedimentos para o tratamento dos dados, definidos a partir dos objetivos, considerando as variáveis e métodos de pesquisa.

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo apresenta um caráter formal, a medida que estabelece uma questão de pesquisa e envolve procedimentos precisos e especificação de fontes de dados. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), o estudo pode ser classificado da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é utilizada para levar a compreensão de uma maneira melhor e mais completa, os aspectos relacionados ao tema estudado, dando maior embasamento a pesquisa. Realizada com base em livros, artigos, dissertações e teses publicadas nos últimos cinco anos em Revistas Científicas e principalmente nos Periódicos da CAPES.

O estudo descritivo é aplicado quanto aos objetivos da pesquisa, é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura. Para Trivinos (1987), o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade.



Quanto a sua abordagem trata-se de uma pesquisa quantitativa, que segundo Richardson (1999), é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Já os procedimentos, caracterizam-se como um estudo *ex post facto*, uma vez que não envolvem manipulação direta pelo experimentador, mas que é possível “acompanhar” o efeito de variáveis específicas sobre a variável dependente em uma amostra de sujeitos.

Também é adotado o método científico de abordagem indutivo, que segundo Lakatos e Marconi (2007), é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. O objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

O método de coleta de dados utilizado é a pesquisa documental, que para Lakatos e Marconi (2001), é a coleta de dados em fontes primárias, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Quanto à dimensão do tempo, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa de corte transversal que corresponde ao período entre 2009 e 2013, uma vez que buscou obter informações sobre as variáveis em diferentes contextos, porém, simultaneamente (COELHO, 2007).

E a amplitude e profundidade do estudo envolvem o estudo estatístico e a amostragem probabilística estratificada, que é aplicada quando há a necessidade de dividir a população em estratos homogêneos.

A técnica de análise dos dados escolhida foi a análise descritiva de dados, que segundo Marconi e Lakatos (2007), tem o objetivo de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados, concretizados através de tabelas e gráficos, e no cálculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informação contida nos dados.

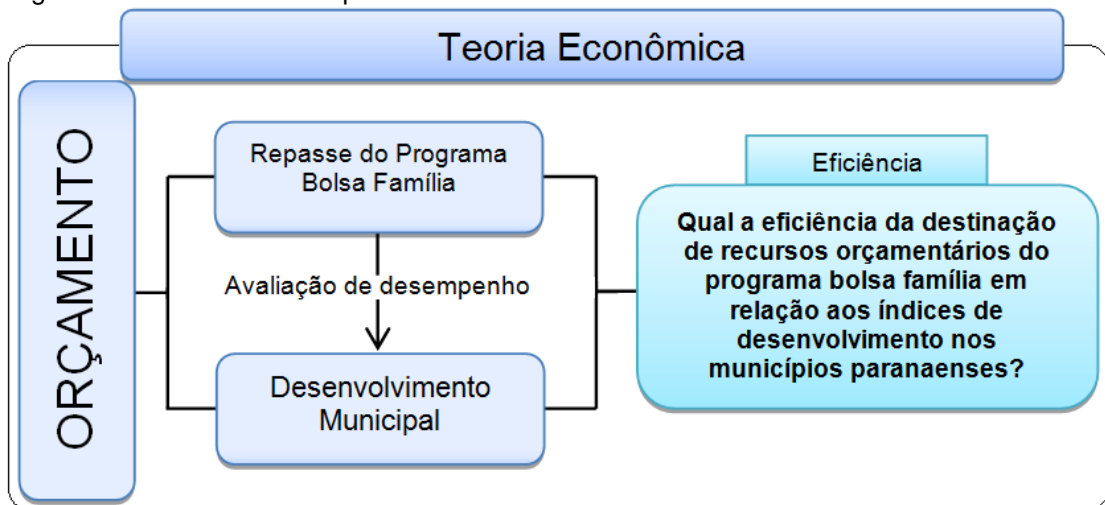
### 3.2 DESENHO DE PESQUISA

Este estudo de caráter quantitativo baseia-se no positivismo, buscando a explicação dos fenômenos assumindo que a realidade é um dado objetivo podendo ser descrito por características mensuráveis, avulso ao

pesquisador, traduzindo com exatidão o processo e independência da pesquisa (MYERS, 2005).

Uma vez evidenciado a questão de pesquisa como consequência da inquietação do contexto abordado é necessário desenvolver o desenho da pesquisa, de modo a declarar a operacionalização do estudo de forma objetiva (COOPER E SCHINDLER, 2003). Para atender aos objetivos propostos desta pesquisa a Figura 4 apresenta o seguinte desenho de pesquisa:

Figura 4 – Desenho de Pesquisa



Fonte: O Autor (2016)

Como exposto no desenho de pesquisa, este estudo busca avaliar o gestor orçamentário (DMU's) na alocação de recursos públicos do Programa Bolsa Família, realizando a avaliação de desempenho por meio da análise envoltória de dados (DEA) em relação ao índice de desenvolvimento municipal. Assim cria-se uma base estatística dos municípios mais eficientes na alocação dos seus recursos.

É inerente a este trabalho também declarar a informação de como se comporta as variáveis medidas e evidenciadas, relacionando a variável independente com suas variáveis dependentes, entendendo e expondo seu comportamento.

### 3.3 CONSTRUCTOS E CATEGORIAS

A identificação dos constructos da pesquisa científica requer uma análise plena acerca das teorias de base que permeiam o estudo. Para Kerlinger (1980), os construtos são fabricados propositalmente a partir de um marco teórico,

podendo ser determinado de tal forma que possa ser delimitado, explicado em proposições particulares observáveis e mensuráveis.

Para Abbagnano (1970) Os constructos devem constituir um objeto ideal para a pesquisa, promovendo o progresso da observação, tornando-se a base para previsão e a explicação dos fatos.

Os constructos funcionam como operacionalização das abstrações realizadas pelos cientistas sociais, considerando o marco teórico, formando um conceito, uma definição operacional robusta, na busca de representar empiricamente funções norteadoras do estudo. (Selltiz et al. 1987).

Neste contexto, considerando a questão de pesquisa proposta: “Qual a eficiência da destinação de recursos orçamentários do Programa Bolsa Família em relação aos índices de desenvolvimento nos municípios paranaenses?”, este estudo operacionaliza a avaliação de desempenho-eficiência como constructo norteador. Também evidencia como constructo de segunda ordem o desenvolvimento municipal, deixando assim, completo os elementos que farão parte da estrutura metodológica deste processo de mensuração, expostos de forma sintética no Quadro 7:

Quadro 7 – Constructos e Variáveis

Constructo de 1º Ordem	Constructo de 2º Ordem	Variáveis identificadas
Avaliação de Desempenho <i>Eficiência</i>	Desenvolvimento Municipal	<u>Causa</u> -Alocação de Recursos Públicos -Programas Sociais -Programa Bolsa Família
		<u>Efeito</u> Desenvolvimento Municipal -IFDM -Emprego e Renda -Educação -Saúde

Fonte: O Autor (2016)

Como esta pesquisa aborda a função da eficiência como uma “*marca d’água*”, mencionada em praticamente todos os tópicos deste estudo, é preciso declarar de forma objetiva quais são as variáveis que serão medidas. Para este estudo, que trabalha com a análise envoltória de dados (DEA), é necessário alinhar estas variáveis nos seus devidos processos estipulando os *inputs* e *outputs*, Conforme evidenciados no Quadro 8:

Quadro 8 – Identificação das Variáveis

Variáveis Identificadas		
Inputs	Outputs	
<b>Repasse do PBF</b> <i>Variável Independente</i> Valor anual repassado ao município da amostra – 2009/2013	<b>IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal</b> <i>- Variável Dependente</i> Acompanhamento do índice anual de desenvolvimento dos municípios da amostra – 2009/2013	
	<b>IFDM – Saúde</b> <i>Variável Dependente</i>	Número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e Internação Sensível à Atenção Básica.
	<b>IFDM – Educação</b> <i>Variável Dependente</i>	Matrículas na educação infantil e os seguintes dados sobre o ensino fundamental: abandono, distorção idade/série, docentes com ensino superior, média de horas/aula diárias e resultado do IDEB.
	<b>IFDM – Emprego e Renda</b> <i>Variável Dependente</i>	Geração de emprego formal, absorção da mão de obra local, geração de renda formal, salários médios do emprego formal e desigualdade.

Fonte: O Autor (2016)

Uma vez evidenciado os constructos norteadores da pesquisa, vale ressaltar que investigações acerca da avaliação de desempenho no setor público, propõem a eficiência como resultado esperado, conforme explorado nas interferências teóricas deste estudo.

### 3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo Marconi; Lakatos (1996) define-se população ou universo da pesquisa, como o conjunto de indivíduos que partilham de, pelo menos, uma característica em comum. Neste sentido este estudo delimita sua população aos 399 municípios do Estado do Paraná, aplicando tratamento estatístico para apresentação da amostra a ser trabalhada.

Após o levantamento do universo de pesquisa foi preciso limitar este números mantendo o nível de confiança de modo a conservar a confiabilidade das informações. Neste processo de levantamento amostral, foi considerado um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 5%. Na Tabela 2 encontra-se o resultado da aplicação da fórmula para determinação de amostras para populações finitas:

Tabela 2– Amostra estatística

<b>Total de Municípios</b>	<b>399</b>
Nível de Confiança	95%
Erro Amostral	5%
<b>Amostra</b>	<b>196</b>

Fonte: O Autor (2016)

Em um primeiro momento foi realizado uma estratificação territorial, seguindo a divisão política das mesorregiões adotada pelo IPARDES e IBGE, assim todas as regiões estarão presentes e contempladas neste estudo. Conforme descrito na Tabela 3, foi estratificado o território do Estado do Paraná em mesorregiões, respeitando a proporcionalidade, que além de garantir a representatividade igualitária, apresenta uma variável de controle considerável, uma vez que segmenta o resultado por território:

Tabela 3 – Proporção das Mesorregiões

<b>Mesorregiões</b>	<b>Nº de Mun.</b>	<b>Proporção</b>	<b>Amostra Mun.</b>
Noroeste	61	15,3%	30
Centro Ocidental	25	6,3%	12
Norte Central	79	19,8%	39
Norte Pioneiro	46	11,5%	23
Centro Oriental	14	3,5%	7
Oeste	50	12,5%	25
Sudoeste	37	9,3%	18
Centro-Sul	29	7,3%	14
Sudeste	21	5,3%	10
Metr. de Curitiba	37	9,3%	18
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100%</b>	<b>196</b>

Fonte: O Autor (2016)

Conforme quadro apresentado, a mesorregião Noroeste contém 61 municípios, com uma proporção de 15.3% dos 399 municípios paranaenses, usando esta mesma proporção na amostra, 15,3% de 196 municípios, estará representado por 30 municípios, o mesmo acontece com as demais regiões.

Para a escolha das unidades de observação dentro desta

estratificação realizou-se a amostra aleatória simples, onde “n” é o desenho a partir da população “N”, de tal maneira que unidade “n” tem a mesma probabilidade de ser selecionada. Neste contexto optou-se pelo Microsoft Excel® por meio da função =Aleatório(), realizando uma amostra estratificada probabilística, contemplando a representatividade sem interferência ou tendências que pudessem surgir. Esta consideração da representatividade da população é muito importante, uma vez que buscou-se declarar características populacionais tanto em relação a eficiência dos municípios, quanto em suas correlações.

### 3.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Atribui-se a pesquisa documental a característica de trabalho com materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1989).

Para a coleta de dados da presente pesquisa, foi necessário duas etapas norteadas pela questão de pesquisa. Em um primeiro momento, na busca de inferências reais para o subsidiar as respostas pretendidas desta pesquisa, a coleta de dados acerca da alocação de recursos públicos, em específico os repasses do Programa Bolsa Família, foi realizada no sítio <http://www.portaltransparencia.gov.br/> do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, buscas para contemplar cada unidade disponibilizada por meio da amostra aleatória simples. Com a necessidade de uniformizar os repasses do PBF aos municípios, foi necessário encontrar um divisor que fosse muito peculiar, uniformizando e mantendo as características de cada município, assim foi realizada a coleta de dados junto ao sítio do IBGE por meio do endereço [http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm) para colher o PIB municipal de 2009 a 2013 e perfazer um novo índice (*input*) na utilização do modelo DEA na mensuração da eficiência. Em um segundo momento foi coletado junto ao sítio do Sistema Finjan - <http://www.FIRJAN.com.br/ifdm/> - os dados acerca do desenvolvimento municipal das unidades da amostra, sendo: Os índices IFDM global – IFDM saúde, IFDM educação e IFDM emprego e renda, ano a ano no período de 2009 a 2013.

Nesta perspectiva todos os dados coletados junto ao sítio do MDS foram organizados e parametrizados como referência de pré tratamento dos dados, separando por unidade – valor – ano (2009 a 2013), perfazendo 5 interferências por

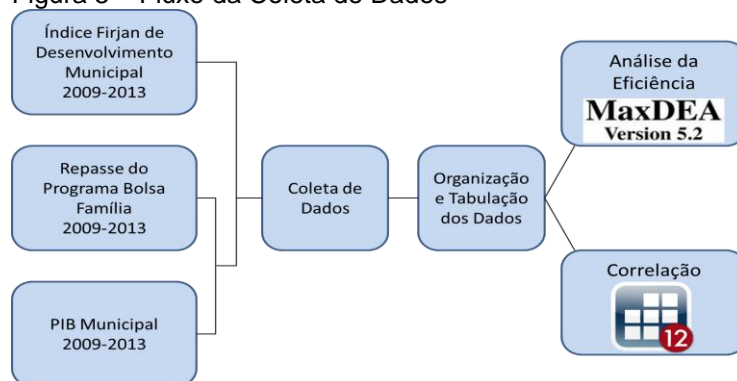
município, e um total geral de quase 1000 observações, apenas para a variável de entrada – *inputs*.

Os dados coletados junto ao IBGE, referentes ao PIB municipal, também foram parametrizados junto aos valores coletados do programa bolsa família, respeitando suas peculiaridades de município e ano (2009 a 2013).

Já os dados coletados junto ao sistema FIRJAN, geraram quase 4000 observações relativos as variáveis de saída (*outputs*). Também organizado e parametrizado em arquivo do Excel® como forma de preparação para o devido tratamento estatístico.

As etapas acima realizadas propõem, cada uma com seu processo e objetivo (*inputs e outputs*), o seguinte fluxo de coleta de dados exemplificado na Figura 5:

Figura 5 – Fluxo da Coleta de Dados



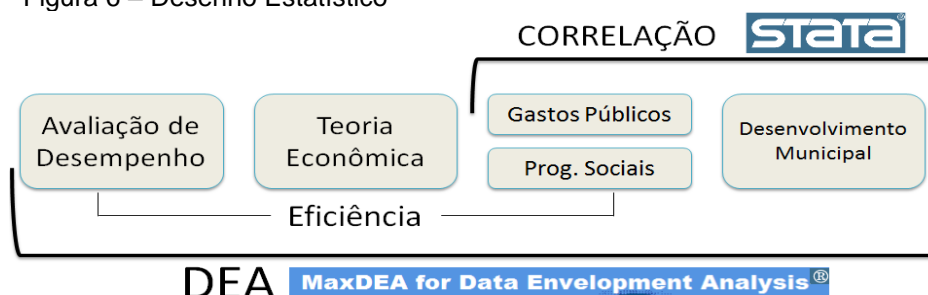
Fonte: O Autor (2016)

Com esta coleta de dados exemplificado neste tópico do estudo, pode-se medir com clareza e objetividade o propósito apresentado por esta pesquisa, podendo então submeter ao tratamento estatístico os dados ora coletados.

### 3.6 PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS

Este estudo se propõe a avaliar a eficiência dos recursos orçamentários acerca do Programa Bolsa Família, por meio da Análise Envolvória de Dados (DEA), analisando o comportamento das variáveis relacionando os repasses ao índice de desenvolvimento municipal – IFDM. Conforme a Figura 6, para contemplação dos objetivos, foi necessária a aplicação de dois modelos estatísticos:

Figura 6 – Desenho Estatístico



Fonte: O Autor 2016

Para contemplar os objetivos a que esta pesquisa realizaram-se dois tratamentos distintos, que darão subsídios para interpretações acerca da questão proposta por este trabalho.

Na mensuração da eficiência dos repasses do Programa Bolsa Família nos municípios paranaenses, este estudo utiliza a Análise Envoltória de Dados – DEA (*Data Envelopment Analysis*), pelo programa **MaxDEA®**, processando e declarando um escore de unidades acerca da sua eficiência, utilizando as variáveis já apresentadas.

A Análise envoltória de Dados – DEA tem a função de avaliar o desempenho de unidades tomadoras de decisão DMUs, neste caso os municípios, estruturando uma fronteira de produção, sendo estes resultados combinações da eficiência entre inputs e outputs.

A premissa básica deste modelo é mensurar e evidenciar o desempenho das unidades da amostra que realizam tarefas similares relacionando seus insumo e produtos (inputs e outputs). Entende-se assim que se determinada DMU alcançou produção X utilizando insumo Y, é esperado que qualquer outra DMU também possa alcançar este resultado. (GUEDES 2002).

O sistema lógico da eficiência técnica, fundamenta-se da definição do “ótimo de Pareto”, onde acontece o ponto máximo de produção tendo como limitação a não afetação de outros outputs (CHARNES et al, 1994).

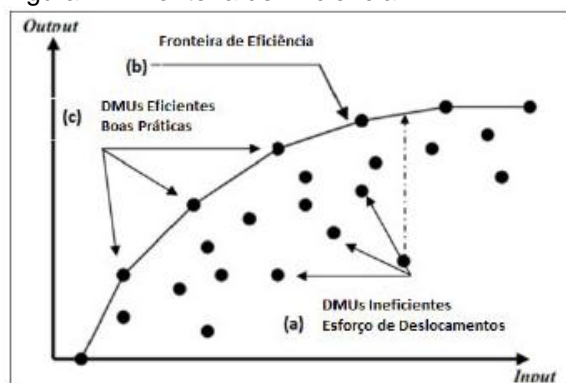
O DEA é imensamente utilizado em pesquisas que trabalham a eficiência como forma de mensurar do desempenho de empresas, unidades, entidades, etc. Deve-se, em parte, o grande uso desta técnica por possibilitar processar dados nem sempre relacionáveis pela tamanha variação.

Conforme abordado por Guerreiro, et al (2006), na utilização método



DEA é importante verificar que os índices de eficiência são estabelecidos entre as DMUs da amostra, caso seja computado uma nova unidade deverá ser recalculado o processo, podendo mudar a escala de eficiência, ou seja, uma DMU que era eficiente, pode deixar de ser. Conforme estrutura da Figura 7, é aspecto interessante relatar que mais de uma unidade pode se mostrar eficiente, conseguindo declarar a fronteira de eficiência:

Figura 7 – Fronteira de Eficiência



Fonte: Pedroso; Calmon; Bandeira (2009)

Nesta explicação apontada por Pedroso, et al (2009), ao estabelecer a eficiência das DMUs, traçou-se a fronteira de eficiência, servindo de parâmetro para as demais unidades, mostrando, além das relações eficientes entre elas, necessidades de ajustes para DMUs ineficientes (Banker; Maindiratta, 1986).

Existem varias métricas de aplicação da DEA, cada um traz uma informação de maneira específica, para uma necessidade também específica. É preciso realizar uma delimitação do processo aplicando a metodologia que mais se encaixa para este estudo.

### 3.6.1 Definição do modelo DEA

O modelo DEA teve início com os trabalhos de Koopmans, Debreu (1951) e Farrel (1957), sendo operacionalizada somente a partir da década de 70 e 80. A partir da tese de doutorado, Charnes, Cooper e Rhodes (1978), aperfeiçoaram, generalizaram e ampliaram os estudos de Debreu e Farrel, trabalhando com múltiplos insumos e produtos para a obtenção de um indicador que atendesse aos conceitos de eficiência de Koopmans.

O primeiro modelo utilizado, que passou a ser conhecido como CCR (Charnes, Cooper e Rhodes), adota a hipótese de rendimentos constantes de

escala, potencializando o quociente entre a combinação linear dos insumos e produtos (outputs/inputs), sempre com a restrição de que para as DMUs esse quociente não pode ser maior que 1. Mediante alguns métodos aritméticos, esse modelo de programação fracionária pode ser linearizado, convertendo-se no Problema de Programação Linear (PPL) apresentado em (1), no qual  $h_o$  é a eficiência da DMU o em análise;  $x_{io}$  e  $y_{jo}$  são os inputs e outputs da DMU o;  $v_i$  e  $u_j$  são as variáveis de decisão e representam os pesos calculados pelo modelo para insumos e produtos (inputs/outputs), respectivamente. O valor de  $h_o$  está no intervalo [0,1]; assim quando  $h_o$  vale 1, a unidade em avaliação é considerada eficiente.

$$\begin{aligned} \max \quad & h_o = \sum_{j=1}^m u_j y_{jo} \\ \text{sujeito a} \quad & \\ & \sum_{i=1}^n v_i x_{io} = 1 \\ & \sum_{j=1}^m u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^n v_i x_{ik} \leq 0, \quad k = 1 \dots s \\ & u_j, v_i \geq 0, \quad i = 1 \dots n, \quad j = 1 \dots m \end{aligned}$$

Conforme Adler et al (2002), o modelo DEA – CCR, traduzido em um programa linear, poder ser orientado tanto para seus insumos (inputs), como também para seus produtos (outputs), assim teríamos as seguintes variações expostas no Quadro 9:

Quadro 9 – Variação do Modelo CCR

Orientado para Inputs	Orientado para Outputs
$\text{Max} \quad h_k = \sum_{r=1}^s u_r y_{rk}$ <p>Sujeito a:</p> $\sum_{i=1}^m v_i x_{ij} - \sum_{r=1}^s u_r y_{rj} \geq 0 \quad \text{para } j = 1, \dots, n,$ $\sum_{i=1}^m v_i x_{ik} = 1,$ $u_r \geq \varepsilon \quad \text{para } r = 1, \dots, s,$ $v_i \geq \varepsilon \quad \text{para } i = 1, \dots, m.$	$\text{Min} \quad \frac{1}{h_k} = \sum_{i=1}^m v_i x_{ik}$ <p>Sujeito a:</p> $\sum_{i=1}^m v_i x_{ij} - \sum_{r=1}^s u_r y_{rj} \geq 0 \quad \text{para } j = 1, \dots, n,$ $\sum_{i=1}^m u_r y_{rk} = 1,$ $u_r \geq \varepsilon \quad \text{para } r = 1, \dots, s,$ $v_i \geq \varepsilon \quad \text{para } i = 1, \dots, m.$

Fonte: O Autor (2016) adaptado de De Mello (2008)

O modelo orientado para os insumos (inputs), busca atingir a

eficiência por meio da redução equiproporcional das entradas, mantendo as saídas constantes. Enquanto o modal orientado aos produtos (outputs) busca alcançar o maior grau de outputs mantendo fixos os inputs (GIACOMELLO; OLIVEIRA, 2014).

O trabalho de Banker, Charnes e Cooper (1984), estende o modelo original para o caso de rendimentos variáveis de escala, modelo BCC (**B**anker, **C**harnes e **C**ooper).

Para De Mello; *et all* (2008), o modelo BCC, trabalha as disposições de eficiência de outputs com variação de escala, não assumindo a proporcionalidade entre entradas e saídas. A formulação do modelo BCC usa para cada DMU o problema de programação linear (PPL), assim apresentado:

$$\begin{aligned}
 \max \quad & h_o = \sum_{j=1}^m u_j y_{jo} - u_* \\
 \text{sujeito a} \quad & \\
 & \sum_{i=1}^n v_i x_{io} = 1 \\
 & \sum_{j=1}^m u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^n v_i x_{ik} - u_* \leq 0, \quad k = 1 \dots s \\
 & u_j, v_i \geq 0, \quad i = 1 \dots n, \quad j = 1 \dots m \\
 & u_* \in \Re
 \end{aligned}$$

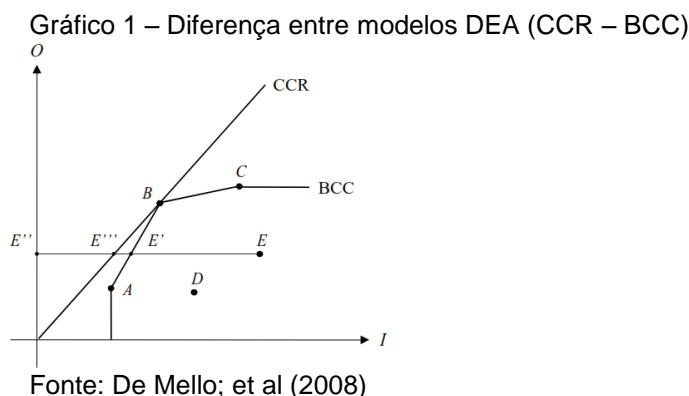
De Mello; et al (2008), explana que nesse modelo, para a DMU o em análise, a eficiência é dada por  $h_o$ ;  $x_{ik}$  representa o input i da DMU k;  $y_{jk}$  representa o output j da DMU k;  $v_i$  e  $u_j$  representam os pesos dados aos inputs i e aos output j, respectivamente  $u_*$ ; é um fator de escala (quando positivo, indica que a DMU está em região de retornos decrescentes de escala; se negativo, os retornos de escala são crescentes; se nulo, a região é de retornos constantes de escala). Se  $h_o$  é igual a 1, a DMU o em análise é considerada eficiente. No PPL, as variáveis de decisão são  $v_i, u_i, u_*$

Conforme aponta De Mello, et al (2008) em sua comparação entre o Modelo RCC e BCC complementa que:

De forma não matemática, no modelo BCC uma DMU é eficiente se, na escala em que opera, é a que melhor aproveita os inputs de que dispõe. Já no modelo CCR, uma DMU é eficiente quando apresenta o melhor quociente de outputs em relação aos inputs, ou seja, aproveita melhor os inputs sem considerar a escala de operação da DMU.

Apresentando esta diferença modal entre as fronteiras de eficiência

a seguir:



Conforme o Gráfico 1, o modelo BCC, por apresentar-se mais complacente que o CCR, resulta geralmente em um maior número de DMUs eficientes, e por uma questão de características matemáticas inerentes ao processo do modelo, DMUs com inputs com menor valor, ou com outputs de maior valor seriam considerados eficientes, por mais que não obtenham relações favoráveis com as demais variáveis. Esses acontecimentos são chamados de unidades falsamente eficientes ou eficientes à partida. (DE MELLO; et al, 2008)

Para a escolha do modelo DEA adequado para este estudo, foi realizado a correlação estatística em parte significativa em DMUs da amostra, tomando como base para inputs os gastos orçamentários com repasses do Programa Bolsa Família e outputs o índice de desenvolvimento municipal para estas DMUs, segmentando o resultado ano a ano (2009 a 2013). A Tabela 4 mostra a seguinte resposta de correlação:

Tabela 4 – Correlação ano a ano

<i>Coefficiente de correlação</i>	
2009	0,81000586895
2010	0,85704892132
2011	0,76012354680
2012	0,76842637976
2013	0,80812637240

Fonte: O Autor (2016)

Este procedimento é necessário para entender o comportamento das variáveis inputs e outputs, relacionado seu desempenho ao modelo DEA pertinente. Para sua interpretação observou-se Franzblau (1958) que discorre sobre

diferentes níveis para o  $r$  na significância da correlação:

Tabela 5 – Níveis de correlação

Significância na Correlação	
Resultados menores que 0,20	Correlação negligenciável
Resultados entre 0,20 e 0,40	Correlação fraca
Resultados entre 0,40 e 0,60	Correlação Moderada
Resultados entre 0,60 e 0,80	Correlação forte
Resultados acima de 0,80	Correlação é muito forte
Resultado encontrado 1	Correlação perfeita

Fonte: O Autor (2016), adaptado de Franzblau (1958)

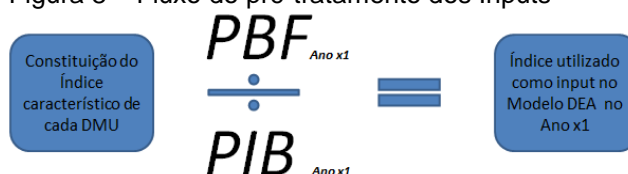
Desta forma, analisando que as correlações do período de 2009 a 2013 variaram de  $R = 0,76012$  a  $R = 0,85704$ , e tomando por base a forma qualitativa de interpretação de Franzblau (1958), pode-se constatar que os coeficientes encontram-se em níveis de correlação *forte* e *muito forte*. Neste contexto, este estudo optou pela utilização do modelo DEA-CCR orientado a *outputs*, que para seu uso, mantém a condicionalidade de rendimentos constantes de escala, potencializando o quociente entre a combinação linear dos insumos e produtos (outputs/inputs).

Como esta pesquisa se propôs trabalhar o modelo CCR para medir a eficiência técnica das DMU's, foi necessário adaptar os dados coletados a uma realidade mais específica de cada DMU. Isto acontece porque o DEA mensura as mediadas de eficiência técnica comparando seus escores em um conjunto de DMU's, trabalhando inputs e outputs. Surge então a dificuldade de comparação de um município de pequeno porte que recebe R\$ 280.000,00 de repasse do PBF e teve um aumento de 0,3 no índice de desenvolvimento municipal com outro município, que no mesmo período recebeu R\$ 45.000.000,00 e obteve um aumento de 0,5 no mesmo índice. Para singularizar o repasse do programa bolsa família, optou por encontrar um divisor que tratasse a especificidade de cada município, propondo assim um novo índice para ser trabalho pela análise envoltória de dados. O divisor escolhido foi o PIB Municipal, que, assim como índice FIRJAN, é disponibilizado ano a ano junto ao sítio do IBGE. Muitos são os fatores que justificam a escolha do PIB como divisor, uma vez que é um índice técnico amplamente utilizado em pesquisas científicas e base para orientação de programas do Estado, entre outros. Porém a grande contribuição na utilização do PIB Municipal neste

trabalho é de tornar o repasse do PBF um índice de peculiaridades únicas e muito individualizado para cada DMU, assim, o PIB irá singularizar os repasses do PBF e ainda guardar particularidades, atributos e características muito próprias do de cada DMU estudada.

Neste contexto, para o tratamento dos dados sob a ótica da análise envoltória de dados, foi executado o seguinte pré-tratamento do repasse do Programa Bolsa Família:

Figura 8 – Fluxo do pré-tratamento dos Inputs



Fonte: O Autor (2016)

Assim cada DMU terá como variável de entrada (input) um índice revelado pela divisão do valor do repasse do PBF e o PIB Municipal, cada qual no seu respectivo período. Assim para o ranking de scores de eficiência terá como município mais eficiente aquele que atingir maior output, considerando seus inputs.

Este estudo optou por gerar informações gerais e específicas, encontrando a Eficiência das DMU's, em um primeiro momento, analisando todos os municípios juntos, criando *scores* e *Benchmarking's* para os municípios da amostra. Em seguida declarando os *scores* dos municípios dentro das suas respectivas mesorregiões. Buscou-se, também, analisar os 10 municípios mais eficientes, e menos eficientes, dentro da amostra geral. Por fim, observou-se o comportamento dos municípios mais populosos e menos populosos disponíveis na amostra.

### 3.6.2 Correlação das Variáveis

Para testar a hipótese, partindo da premissa que os índices de desenvolvimento municipal variam em relação do repasse do Programa Bolsa Família, utilizou-se a correlação estatística entre as variáveis X e Y.

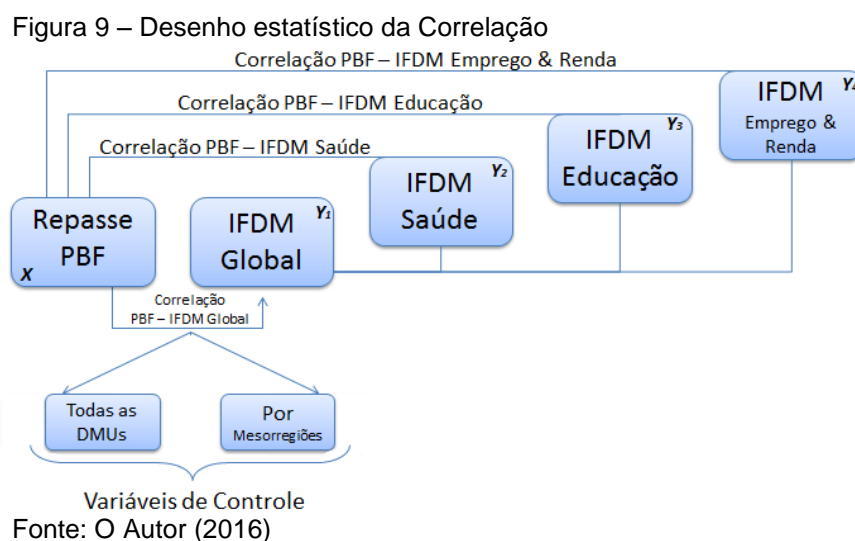
Para Figueiredo *et al* (2008) a correlação tem como objetivo principal mensurar a força ou o grau de associação linear entre duas variáveis, tomando como base o coeficiente de correlação para medir a força dessa associação. Em

termos estatísticos, tem-se essa associação quando as variáveis guardam semelhanças na distribuição dos seus escores. Em termos mais específicos, as variáveis associam-se a partir da distribuição das frequências ou pelo compartilhamento de variância.

Para Schield (1995) a correlação não pode ser usada como explicação de causalidades simples ou recursiva. Este método mostra de forma objetiva semelhanças na distribuição dos índices das variáveis. Para o autor, este método estatístico deve ser visto com cautela ao inferir quem varia em função de quem, pois trata as variáveis como X e Y, e não como dependente e independente.

Para Chen e Popovic (2002), o coeficiente de correlação alcança proporção indefinida, assim, não há lógica ao atribuir a ideia de que  $R = 0,30$  refere-se a 30%, da mesma maneira que não faz sentido analisar que  $R = 0,4$  é o dobro de  $R = 0,2$ .

Para a melhor análise dos fenômenos, foram realizados processos de correlação segmentados, como sege:



Como exposto acima, e de maneira a entender o comportamento das variáveis, foi realizado a análise da correlação, por meio do programa STATA 12®, do repasse do Programa Bolsa Família e o IFDM Global.

Este estudo estabelece 2 variáveis de controle: Correlação de todos os municípios da amostra e correlação por mesorregiões, assim poderemos entender como se comportam essas variáveis dentro de suas especificidades.

O IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal) global, aqui

tratado como variável  $Y_1$ , é composto de outros três índices: IFDM saúde( $Y_2$ ), IFDM educação( $Y_3$ ) e IFDM emprego e renda( $Y_4$ ), em todos estes índices foram realizadas a correlação junto ao repasse do PBF, variável  $X$ , a fim de identificar se a correlação é mais consistente, quando analisados os índices segmentados que compõe o IFDM.

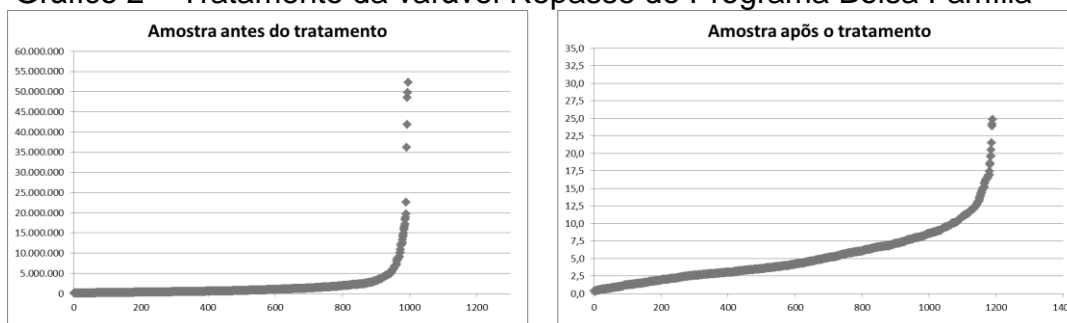


#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo alude as especificidades e características dos municípios da amostra proposta por este estudo. Assim, por meio da técnica da Análise Envoltória de Dados – DEA, declara a eficiência das DMU's, no contexto geral contemplando os municípios do Paraná, e também peculiaridades da eficiência dentro de cada uma das 10 mesorregiões do Estado. Posteriormente, no propósito de auferir uma medida padronizada entre as variáveis deste estudo, utilizou-se a correlação estatística entre o repasse do Programa Bolsa Família aos municípios da amostra e os índices de IFDM de desenvolvimento municipal.

Inicialmente para evitar que a amostra guardasse um falso eficiente, realizou-se o tratamento dos valores de entrada, aqui tratado como *inputs*. Assim, o gráfico comparativo 2 demonstra os dados antes e depois da inferência do PIB como divisor de modo a tornar a amostra mais homogêneo e ainda assim, guardar suas peculiaridades.

Gráfico 2 – Tratamento da varável Repasse do Programa Bolsa Família



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O modelo da análise envoltória de dados é sensível a valores atípicos, arbitrando falsos eficientes, onde o alcance do ponto alvo acontece apenas por certas particularidades aritméticas na relação entre seus insumos e produtos (*inputs/ outputs*), o que pode não corresponder a uma eficiência real. Como demonstrado no gráfico 2 o tratamento dos dados, propondo o PIB como divisor, de modo a singularizar o repasse do programa bolsa família, foi muito satisfatório, pois conseguiu harmonizar a variável e ao mesmo tempo manteve suas características, o que é muito importante para uma análise correta da mensuração da eficiência.

## 4.1 ANALISE DA EFICIÊNCIA

Os elementos abordados neste estudo estão limitados a coleta de dados nos 196 municípios da amostra, em uma população de 399 municípios do Estado do Paraná. Obtendo 980 observações acerca do repasse do Programa Bolsa Família, juntamente com 980 observações do PIB municipal, para a geração de um novo indicador de entrada (*inputs*). Em um segundo momento, foram coletados os índices IFDM estratificado em suas variáveis de composição – saúde – educação – emprego & renda – gerando um total de 3920 observações.

Os municípios da amostra foram estratificados nas 10 mesorregiões, respeitando a sua proporção dentro do Estado, de modo contemplar a participação de todas as regiões. Unindo assim municípios com demandas gerais e específicas inerentes a sua região territorial, social e econômica.

A mensuração da eficiência foi operacionalizada pelo *software* Maxdea® versão 6.6 rodando o modelo CCR orientado para *outputs*, possibilitando a obtenção de escores acerca da eficiência de cada DMU da amostra e estratificado nas mesorregiões.

### 4.1.1 Análise da eficiência de todos os municípios da amostra.

Neste tópico busca-se analisar qual o município mais eficiente, quando trabalhado as variáveis repasse do PBF/PIB, como *inputs*, e o índice Firjan de desenvolvimento municipal, como *outputs*, aplicando esta metodologia em todos os 196 municípios da amostra, ano a ano.

Em uma análise ampla apresenta-se a mensuração da eficiência considerando todos os municípios da amostra. Neste contexto tem-se uma visão geral acerca da eficiência na alocação dos repasses do Programa Bolsa Família em relação aos índices de desenvolvimento municipal. Para uma melhor abrangência a modelos eficientes e não eficientes das DMU's, em um primeiro momento agrupou-se os 10 municípios mais eficientes da amostra, assim discriminados na tabela 7:

Tabela 7 – Ranking do 10 municípios mais eficientes

2009		2010		2011		2012		2013	
DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score
Araucária	1	São J. dos Pinhais	1	São J. dos Pinhais	1	São J. dos Pinhais	1	Quatro Barras	1
Maripá	0,9278	Maripá	0,8205	Maripá	0,7424	Indianópolis	0,7515	Maripá	0,8321
São J. dos Pinhais	0,7505	Maringá	0,6846	Quatro Barras	0,6786	Maripá	0,7176	São J. dos Pinhais	0,7748
Maringá	0,6439	Quatro Barras	0,6682	Indianópolis	0,6565	Maringá	0,6672	Indianópolis	0,6193
Palotina	0,6150	Arapongas	0,5499	Maringá	0,6194	Quatro Barras	0,6330	Maringá	0,5581
Quatro Barras	0,5088	Araucária	0,5139	Quatro Pontes	0,6126	Curitiba	0,5883	Cafelândia	0,5240
Arapongas	0,5026	Pinhais	0,5090	Curitiba	0,5039	Cafelândia	0,5857	Curitiba	0,5136
Quatro Pontes	0,4860	Curitiba	0,5049	Cafelândia	0,4621	Quatro Pontes	0,5276	Quatro Pontes	0,4604
Curitiba	0,4371	Cianorte	0,4704	Arapongas	0,4544	Cianorte	0,5009	Cianorte	0,3960
Cafelândia	0,3925	Floraí	0,4649	Cianorte	0,4532	Arapongas	0,4613	Jundiaí do Sul	0,3405

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Os municípios que estão com cor mais escura no quadro, foram DMU's que durante o período analisado, 2009 a 2013, sempre estiveram contemplados nas 10 primeiras posições do ranking de eficiência. Mostrando assim que existe uma cultura de bom desempenho, onde, municípios eficientes tende a se manter eficientes.

A partir dos dados analisados, em razão das DMU's da amostra, pode verificar que o município de Quatro Barras mostrou-se eficiente em 2013, obtendo também um bom desempenho em 2011, porem nos anos de 2009, 2010 e 2012, ficou entre 50% e 66% da DMU alvo. O município de Araucária que foi eficiente em 2009, figurou com índice de 51% em 2010 não mais constando na relação dos 10 municípios mais eficientes nos anos de 2011 e 2012, chegando a 2013 apenas com a 13ª colocação, com eficiência de, somente, 31% em razão da DMU alvo.

Curitiba, capital e maior economia do Estado, figura desde 2009 a 2013 entre as 10 DMU's mais eficientes, porem apenas como coadjuvante, com índices que variam entre 43% a 56% do município mais eficiente. Neste contexto, vale ressaltar, que Curitiba recebeu cerca de R\$ 230 milhões relativos ao repasse do PBF, sendo R\$ 52 milhões apenas em 2013 quando teve uma baixa de 7% na sua eficiência em relação ao ano anterior. Em termos de valores Curitiba recebeu mais de 100 vezes o valor repassado para o município mais eficiente da amostra no ano de 2013, porem sem alcançar a mesma eficiência.

Três DMU's destacaram-se na avaliação de desempenho ao longo do corte temporal estudado. O município de São José dos Pinhais, segunda maior economia do Estado, situado na região Metropolitana de Curitiba, esteve em evidência mesmo quando não foi o município mais eficiente. Nos anos de 2010 a 2012 constou como município *benchmarking*, encontrando o melhor processo

*inputs/outputs*. Nos anos de 2009 e 2013, em que não esteve a frente no ranking, obteve altos escores que variaram de 75% a 77% de eficiência, declarando assim como município mais eficiente de toda a amostra.

Porem, o município que mais surpreendeu no ranking de DMU's mais eficientes do Estado foi o município de Maripá. Localizado na mesorregião Oeste do Paraná, a cidade tem cerca de 6 mil habitantes e conta com um orçamento total de 30 milhões de reais, obteve de repasse do PBF apenas R\$ 356.705 reais durante os 5 anos de análise do estudo, Londrina, por exemplo, recebeu 82 milhões do programa figurando entre a 20º e 30º colocação na lista. A princípio gerou uma dúvida quanto esta DMU poder ser um falso eficiente (*outlier* do modelo). Mas analisando seu comportamento durante todo o período pesquisado, pode-se avaliar que esta DMU foi o segundo município mais eficiente em 2009, 2010, 2011 e 2013, e mesmo quando ficou em terceiro lugar em 2012 alcançou uma eficiência relevante de 75% em razão da DMU alvo. Uma vez que o modelo DEA foi rodado ano a ano, cada qual com seus índices e variáveis respectivas, o surgimento deste município como falso eficiente seria uma coincidência estatística pouco provável. Mesmo assim, retornando ao tratamento das variáveis, foi processado novamente os dados, utilizando o mesmo modelo CCR porem, agora, orientado para as entradas, encontrando o mesmo nível de eficiência para a DMU em questão. Quando rodado pelo modelo BCC orientado para saída esta DMU mostrou-se eficiente juntamente com os municípios de São José dos Pinhais e Maringá, fazendo parte da fronteira de eficiência proposta pelo modelo. Neste contexto pode-se dizer que o Município de Maripá não é um falso eficiente e seus resultados merecem um estudo mais detalhado para entender de que forma estas condicionalidades influenciaram nesta eficiência. A partir dos resultados do modelo DEA, pode-se constatar que o município de Maripá foi a segunda DMU mais eficiente de toda a amostra analisada.

O município de Maringá, terceiro maior em população do Estado, com quase 400 mil habitantes, não foi o mais eficiente em nenhum dos anos analisados, mas esteve sempre bem colocado no ranking com scores consideráveis, variando de 55% a 68% de eficiência em relação a DMU alvo, alcançando resultados bem mais expressivos que município de Londrina, que recebeu quase 50 milhões a mais de repasse com o PBF e não conseguiu atingir o mesmo nível de eficiência. Neste sentido, Maringá foi o terceiro Município mais eficiente da amostra.

Com a intenção de mensurar possíveis “*anti benchmark's*”,

apresenta-se na Tabela 8 os municípios menos eficientes da amostra. Tal evidência busca características entre as DMU's e o comportamento das variáveis no período de 2009 a 2013, como segue:

Tabela 8 – Ranking dos 10 municípios menos eficientes

2009		2010		2011		2012		2013	
DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score
Curiúva	0,0192	Curiúva	0,0197	Ortigueira	0,0202	Tunas do Paraná	0,0238	Curiúva	0,0186
Jardim Alegre	0,0192	Campina do Simão	0,0193	Altamira do Paraná	0,0198	Espigão Alto do Iguaçu	0,0238	Espigão Alto do Iguaçu	0,0182
Ortigueira	0,0189	Ortigueira	0,0187	Curiúva	0,0188	Cantagalo	0,0228	Santa Amélia	0,0171
Boa Vista da Aparecida	0,0185	Boa Vista da Aparecida	0,0173	Cantagalo	0,0185	Curiúva	0,0217	Tunas do Paraná	0,0169
Altamira do Paraná	0,0171	Altamira do Paraná	0,0170	Diamante D'Oeste	0,0177	Palmital	0,0185	Diamante D'Oeste	0,0152
Salto do Itararé	0,0170	Cantagalo	0,0160	Imbaú	0,0167	Imbaú	0,0184	Inácio Martins	0,0142
Palmital	0,0159	Palmital	0,0137	Palmital	0,0163	Diamante D'Oeste	0,0179	Palmital	0,0135
Imbaú	0,0148	Diamante D'Oeste	0,0133	Inácio Martins	0,0157	Inácio Martins	0,0168	Imbaú	0,0134
Guaraqueçaba	0,0132	Guaraqueçaba	0,0119	Guaraqueçaba	0,0092	Laranjal	0,0100	Laranjal	0,0076
Laranjal	0,0115	Laranjal	0,0085	Laranjal	0,0088	Guaraqueçaba	0,0100	Guaraqueçaba	0,0074

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Da mesma forma que é importante declarar medidas eficientes, é necessário elencar DMU's que não são eficientes em relação as variáveis aqui trabalhadas. Este procedimento tenta evidenciar possíveis características, peculiaridades, particularidades que os municípios possam guardar quando da não eficiência.

Para uma melhor absorção visual dos resultados a Tabela 8 apresenta-se evidenciando em azul claro os municípios que estiveram presentes no ranking “negativo” das DMU's menos eficientes, trazendo a informação que municípios não eficientes tendem a inércia da não eficiência.

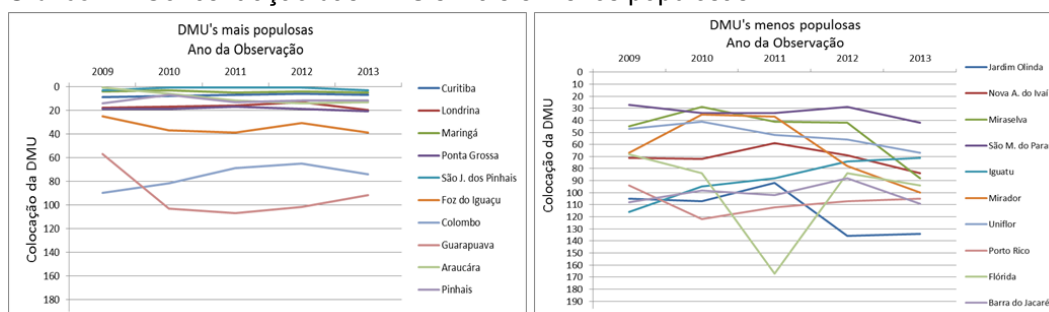
Como destaque negativo aparecem os municípios de Guaraqueçaba e Laranjal, que se alteraram na ultima colocação da avaliação dos municípios da amostra. Laranjal faz parte da mesorregião do Centro Sul Paranaense, juntamente com os municípios de Espigão Alto do Iguaçu, Campina do Simão, Inácio Martins, Cantagalo e Palmital, que também constaram neste ranking negativo, declarando assim, a mesorregião do Centro Sul Paranaense como a menos eficiente do Estado do Paraná. Esta região, que tem como cidade polo o município de Guarapuava, apresenta um PIB de aproximadamente 5 bilhões de reais e como base econômica a extração de madeira e conforme o relatório do Iparde (2013), configurando como uma das regiões mais pobres do Paraná acompanhado pelos baixos indicadores econômico sociais. Mostrando assim que a inferência de fatores negativos de infra estruturas, econômicos e sociais guardam relação com a baixa eficiência.

Nota-se ainda, a eficiência pífia das DMU's apresentadas na tabela

em relação aos demais municípios da amostra, com scores que variam de 0.74% a 2,38% de eficiência em relação a DMU alvo. Vale salientar, que, na análise realizada sobre os municípios da amostra, não encontrou relação de municípios pequenos serem menos eficientes, pois embora a lista seja findada com DMU's de baixa população, também é possível encontrar municípios de 4, 5 e 10 mil habitantes na parte intermediária do ranking, inclusive o segundo lugar geral dos municípios Maripá que tem cerca de 6 mil habitantes.

Analizou-se qual o comportamento dos municípios de maior população contemplados na amostra, a fim de verificar se características populacionais são identificáveis na variação dos escores mensurados pela análise de eficiência. Neste sentido, o Gráfico 4 mostram os 10 municípios de maior e menor população, respectivamente, do Estado do Paraná:

Gráfico 4 – Concentração das DMU's mais e menos populosas



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Analisando o comportamento das DMU's mais populosas, pode-se verificar que houve uma tendência de agrupamento na parte inicial e intermediária do gráfico, mostrando que em geral, o tamanho da estrutura disponível aos municípios mais populosos, pode potencializar a eficiência de uma distribuição correta dos recursos do Programa a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Esta correta distribuição, acompanhamento e mensuração do PBF são extremamente importantes conforme abordado nos estudos de impactos já realizados como Marques (2005); Soares (2009); Araújo (2015);. Como dissonantes deste agrupamento estão os municípios de Guarapuava e Colombo. Guarapuava é a DMU eficiente na sua mesorregião, porém não manteve essa referencia quando comparado a todos os municípios da amostra, chegando a ocupar a 107ª posição no ano de 2011 em uma amostra de 196 municípios. Destaca-se ainda, como já descrito em análises anteriores, que a mesorregião do Centro Sul Paranaense, a

qual abrange Guarapuava, é a região menos eficiente em relação a amostra geral.

Quando analisamos o comportamento das 10 DMU's menos populosas da amostra, não encontramos tendências de agrupamento na parte final da tabela, mostrando assim, que o fato de uma DMU ser menos populosa não caracteriza ser menos eficiente, um exemplo é o município de São Manuel do Paraná com população de 2098 habitantes, se manteve na parte intermediária da tabela variando entre a 27<sup>o</sup> e 42<sup>o</sup> colocação no ranking.

No ano de 2013 em particular, realizou-se, como demonstrado na Tabela 9, a mensuração da eficiência dos 10 municípios mais bem colocados da amostra, agora segmentado nas variáveis que compõe o IFDM global – Educação – Saúde – Emprego & Renda, relacionando com a Tabela 7 que tem uma perspectiva sobre a avaliação do IFDM global:

Tabela 9 – DMU's mais eficientes em cada sub índice

EDUCAÇÃO		SAÚDE		EMPREGO & RENDA	
DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score
Quatro Barras	1	Quatro Barras	1	Quatro Barras	1
Maripá	0,9521	Maripá	0,7610	São José dos Pinhais	0,9123
São José dos Pinhais	0,7256	São José dos Pinhais	0,7215	Maripá	0,7825
Indianópolis	0,6961	Indianópolis	0,5288	Indianópolis	0,6516
Maringá	0,5361	Maringá	0,5168	Maringá	0,6446
Cafelândia	0,5328	Cafelândia	0,4955	Curitiba	0,5697
Quatro Pontes	0,5159	Curitiba	0,4939	Cafelândia	0,5534
Curitiba	0,4911	Quatro Pontes	0,4038	Quatro Pontes	0,4712
Cianorte	0,3689	Cianorte	0,3836	Cianorte	0,4477
Jundiá do Sul	0,3668	Jundiá do Sul	0,3624	Arapongas	0,3780

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

As DMU's eficientes em 2013 em relação ao IFDM global, também são contempladas nos índices que o compõem. Quando analisamos os três primeiros colocados, verificamos que eles mantem constância na medida de eficiência, seja ela no output educação, saúde ou Emprego e Renda. Assim DMU's eficientes no índice geral mantem alta eficiência nos demais índices. Quando exploramos as DMU's menos eficientes encontramos a mesma inferência de forma negativa, ou seja, municípios com eficiência desprezível no IFDM global tendem a ter o mesmo desempenho pífio em nas variáveis segmentadas.

De forma sintetizada, podemos declarar, por meio dos resultados alcançados, que a DMU mais eficiente da amostra foi o município de São José dos Pinhais, por outro lado o menos eficiente foi o município de Guaraqueçaba. Encontrou-se evidências de que municípios mais estruturados (mais populosos), tendem a ser mais eficientes, porém essa característica inversa, municípios menores

serem menos eficientes, não foi comprovada, pois não encontramos agrupamentos de municípios menores somente nas parte ineficiente da tabela.

#### 4.1.2 Análise da eficiência por mesorregiões

Apresenta-se na Tabela 6, o resumo dos 5 municípios mais eficientes em cada ano observado, separados por mesorregiões, sendo escores de valor 1, para DMU eficiente e os demais escores em razão deste primeiro.

Tabela 6 – Eficiência por mesorregiões

	2009		2010		2011		2012		2013	
	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score	DMU	Score
Subsede Paranaense	Pato Branco	1	Pato Branco	1	Pato Branco	1	Pato Branco	1	Pato Branco	1
	Realeza	0,6519	Realeza	0,6861	Realeza	0,7323	Francisco Beltrão	0,6913	Francisco Beltrão	0,9577
	Francisco Beltrão	0,6031	Mangueirinha	0,5675	Francisco Beltrão	0,6001	Mangueirinha	0,6161	Bom Sucesso do Sul	0,7237
	Mariópolis	0,5248	Francisco Beltrão	0,5674	Mangueirinha	0,5969	Realeza	0,6105	Mangueirinha	0,7211
	Bom Sucesso do Sul	0,4472	Mariópolis	0,4837	Bom Sucesso do Sul	0,5207	Bom Sucesso do Sul	0,5774	Realeza	0,6560
Sudeste Paranaense	Paulo Frontin	1	Paulo Frontin	1	Paulo Frontin	1	Paulo Frontin	1	Paulo Frontin	1
	União da Vitória	0,8651	União da Vitória	0,7194	União da Vitória	0,6169	União da Vitória	0,5601	União da Vitória	0,5408
	Mallet	0,6222	Mallet	0,6678	Mallet	0,5861	Mallet	0,4477	Imbituva	0,3336
	Porto Vitória	0,5321	Porto Vitória	0,3802	Porto Vitória	0,3076	Imbituva	0,2813	Mallet	0,3277
	General Carneiro	0,3471	Guamiranga	0,3429	Guamiranga	0,2765	Porto Vitória	0,2567	Guamiranga	0,2815
Oeste Paranaense	Maripá	1	Maripá	1	Maripá	1	Maripá	1	Maripá	1
	Palotina	0,6629	Quatro Pontes	0,5578	Quatro Pontes	0,8253	Cafelândia	0,8162	Cafelândia	0,6297
	Quatro Pontes	0,5238	Palotina	0,477	Cafelândia	0,6225	Quatro Pontes	0,7352	Quatro Pontes	0,5533
	Cafelândia	0,4231	Cafelândia	0,445	Palotina	0,4692	Palotina	0,4477	Palotina	0,3611
	Foz do Iguaçu	0,1755	Terra Roxa	0,2757	Terra Roxa	0,3508	Terra Roxa	0,3495	Terra Roxa	0,3068
Norte Pioneiro	Jundiá do Sul	1	Jundiá do Sul	1	Jundiá do Sul	1	Jundiá do Sul	1	Jundiá do Sul	1
	Joaquim Távora	0,7804	Joaquim Távora	0,7709	Joaquim Távora	0,587	Joaquim Távora	0,5249	Joaquim Távora	0,6063
	Sertaneja	0,4756	Sertaneja	0,5344	Sertaneja	0,5074	Sertaneja	0,4268	Sertaneja	0,5312
	Andirá	0,4275	Andirá	0,3352	Assaí	0,2964	Andirá	0,2982	Assaí	0,2891
	Jacarezinho	0,3917	Assaí	0,3125	Andirá	0,2924	Assaí	0,2538	Andirá	0,2671
Norte Central	Maringá	1	Maringá	1	Maringá	1	Maringá	1	Maringá	1
	Arapongas	0,7806	Arapongas	0,8033	Arapongas	0,7336	Arapongas	0,6915	Arapongas	0,5852
	Lobato	0,5616	Floraí	0,679	Floraí	0,6546	Londrina	0,5093	Ibiporã	0,4519
	Floraí	0,4883	Londrina	0,434	Londrina	0,4623	Floraí	0,4744	Ivatuba	0,4284
	Londrina	0,3895	Lobato	0,3646	Ivatuba	0,4233	Ivatuba	0,4583	Londrina	0,4171
Nordeste Paranaense	Cianorte	1	Cianorte	1	Indianópolis	1	Indianópolis	1	Indianópolis	1
	Rondon	0,9243	Indianópolis	0,7513	Cianorte	0,6903	Cianorte	0,6666	Cianorte	0,6395
	Indianópolis	0,7824	Rondon	0,6844	Rondon	0,4033	Cruzeiro do Oeste	0,3434	São J. do Patrocínio	0,4316
	Cidade Gaúcha	0,5719	São Tomé	0,3851	São Tomé	0,3635	Rondon	0,3302	São Tomé	0,3558
	São Tomé	0,464	Cidade Gaúcha	0,3342	Cidade Gaúcha	0,2845	São Tomé	0,3122	Rondon	0,3212
Metrop. de Curitiba	Araucária	1	São José dos Pinhais	1	São José dos Pinhais	1	São José dos Pinhais	1	Quatro Barras	1
	São José dos Pinhais	0,7505	Quatro Barras	0,6682	Quatro Barras	0,6786	Quatro Barras	0,633	São José dos Pinhais	0,7748
	Quatro Barras	0,5088	Araucária	0,5139	Curitiba	0,5039	Curitiba	0,5883	Curitiba	0,5136
	Curitiba	0,4371	Pinhais	0,509	Araucária	0,3845	Pinhais	0,3988	Pinhais	0,3182
	Pinhais	0,3216	Curitiba	0,5049	Pinhais	0,3597	Araucária	0,3288	Araucária	0,3124
Centro Sul	Guarapuava	1	Guarapuava	1	Guarapuava	1	Guarapuava	1	Guarapuava	1
	Laranjeiras do Sul	0,5671	Pinhão	0,8658	Pinhão	0,8701	Laranjeiras do Sul	0,7385	Laranjeiras do Sul	0,8026
	Boa V.de São Roque	0,5479	Laranjeiras do Sul	0,7242	Laranjeiras do Sul	0,7344	Pinhão	0,683	Pinhão	0,7056
	Pinhão	0,5241	Pitanga	0,6169	Pitanga	0,6243	Candói	0,5855	Candói	0,6206
	Pitanga	0,5204	Boa V.de São Roque	0,5745	Candói	0,6191	Pitanga	0,5677	Pitanga	0,5654
C. Oriental Paranaense	Ponta Grossa	1	Ponta Grossa	1	Ponta Grossa	1	Ponta Grossa	1	Ponta Grossa	1
	Castro	0,8127	Castro	0,4072	Castro	0,3514	Arapoti	0,4149	Arapoti	0,4627
	Arapoti	0,4042	Arapoti	0,3565	Arapoti	0,3454	Castro	0,3796	Castro	0,3847
	Ventania	0,3507	Ventania	0,1751	Ventania	0,1546	Ventania	0,1754	Sengés	0,1989
	Sengés	0,2634	Sengés	0,1575	Sengés	0,1503	Sengés	0,1734	Ventania	0,1650
C. Ocidental Paranaense	Terra Boa	1	Terra Boa	1	Terra Boa	1	Terra Boa	1	Terra Boa	1
	Engenheiro Beltrão	0,4864	Mamborê	0,4171	Araruna	0,5235	Araruna	0,5156	Araruna	0,6605
	Mamborê	0,4700	Engenheiro Beltrão	0,3994	Engenheiro Beltrão	0,4845	Mamborê	0,4479	Mamborê	0,4994
	Rancho A. D'Oeste	0,3999	Araruna	0,3691	Mamborê	0,4799	Engenheiro Beltrão	0,4132	Rancho A. D'Oeste	0,4813
	Quarto Centenário	0,3887	Goioerê	0,3522	Goioerê	0,4066	Goioerê	0,3992	Quarto Centenário	0,4712

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

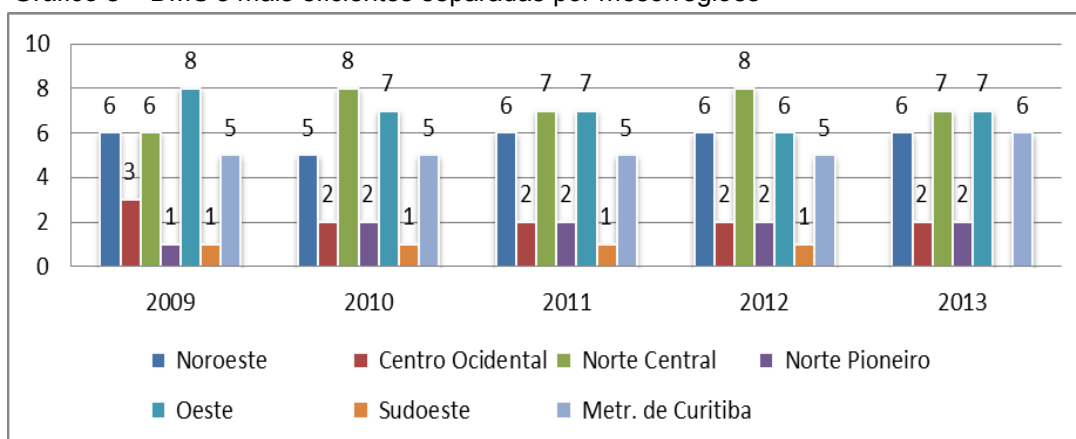


Quando analisamos a tabela segmentada em mesorregiões, é possível apurar que uma DMU ser eficiente dentro da sua mesorregião não lhe assegura resultados de alta eficiência quando comparados com todos os municípios da amostra. As regiões do Sudeste Paranaense, Centro Sul Paranaense, Sudoeste Paranaense e Centro Oriental Paranaense, não mantiveram nenhuma de suas DMU's na lista dos 25 municípios mais eficientes do Paraná, quando comparados a amostra geral. Grandes cidades como Ponta Grossa, Guarapuava, Engenheiro Beltrão, Pato Branco e União da Vitória, que apesar de serem eficientes nas suas mesorregiões, não mantiveram seus resultados quando comparados a amostra.

O município de Londrina, terceira maior economia do Paraná, com PIB de aproximadamente 15 bilhões de reais, e cidade polo na região central do Estado, não conseguiu nem atingir um índice satisfatório mesmo dentro da sua mesorregião, ficando em 5º lugar em 3, dos 5 anos analisados neste estudo, e mesmo quando ficou em terceiro dentro no ranking da sua região, alcançou apenas 50% de eficiência em relação a DMU alvo. Já o município eficiente da mesorregião do Norte Central, a qual compreende o município de Londrina, foi Maringá, que manteve seu alto desempenho na avaliação, aparecendo como a quinta DMU mais eficiente dentre todos os municípios da amostra no ano de 2013, alcançando em 2012 seu melhor escore geral de 66% de eficiência.

O Gráfico 3 mostra em quais mesorregiões estão alocados os 30 municípios mais eficientes de toda a amostra e sua variação nos anos de 2009 a 2013, mensurando a distribuição da eficiência no desenvolvimento municipal em relação ao repasse do Programa Bolsa Família no Estado do Paraná.

Gráfico 3 – DMU's mais eficientes separadas por mesorregiões



Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Quando analisamos as 30 Dmu's mais eficientes da amostra geral nos anos de 2009 a 2013, verificamos que a mesorregião do Noroeste Paranaense figurou com 5 municípios, entre os 30 mais eficientes, no ano de 2010 e 6 municípios nos anos de 2009, 2011, 2012 e 2013, entre os mais eficientes, enquanto a mesorregião do Oeste Paranaense esteve presente com 8 municípios em 2009, 7 em 2010, 2011 e 2013, e 6 municípios em 2012. A mesorregião do Norte Central Paranaense apareceu com 6 municípios em 2009, 8 em 2010 e 2012 e 7 municípios em 2011 e 2013 no ranking dos 30 mais eficientes da amostra. A mesorregião Metropolitana de Curitiba apareceu com 5 municípios nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 e 6 municípios em 2013 figurando entre os municípios mais eficientes. Em um primeiro momento pode-se pensar que a mesorregião do Norte Central foi a mais eficiente, por ter maior número de municípios entre os mais eficientes, porem ao analisarmos cada DMU, e seus respectivos scores, apuramos que a mesorregião Metropolitana de Curitiba esteve sempre presente e com scores elevados, tendo inclusive, o município mais eficiente em todos os anos da análise, e as outras DMU's presentes figuram com scores que variaram de 40% a 77% da DMU alvo. Já as mesorregiões do Norte Central e Oeste Paranaense apareceram mais vezes, porem com a grande maioria dos scores que variaram de 20% a 35% da DMU alvo. Neste sentido, em uma análise não só quantitativa, mas também qualitativa, a mesorregião Metropolitana de Curitiba é a que se apresenta mais eficiente de todas as regiões, em relação a amostra analisada.

Outra verificação importante é que em nenhum momento as mesorregiões Sudeste, Centro Sul e Centro Oriental estiveram presentes entre os 30 municípios mais eficientes da amostra. Mesmo seus municípios que apresentavam-se eficientes quando analisados em sua mesorregião, tiveram desempenho pífio na análise geral.

Foi realizado também, um levantamento das ultimas posições do ranking com os municípios menos eficientes da amostra. Chegando a constatação, tanto pelo total de municípios não eficientes, como pela relação de scores das DMU's, que a mesorregião do Centro Sul Paranaense é a menos eficiente considerando a amostra analisada, tendo 10 dos seus 14 municípios nas ultimas colocações do ranking.

De forma a sintetizar as informações, podemos declarar que a mesorregião mais eficiente é a Metropolitana de Curitiba, enquanto a Mesorregião

do Centro Sul Paranaense é a menos eficiente. Outro levantamento importante é que municípios serem eficientes dentro da sua mesorregião, não lhe assegura eficiência, ou alta eficiência, quando confrontados com todos os municípios da amostra.

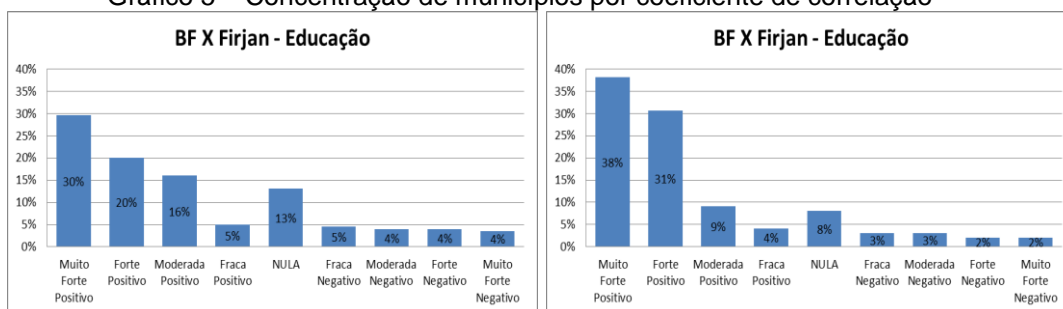
## 4.2 ANALISE DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

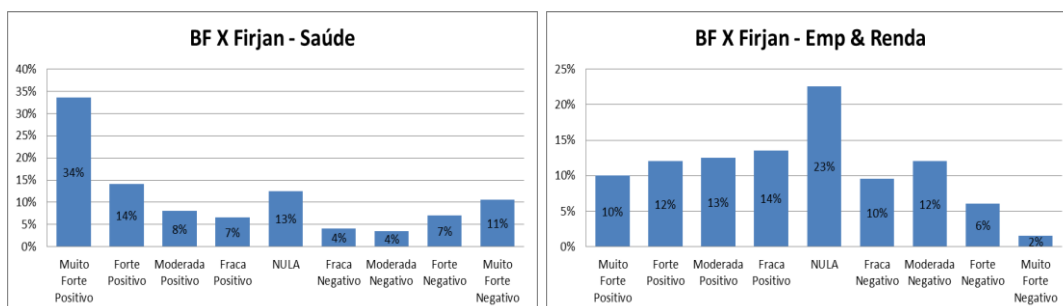
A correlação estatística foi realizada por meio do software STATA® versão 12, analisando a correlação entre os valores repassados ao PBF e a variação dos índices de desenvolvimento municipal, aqui representados pelo índice IFDM.

O coeficiente de correlação varia de -1 a 1, sendo que valores próximos de 0 mostram que não houve correlação, e quanto maior a proximidade das extremidades maior a correlação das variáveis. Existem várias métricas para a interpretação desta variação (-1 e 1), para esta pesquisa, adotaremos os níveis de correlação de Franzblau (1958), onde resultados menores que 0,20 = Correlação negligenciável, resultados entre 0,20 e 0,40 = correlação fraca, resultados entre 0,40 e 0,60 = correlação Moderada, resultados entre 0,60 e 0,80 = correlação forte e resultados acima de 0,80 = correlação é muito forte.

Em um primeiro momento realizou-se a correlação em todos os municípios da amostra, não identificando sua mesorregião. Foi analisado o comportamento dos coeficientes de correlação em razão do índice IFDM global, e segmentado em Educação, Saúde e Emprego & Renda, declarando como estão distribuídos estes índices entre muito forte, forte, moderada, fraca e outras, como demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Concentração de municípios por coeficiente de correlação





Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

O comportamento das variáveis para correlações entre o IFDM Global e o repasse do PBF nos anos de 2009 a 2013, mostrou grande concentração de municípios com correlação muito forte (0,8 até 0,99), com um total de 30% dos municípios. Quando analisamos as correlações satisfatórias (muito forte, forte e moderada), constata-se que 66% dos municípios estão nestes níveis. Outro ponto da análise, mostra que altas correlações (0,6 até 0,99) acontecem com maior frequência em municípios mais populosos, sugerindo novamente uma relação de estrutura e as variáveis abordadas, assim como constatado no modelo DEA. Mas esta situação não acontece na razão inversa, pois não foi peculiar dessa amostra municípios menos populosos concentrarem correlações fracas ou negativas. Alguns municípios como Cruzeiro do Oeste, Itaperuçu, Engenheiro Beltrão, Araucária e Piraquara tiveram forte correlação negativa, que sugere uma inversão das variáveis, maior repasse do PBF ocasionou uma diminuição nos índices de desenvolvimento global. Este achado corrobora com os estudos de Devarajan et. al. (1996), Barro (2006), e Araujo (2010), que trabalha os impactos do gasto público no crescimento econômico, tendo como resultado o gasto público, quando realizado de forma demasiada, ou não focada, tende a impactar negativamente no crescimento econômico. Outro ponto a ser descrito é que 22% da amostra apresentaram correlação fraca ou nula, indicando que, nestes casos não houve relação entre o repasse do PBF e o IFDM Global.

A correlação entre o IFDM educação e o repasse para o PBF, foi, dentro dos municípios da amostra, o que alcançou o maior nível de municípios com correlação muito forte, 38%. Quando analisamos juntamente correlações muito forte, forte e moderada, encontramos 155 municípios da amostra nestes níveis, correspondendo a 78% dos dados analisados. Assim como aconteceu com a análise de FDM Global, neste segmento municípios maiores concentraram os maiores índices de correlação, tendo como destaque Curitiba, que obteve um coeficiente de

0,9976, mostrando uma medida de relação positiva entre IFDM educação e repasse para o PBF. O município de Barra do Jacaré mostrou um coeficiente de correlação negativo de 0,9234 evidenciando que as variáveis se relacionam de forma inversa, maior repasse, IFDM educação menor. Em uma análise geral deste segmento, mostra que as variáveis são sensíveis entre si, neste contexto tem-se evidências que as condicionalidades do PBF impactam de forma positiva no que diz respeito a educação, consentindo com os estudos de Barros (2006) e Santos (2008). Este achado se complementa quando olhamos os desdobramentos das variáveis do FIRJAN que compõem o índice da educação, sendo 5 das 7 variáveis diretamente ligadas as condicionalidades do PBF (Taxa de matrícula na educação infantil – Taxa de abandono escolar – Taxa de distorção idade/série – Resultado do IDEB).

A relação entre o repasse do PBF e o IFDM saúde mostrou que 34% dos municípios obtiveram coeficiente de correlação muito forte positiva, que corresponde a 68 municípios de uma amostra de 196. Quando ampliamos esta análise para coeficientes muito forte positivo, forte positivo e moderada positivo este número sobe para 75% dos municípios, destacando uma relação positiva entre repasse do PBF e o IFDM saúde, corroborando com os achados de BOGONI (2011). Neste contexto há evidências para dizer que as condicionalidades do PBF nas questões da Saúde (pré-natal assistido – alimentação materna – acompanhamento nutricional de crianças até 7 anos), interferem de forma positiva no índice de desenvolvimento municipal, aqui medidos pelo IFDM. Quando verificamos as duas maiores cidades do Estado do Paraná, constatamos que as duas não foram acompanhadas de coeficientes consideráveis. Curitiba, que teve um bom desempenho nos índices de desenvolvimento Municipal, mostrou coeficiente de correlação fraca, de 0,2901, não representando relação entre o repasse do PBF e o IFDM saúde. Londrina apresentou relação forte negativo de -0,749, evidenciando a razão inversa, maior repasse, menor índice. Diferente do que foi constatado na análise do IFDM global e educação, o IFDM saúde não apresentou concentração de correlações fortes ou fracas em razão da população. Desdobrando o índice FIRJAN – SAÚDE em suas variáveis, podemos analisar que as condicionalidades do PBF para este mesmo eixo (obrigatoriedade ao pré-natal e acompanhamento do desenvolvimento das crianças), se complementam, gerando uma relação quase que lógica, onde, quanto maior o número de beneficiários do PBF, maior a parcela da população obrigada as condicionalidades, gerando assim uma melhorado

desenvolvimento municipal medido pelo índice FIRJAN.

Analisando a correlação do repasse do PBF e o IFDM emprego e renda, verifica-se que apenas 10% dos municípios obtiveram coeficientes de correlação muito forte positivo, o que corresponde a 19 municípios. Em uma análise geral, verifica-se que 130 municípios (66%), tiveram coeficiente fraco, nulo ou negativo. Outra evidencia é municípios que apresentaram coeficientes muito fortes positivo no IFDM emprego e renda, tendem a apresentar o mesmo resultado positivo nas demais correlações (global, saúde e educação), evidenciando que quando há uma relação forte positiva entre essas variáveis, impacta de forma positiva nas outras relações. A razão inversa desta evidencia também é constatada, ou seja, quando há relação forte negativa entre as variáveis, impacta de forma negativa nas outras relações.

Este resultado, onde a maioria dos municípios não apresentou correlação entre estas variáveis, IFDM emprego e renda e o repasse do PBF, evidencia, de forma geral, que não há uma associação, relação de força, entre esses índices abordados na presente pesquisa. Explorando a composição do IFDM emprego e renda, verifica-se que ele é composto por 3 variáveis, que vão segmentando entre outras sub variáveis para, então compor o índice. Dentre essas variáveis encontramos a formalização do mercado de trabalho e o aumento da massa salarial com peso de 45% do índice. Na descrição dos eixos do PBF é bem clara a necessidade de transferência de renda para que seus beneficiários superem a situação de vulnerabilidade, não adotando a intenção de prover uma renda ou aumento real de massa salarial. Esta questão é perfeitamente descrita no estudo de Suplicy (2002), em seu livro Renda Básica de Cidadania – A entrada é pela Porta, onde perpetua que a transferência de renda deve ser provida de um valor que proporcione aos beneficiários subsídios para suas necessidades básicas, ao mesmo tempo em que não lhe encoraje a manter-se no programa por um longo período. De forma geral quando uma família obtém renda formal ela deixa de fazer parte do programa, gerando uma razão inversa, onde, maior participação de famílias a uma renda formal, menor o número de beneficiários do programa. Assim, não é finalidade do PBF financiar renda aos seus beneficiários além do mínimo a que se propõem, juntamente com o fato que não é proposta do PBF formalização do mercado de trabalho, neste contexto esta não correlação era esperada, e encontra justificativa nos próprios eixos do programa e na forma que o IFDM mede a variável emprego e

renda.

Finalizando este tópico de análise geral verificou-se que 12, dos 196 municípios da amostra, apresentaram coeficientes de correlação negativa muito forte em todas as variáveis deste estudado, por outro lado 14 municípios apresentaram coeficientes de correlação positiva muito forte em todas as variáveis apresentadas, incluindo os municípios de Foz do Iguaçu e Guarapuava. Em ambas as constatações não foi apurado concentrações destes municípios, seja por população ou mesorregião.

De uma forma mais detalhada foi realizada a correlação linear, agora estratificada em mesorregiões, a fim de identificar se as variáveis guardam características simétricas na distribuição dos seus coeficientes. Neste contexto, apresenta-se na Tabela 10 a seguir, o grau de correlação das variáveis e sua significância estatística, com informações derivadas de cada mesorregião abordada neste estudo.

Tabela 10 – Resultado dos testes da Hipótese

CORR	GLOBAL / PBF	SAÚDE / PBF	EDUCAÇÃO / PBF	EMPREGO E RENDA PBF
Metr. de Curitiba	R = 0.8981 (p=0.0384) ✓	R = 0.6541 (p=0.2311) ✗	R = 0.9789 (p=0.0037) ✓	R = 0.8981 (p=0.6786) ✗
Sudeste	R = 0.7583 (p=0.1374) ✗	R = 0.3675 (p=0.5428) ✗	R = 0.8765 (p=0.0500) ✓	R = 0.5748 (p=0.4179) ✗
Centro Ocidental	R = 0.9687 (p=0.0066) ✓	R = 0.9873 (p=0.0017) ✓	R = 0.9629 (p=0.0085) ✓	R = 0.1988 (p=0.7486) ✗
Centro Oriental	R = 0.9689 (p=0.0065) ✓	R = 0.9918 (p=0.0009) ✓	R = 0.9721 (p=0.0056) ✓	R = 0.8577 (p=0.0631) ✗
Centro-Sul	R = 0.7277 (p=0.1635) ✗	R = 0.9869 (p=0.0018) ✓	R = 0.7975 (p=0.1060) ✗	R = 0.1809 (p=0.7709) ✗
Noroeste	R = 0.5527 (p=0.3340) ✗	R = 0.9351 (p=0.0197) ✓	R = 0.7066 (p=0.1822) ✗	R = 0.5527 (p=0.3340) ✗
Norte Central	R = 0.9121 (p=0.0309) ✓	R = 0.8523 (p=0.0666) ✓	R = 0.9958 (p=0.0003) ✓	R = 0.6447 (p=0.2402) ✗
Norte Pioneiro	R = 0.8620 (p=0.0602) ✗	R = 0.9356 (p=0.0190) ✓	R = 0.9740 (p=0.0050) ✓	R = -0.1692 (p=0.7856) ✗
Oeste	R = 0.8978 (p=0.0386) ✓	R = 0.9273 (p=0.0233) ✓	R = 0.9514 (p=0.0128) ✓	R = 0.5354 (p=0.3525) ✗
Sudoeste	R = 0.9205 (p=0.0266) ✓	R = 0.8970 (p=0.0391) ✓	R = 0.9783 (p=0.0038) ✓	R = 0.5983 (p=0.2865) ✗

✗ Hipótese nula aceita  
✓ Hipótese nula rejeitada

\*Hipótese nula: Não há relação entre repasse do PBF e IFDM

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

A mesorregião Centro Sul Paranaense, composta por 14 municípios, apresentou uma correlação positiva muito forte de  $r = 0,9868$  ( $P\text{-value}=0,0018$ ), para a variável Saúde. As demais variáveis apresentaram correlações positivas, mas não significantes. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a Variável Saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para as demais variáveis desta mesorregião. Ao olharmos apenas para a variável Saúde, a qual estatisticamente interessa, pois rejeitou a hipótese nula, verificamos que 8, dos 14 municípios, apresentaram correlação positiva, entre moderada, forte e muito forte.

A mesorregião Noroeste Paranaense, que é composta por 30

municípios, também apresentou uma relação positiva muito forte na variável saúde  $r = 0,9351$  ( $P\text{-value}=0,0197$ ). As variáveis global, educação e emprego e renda apresentaram correlação positiva, mas não significantes. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável Saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para as demais variáveis desta mesorregião. Explorando os dados verifica-se que 19, dos 30 municípios, obtiveram relação entre muito forte e moderada, em razão dos repasses do PBF e IFDM saúde. O município de Cruzeiro do Oeste declarou um coeficiente de correlação negativo muito forte, ou seja, maior repasse do PBF, menor índice IFDM saúde.

A mesorregião Metropolitana de Curitiba, composta por 19 municípios, entre eles a capital Curitiba, que conta também com o maior PIB do Estado, apresentou correlação Global de  $r = 0,8991$  ( $P\text{-value}=0,0384$ ) e educação  $r = 0,9789$  ( $P\text{-value}=0,0037$ ), as variáveis saúde e emprego e renda não mostraram significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global e educação, e não rejeita-se a  $H_0$  para as demais variáveis desta mesorregião. O município de Curitiba apresentou uma relação positiva muito forte na variável educação e moderada na geral, evidenciando que a estrutura pode ser fator impactante para uma relação entre as variáveis. Outro fato, ainda na variável educação, mostra que todos os 19 municípios da região apresentaram coeficientes positivos muito fortes e forte, evidenciando a sensibilidade desta variável com o repasse do PBF.

A mesorregião do Norte Central Paranaense, que conta com 39 municípios e uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, apresentou um coeficiente de correlação global de  $r = 0,9121$  ( $P\text{-value}=0,0309$ ) e educação  $r = 0,9958$  ( $P\text{-value}=0,0003$ ), as variáveis saúde e emprego e renda não mostraram significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global e educação, e não rejeita-se a  $H_0$  para as demais variáveis desta mesorregião. Analisando a variável educação, verificou-se que 80% dos municípios tem coeficientes de correlação entre moderado, forte e muito forte, evidenciando uma relação positiva entre o IFDM educação e o repasse do PBF. Explorando os eixos que compõem o PBF, na área da educação, encontra-se as condicionalidades de matrícula e frequência escolar de crianças das famílias beneficiadas, sendo este quesito também contemplado no levantamento do IFDM educação, mostrando assim, que este impacto estatístico positivo pode guardar tendências qualitativas de causa efeito.

A mesorregião do Norte Oriental Paranaense, composta por 8



municípios, apresenta um coeficiente de correlação global de  $r = 0,9689$  ( $P\text{-value}=0,0065$ ), educação  $r = 0,9791$  ( $P\text{-value}=0,0056$ ) e saúde  $r = 0,9918$  ( $P\text{-value}=0,0009$ ), a correlação referente a emprego e renda não mostrou significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global e educação e saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para a variável emprego e renda. Esta região apresentou todas os coeficientes de correlação entre muito forte e forte, mostrando uma alta relação entre as variáveis IFDM global/saúde/educação são extremamente sensíveis ao repasse do PBF.

A mesorregião do Norte Pioneiro, composta por 24 municípios, apresentou coeficiente de correlação na variável saúde de  $r = 0,9365$  ( $P\text{-value}=0,00190$ ) e educação  $r = 0,9740$  ( $P\text{-value}=0,0050$ ), as variáveis global e emprego e renda não mostraram significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para as variáveis global e emprego e renda, e não rejeita-se a  $H_0$  para as demais variáveis desta mesorregião. O que chama a atenção nesta mesorregião é a quantidade de coeficientes negativos forte e muito forte presentes na variável saúde, cerca de 6 municípios apresentaram essa características, ou seja, maior repasse, menor IFDM saúde.

A mesorregião do Oeste Paranaense, composta por 25 municípios, inclusive Foz do Iguaçu que tem cerca de 270 mil habitantes, apresenta um coeficiente de correlação global de  $r = 0,8978$  ( $P\text{-value}=0,0386$ ), educação  $r = 0,9514$  ( $P\text{-value}=0,0128$ ) e saúde  $r = 0,9273$  ( $P\text{-value}=0,0233$ ), a correlação referente a emprego e renda não mostrou significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global, educação e saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para a variável emprego e renda. Nesta região encontra-se 19 dos 25 municípios com correlação muito forte, forte e moderada em todas as variáveis, mostrando uma alta simetria do IFDM global/educação/saúde em razão do repasse do PBF.

A mesorregião do Sudeste Paranaense, composta por 10 municípios, entre eles União da Vitória, apresentou coeficiente de correlação na variável educação de  $r = 0,8765$  ( $P\text{-value}=0,00500$ ), as variáveis global, saúde e emprego e renda não mostraram significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável educação, e não rejeita-se a  $H_0$  as variáveis global, saúde e emprego e renda. Em uma análise individual dos municípios que compõem esta mesorregião, verificou ser a região com as variáveis menos sensíveis em razão dos repasses do PBF.

A mesorregião do Sudoeste Paranaense, composta por 18 municípios, entre eles Francisco Beltrão e Pato Branco, apresenta um coeficiente de correlação global de  $r = 0,9205$  ( $P\text{-value}=0,0266$ ), educação  $r = 0,9783$  ( $P\text{-value}=0,0038$ ) e saúde  $r = 0,8970$  ( $P\text{-value}=0,0391$ ), a correlação referente a emprego e renda não mostrou significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global, educação e saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para a variável emprego e renda. Verificou que nesta região houve uma concentração das correlações da variável saúde como negativas, maior repasse do PBF impactando em um menor índice de desenvolvimento municipal.

A mesorregião do Centro Ocidental Paranaense, composta por 12 municípios, apresenta um coeficiente de correlação global de  $r = 0,9768$  ( $P\text{-value}=0,00066$ ), educação  $r = 0,9629$  ( $P\text{-value}=0,0085$ ) e saúde  $r = 0,9873$  ( $P\text{-value}=0,0017$ ), a correlação referente a emprego e renda não mostrou significância. Neste contexto rejeitasse a  $H_0$  para a variável global, educação e saúde, e não rejeita-se a  $H_0$  para a variável emprego e renda. O município de Engenheiro Beltrão apresentou uma peculiaridade, exibiu alta correlação positiva na variável educação, porem mostrou alta correlação negativa para variável global e saúde, ou seja, quanto maior repasse do PBF, maior o IFDM educação e menor o IFDM global/saúde.

#### 4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apesar da sua grandeza, e abrangência em todo o território nacional, o PBF ainda é um assunto pouco discutido nos artigos científicos. Na busca de trabalhos para discussões e debate, encontra-se muitos estudos de abordagem teórica que ainda buscam trazer elementos para a construção deste programa. A maioria dos estudos tem aplicação local em regiões e até em municípios, demonstrando uma questão de limitação geográfica social, pois não se pode usar parâmetros idênticos para medir a pobreza em uma cidade de do interior de São Paulo outra no interior do Piauí. Mesmo em pesquisa que usam a análise envoltória de dados torna-se difícil a comparabilidade dos achados, uma vez que o modelo DEA não permite proporção de eficiência.

Esta pesquisa buscou evidenciar a relação entre o repasse do PBF e os índices de desenvolvimento municipal, analisando a eficiência pelo método DEA.

Como resultado, encontramos forte relação entre IFDM educação e o repasse do PBF, apresentando quais cidades e regiões do Estado do Paraná foram mais eficientes. Neste sentido, corrobora com o trabalho de Melo e Duarte (2010) que mensurou a relação do PBF e a frequência escolar entre crianças e adolescentes em quatro Estados da região norte, tendo como principal achado o aumento da frequência escolar, especialmente gênero feminino. Ainda na variável educação Cavalcanti, Costa e Silva (2013) analisaram, entre outras variáveis, qual foi a influencia do PBF na educação, usando como *proxy* a frequência escolar que é uma condicionalidade do programa, trabalhando a metodologia *Propensity Score Matching* (PSM) e de índice *Forter-Greer-Thorbecke* (FGT). Entre seus resultados, enfatizaram impactos positivos na educação de beneficiários do programa. Outro estudo interessante é o de Pinto; *et al* (2015) que buscou evidenciar impactos do PBF, apresentando a diminuição do analfabetismo como principal resultado, declarando, inclusive que a educação deve ser o carro chefe do programa, sendo a partir dela que as outras mudanças acontecem, corroborando com Soares e Sátyro (2009), que manifesta a ideia que as condicionalidades seriam mais importantes do que a própria transferência monetária. Os achados do presente estudo estão alinhados quando a sensibilidade da variável educação aos repasses do PBF, porem todos os estudo descritos acima, alertam para a questão qualitativa importante: houve impacto na educação aumentando a frequência escolar, porem as escolas não estão preparadas para receber essa demanda, destacando que o impacto pode ser apenas quantitativo, e não qualitativo.

Na variável saúde o presente estudo encontrou forte relação em 8 das 10 mesorregiões do Paraná, mostrando também uma sensibilidade quanto ao repasse do PBF. Nesta mesma direção corrobora com estudos empíricos realizados que declararam impacto do PBF nos índices de saúde de beneficiários. O estudo de Bogoni (2011) trouxe também o aspecto qualitativo, onde verifica a dificuldade de absorção das condicionalidades do eixo saúde, como pré-natal, acompanhamento nutricional e exames preventivos. Neste contexto, esta pesquisa também conseguiu evidenciar, quando na mensuração da eficiência no ano de 2013, em específico a variável saúde, que vários municípios apresentaram correlações negativas, ou seja, variável sensível ao repasse do PBF de forma reversa (*maior repasse do PBF, menor índice IFDM Saúde*). O que pode explicar esta relação adversa, é que municípios podem não ter estrutura para atender as condicionalidades do programa,

neste sentido quanto maior repasse do PBF o município tem que dispor de uma maior estrutura para atender a demanda das condicionalidades, não proporcionando esta estrutura, não terá condições de prestar o serviço corretamente, impactando em baixo índice de desenvolvimento municipal.

Estudos como Pinto *et al* (2015), trazem resultados, em maior ou menor proporção, onde o PBF influenciou na redução da pobreza e desigualdade social, com um importante impacto na renda de seus beneficiários, porém esta pesquisa não encontrou evidências estatísticas entre a relação das variáveis emprego e renda e o repasse do PBF, revelando também, baixos escores de eficiência para esta variável. Para Pinto *et al* (2015), resultados atípicos sobre bolsa família é possível e normal, pois a mesma renda que faz margem a índice em uma cidade com PIB extremamente baixo, não faria diferença em municípios economicamente maduros.

Em síntese tivemos como os achados mais importantes deste tópico, declarados por meio da correlação estatística entre o repasse do PBF e o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal, que as variáveis saúde e educação mostram evidências de sensibilidade quando correlacionadas ao repasse do programa bolsa família, ou seja, maior repasse é igual a maior índice de desenvolvimento. Por outro lado a variável emprego e renda não mostrou significância quando correlacionadas com o repasse do PBF. Outra informação importante é que a variável saúde mostrou 18% de seus resultados como forte e muito forte negativa (maior repasse = menor índice), merecendo uma atenção maior em estudos futuros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família alcançou grande proporção nos últimos 15 anos no Brasil, destinando uma grande fatia do orçamento para atender suas demandas sociais, estando presente em todos os municípios do território nacional. Devido a sua importância, cresce também a necessidade de pesquisas que analisem, evidenciem e tragam novos dados e perspectivas acerca deste programa.

Este estudo traz como constructo maior a eficiência, abordando este tema em todas as entrelinhas da pesquisa. Assim, traz a perspectiva do gasto orçamentário ser eficiente, para que cumpra seu papel legal e funcional. Neste contexto, este estudo buscou avaliar a eficiência dos recursos orçamentários do programa Bolsa Família, relacionando-o com os índices de desenvolvimento municipal. Esta pesquisa utilizou-se de dois modelos estatísticos para responder suas demandas declaradas por meio do seu objetivo geral e seus objetivos específicos. Em um primeiro momento trabalhou a análise envoltória de dados, que mede a eficiência das unidades tomadoras de decisão, e depois a correlação para demonstrar o grau de associação das variáveis entre si, juntamente da análise descritiva para satisfazer o tratamento dos dados.

Trabalhou-se com uma amostra de 196 municípios do Estado do Paraná, de uma população de 399 municípios. Sendo, essa amostra, estratificada em mesorregiões, de modo a contemplar geograficamente todo o Estado, guardando sua proporção.

A escolha das variáveis de mensuração do Programa Bolsa Família foi realizada seguindo a premissa da avaliação de desempenho de programas sociais, onde determina que um programa social só pode ser medido naquilo que se propõem. O Programa Bolsa Família tem como base três eixos estruturais, sendo Educação, Saúde e Divisão de Renda. Assim, como mensuração da avaliação de desempenho utilizou-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM, que avalia o desenvolvimento municipal sob a perspectiva de três variáveis – Educação, Saúde e Emprego e Renda.

Os resultados encontrados atenderam os objetivos geral e específicos desta pesquisa, ao mesmo tempo em que trouxe para debate questões sobre a eficiência e o impacto do Programa com outros estudos já realizados, sempre buscando uma informação mais qualificada para entender as características

e peculiaridades do maior programa de divisão de renda do Brasil.

Na associação do Programa Bolsa Família (inputs) e os Índices de Desenvolvimento Municipal - IFDM (outputs) nas mesorregiões, verificou-se que ser eficiente dentro da sua região não lhe assegura eficiência quando comparado com todas os municípios da amostra sem estratificação, a exemplo de Guarapuava que foi a mais eficiente na sua região, permeando com scores baixos quando exposto a comparação de toda a amostra.

Como características de agrupamento verificou-se que a maioria dos municípios mais populosos da amostra, encontram-se nas 40 primeiras posições do ranking de eficiência, enquanto municípios menos populosos apresentam-se na parte intermediária do ranking em geral, mas também são contemplados com boas posições, como é o caso de Maripá e Jundiá do Sul. Outra constatação importante é que municípios maiores tendem a ser mais eficientes, evidenciando que a estrutura que envolve o programa tanto no acompanhamento, como na disposição de acesso as condicionalidades, podem impactar na eficiência das DMU's. Municípios menores não guardam essa característica reversa, de ser menos eficiente por ser menos populoso. Assim podemos concluir que a estrutura e disponibilidade as condicionalidades do programa torna a DMU suscetível a eficiência, mas não torna menos eficiente quem não goza dessa característica. Pôde-se chegar, por meio do modelo aplicado, que a mesorregião mais eficiente foi a Metropolitana de Curitiba, contando com altos escores de 6 municípios entre os mais eficientes da amostra. Já a mesorregião de Centro Sul Paranaense, apresentado pelo relatório do Iparde (2013) como região com baixos índices socioeconômicos, foi constatada como a menos eficiente, identificando 10 do total de 14 municípios nas ultimas posições do ranking.

Ainda nesta associação das variáveis nos anos de 2009 a 2013, o município de São José dos Pinhais figurou como o Município mais eficiente da amostra, seguido por Maripá e Maringá. Maripá, DMU de aproximadamente 6 mil habitantes e orçamento municipal na casa dos 30 milhões de reais, figurou como a surpresa nas primeiras colocações do ranking, mostrando alta eficiência em todos os anos da análise, ficando muito acima de cidades como Guarapuava e Colombo, que tiveram maiores repasses do PBF. Quando analisados os índices segmentados, Educação, Saúde e Emprego e Renda, apura-se que todos os municípios eficientes na amostra geral, guardaram alta eficiência nas apurações segmentadas.

Explorando os scores e olhando todos os anos da amostra (2009 a 2013), atribui-se ao município de Laranjal, a DMU menos eficiente, figurando como município de menor score, seguido pelos municípios de Guaraqueçaba e Palmital, estes ultimo também integrante da mesorregião Centro Sul. Assim, a mesorregião mais eficiente, Metropolitana de Curitiba, declara o município mais eficiente da amostra, e a região menos eficiente, Centro Sul Paranaense, apresenta o município menos eficiente da amostra.

Por meio da correlação, pode-se verificar uma sensibilidade entre as variáveis: repasse do Programa Bolsa Família e o IFDM Global, IFDM Educação e IFDM Saúde, não mostrando esta relação entre repasse do PBF e a variável emprego e renda. Quando realizado este tratamento da correlação nas mesorregiões, também foi encontrado o mesmo resultado, forte relação positiva entre repasse do PBF e as variáveis IFDM educação e IFDM saúde.

Em uma análise dos resultados de eficiência e correlação das variáveis verificou-se que a concentração de coeficientes negativos (maior repasse = menor índice) guardam características de municípios não eficientes. E coeficiente de correlação positiva (maior repasse = maior índice) guardam características de municípios eficientes. A variável que mais apresentou sensibilidade para este achado foi a educação, ou seja, municípios que tiveram alta correlação positiva nesta variável foram eficientes nos seus scores.

Nestes achados, podemos perceber que o Programa Bolsa Família se relaciona com os índices de desenvolvimento municipal de forma positiva, e que acompanhar as características destas variáveis, e suas relações entre si, apontaram resultados satisfatórios para este estudo. Assim, esta pesquisa proporcionou no âmbito acadêmico uma discussão acerca da eficiência do gasto público, em especial o Programa Bolsa Família, analisando seu contexto sob a perspectiva de varias ciências: Contábil, quando falamos de orçamento e gasto público; Administração, quando abordamos a avaliação de desempenho; Economia, quando trabalhamos o gasto público sob a ótica de intervenção para se mudar uma realidade; Social, quando discutimos a desigualdade e divisão de renda, até a área das Ciências Jurídicas, quando trabalhamos a responsabilidade legal que emana implícita e explicitamente da nossa Constituição Federal.

## 5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Esta pesquisa apresenta as seguintes limitações:

- O modelo DEA não admite generalização, assim os achados desta pesquisa servem para esta amostra abordando essas variáveis;
- Um índice de desenvolvimento municipal apresenta-se influenciado por várias variáveis e externalidades. Assim este estudo encontrou a relação de um programa social, não identificando quantas outras variáveis que influenciariam neste índice. Neste sentido, não se pode afirmar, e nem é a intenção proposta, que somente o repasse do PBF impacta na variação do índice;
- Mesmo dentro do Estado do Paraná, encontramos mesorregiões muito heterogêneas, cada qual com suas características qualitativas muito peculiares, limitando a análise de municípios extremos (maior e menor PIB, maior e menor população, maior e menor repasse).
- As correlações negativas muito forte (maior repasse = menor índice) não foram objetos de análises mais detalhadas, podendo conter características mais expressivas se exploradas qualitativamente

Porém as limitações têm um papel importante na pesquisa científica, pois essas restrições só são apresentadas na medida em que se explora as variáveis na tentativa por resultados, proporcionando assim novas perspectivas.



## 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

As limitações, inerentes a toda pesquisa científica, também tem o papel de despertar e fomentar a curiosidade do pesquisador. A cada linha que apresentava uma dificuldade descritiva, seja por limitação da variável, ou por não poder afirmar o que se espera, surge uma anotação no canto inferior na folha de modo a inferir um novo estudo.

Como recomendações para novas pesquisas propõem-se:

- Analisar o repasse do Programa Bolsa Família com outra variável de saída, como o IDHM, ou IPDM, a fim de debater com resultados desta pesquisa.
- O Paraná tem cerca de 8 % do total repassado ao programa em todo o Brasil. Seria muito interessante a aplicação deste modelo em algum Estado da federação onde o este índice seja mais demonstrativo, assim pode-se verificar quais os impactos que o maior repasse infere nos municípios.
- Trabalhar qualitativamente os dados de coeficientes de correlações muito forte negativa, a fim de descrever características deste fenômeno.
- Aplicar nos dados desta pesquisa o tratamento estatístico da Regressão para explicar a variação de uma variável dependente, pela variável independente.

Como toda pesquisa vem para somar, este estudo disponibiliza todos os dados coletados e já parametrizados no Excel® para quem deles queiram fazer uso e explorar ainda mais este tema tão envolvente. Para baixar acesse <http://dinizlm.wix.com/dinizlm#!downloads/c1e71> .

## REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Bruce; ALSTOTT, Anne. The stakeholder society. Yale University Press, 1999.

ADULIS, Dalberto. O uso do Marco Lógico na gestão e avaliação de projetos. Revista do Terceiro Setor. São Paulo: RITS - Rede de informações para o terceiro setor, dez, 2002.

AFONSO, José Roberto. Keynes, investimento e política fiscal na crise. Artigo apresentado no III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/54.pdf>. Acesso em: 15/07/2015

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2.ed. rev. e atualizada. São Paulo: Moderna, 1994.

ARAÚJO, J. A.; MONTEIRO, V. B.; CAVALCANTE, C. A. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos Municípios do Ceará. In: Encontro - Economia do Ceará em Debate - IPECE, VI, 2010, Ceará. Anais... Disponível em: Acesso em: 08/08/2015

ARAÚJO, Fábio Resende de et al. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 367-393, 2015.

ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? *Journal of Monetary Economics*, v. 23, 177-200, 1989.

ASCHAUER, D.; GREENWOOD, J. Macroeconomic effects of fiscal policy. *CarnegieRochester Series on Public Policy* 23, 91-138, 1985.

AVELINO, Bruna Camargos; BRESSAN, Valéria Gama Fully; DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. Estudo sobre os Fatores Contábeis que Influenciam o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas Capitais Brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, 2013.

BANCO MUNDIAL. Departamento de Avaliação das Operações. Monitorização e Avaliação: Algumas ferramentas, métodos e abordagens [Online]. Banco Mundial, 2004. Disponível em:

[http://siteresources.worldbank.org/EXTEVACAPDEV/Resources/45856721251481378590/me\\_portuguese.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTEVACAPDEV/Resources/45856721251481378590/me_portuguese.pdf). Acesso em: 22/07/2015

BARAN, P.; AGARWALA, A.; SINGH, S. P. Economia política do subdesenvolvimento. AGARWALA, A.; SINGH, SP A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

BARDHAN, P.; UDRY C. Development microeconomics. Oxford University Press, 1999.

BARRETO, F. A. F. D. Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles? Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza/CAEN/UFC. Ensaio sobre Pobreza, 01, 2005.

BARRO. R. "Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth," Journal of Political Economy, 98(5), 103–25. 1990.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. Tudo ao Mesmo Tempo Agora. Desenvolvimento e Sustentabilidade, Democracia: o que tem a ver com você? Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública: teoria e técnica de elaboração de balanços e 300 questões. Niterói: Impetus, 2004.

BEZERRA, R. A. R. Orçamento de Resultados: incentivos para implantação do orçamento de resultados no Brasil. Brasília: Monografia (Curso de Especialização em Orçamento e Políticas Públicas). Centro de Estudos Avançados de Governo da Universidade de Brasília (UnB) e Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 11.ed., Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BOGONI, Nadia Mar; HEIN, Nelson; BEUREN, Ilse Maria. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 1, p. 159-179, 2011.

BRANDÃO, D.; SILVA, R. Avaliação educadora. In L. A. Ferraro Jr. (Org.), Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Volume III. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: [http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Silva%20RR%20et%20al\\_Avaliacao%20educadora\\_artigo.pdf](http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Silva%20RR%20et%20al_Avaliacao%20educadora_artigo.pdf). Acesso em: 03/10/2015

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 mai. 2000. Disponível em: . Acesso em: 09/09/2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome MDS. RI Bolsa Família e Cadastro Único. Setembro/2015. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio\\_form.php?p\\_ibge=&area=0&ano\\_pesquisa=&mes\\_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=623,460,587,589,450,448) Acesso em: 22/07/2015

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Gestão democrática e controle social dos recursos públicos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma da gestão pública [2011]**.

Apresentação. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2014

BRUSEKE, F. J. “O problema do desenvolvimento sustentável”. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, 1995.

BUARQUE, Sergio C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. Projeto de Cooperação Técnica INCRA-IICA. Gráfica e Editora Brasil. Brasília, DF, 2002.

BUARQUE, Sergio C. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável. Rio de Janeiro; Garamond, 2006.

BUSATTO, Leonardo Maranhão. Análise da efetividade da despesa pública dos Municípios do Rio Grande do Sul. 2009.

CADERNOS, DO DESENVOLVIMENTO. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral;– Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. 2013.

CÂNDIDO JUNIOR, J.O. *Os gastos públicos no Brasil são produtivos?* (Texto para Discussão, n. 781) Brasília: Ipea, 2001.

CARPINETTI, Luiz Cezar Ribeiro. Gestão de qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010

CARVALHO, Fernando J. Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 17, n. SPE, p. 569-574, 2008.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Equilíbrio fiscal e política econômica Keynesiana. *Análise econômica*, v. 26, n. 50, 2008.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003.

CASTRO, H. C, O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da; PERDIGÃO, Claudia. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e políticas públicas**, n. 44, 2015.

CATELLI, Armando; SANTOS, Edilene Santana. Mensurando a criação de valor na gestão pública. *Revista de Administração Pública*, v. 38, n.3, p. 423-a, 2004.

CAVALCANTE, L. R. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma estimativa de custos. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, setembro/2014 (Texto para Discussão nº 154). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em: 15/09/2015

CHU, K. *et al.* Unproductive Public Expenditures – A Pragmatic Approach To Policy Analysis. *IMF: Pamphlet Series*, n. 48, Washington, 1996.

COELHO, P. S.; SILVA, R. N. S. Um Estudo Exploratório sobre as metodologias Empregadas em Pesquisas na área de Contabilidade no ENANPAD. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, p. 139-159, 2007.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMUNIDADE ATIVA. Uma Estratégia de Indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Brasília: Comunidade Solidária, set/1999

CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar. Mensuração da eficácia na gestão de recursos públicos. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade 18, CFC, Gramado, RS, 2008.

CORREA, L. M. Análise das políticas econômicas em relação á crise financeiras de 2008: uma visão pós-keynesiana. Monografia UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em:  
[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XVPremio/politica/3pfceXVPTN/Tema\\_3\\_3.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/3pfceXVPTN/Tema_3_3.pdf), Acesso em 23/08/2015

COSTA, A. de P. Políticas públicas: programas sociais federais de transferência de renda – Bolsa Família. João Pessoa: UEPB, 2005.

COSTA. C. C. M. Qualidade do gasto publico e desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado de Minas gerais. Dissertação Mestrado UFV – Viçosa MG, 2012

COSTA, E. J. M. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

CUNHA, E. O. MENDONÇA, D. F. C. . O campo das Políticas Públicas e suas possíveis contribuições para a análise das políticas educacionais no Brasil: reflexões introdutórias. In: XXVII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2015, Olinda, Pernambuco. XXVII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Local: Centro de Convenções: Biblioteca ANPAE - Série Cadernos ANPAE, 2015. v. 21. p. 1-225.

DA SILVA, Maurício Corrêa et al. ANÁLISES DAS DESPESAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO DE 1988 A 2010. HOLOS, v. 6, p. 114-126, 2015.

DE ABREU, Cilair Rodrigues; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. RAP: Revista Brasileira de Administração Pública, v. 49, n. 1, 2015.

DE MELLO, JCCB Soares et al. Estudo não paramétrico da relação entre consumo de energia, renda e temperatura. IEEE Latin America Transactions, v. 6, p. 153-161, 2008.

DE OLIVEIRA, Nilton Marques; STRASSBURG, Udo. Revisitando o Papel do Estado na Economia Capitalista, 2008.

DE SOUZA, Luciana Silva; DOS SANTOS, Haroldo Eurico Amoras; DE SOUZA, Romina Batista de Lucena. Desenvolvimento humano do município de Boa Vista, RR. Análise—Revista de Administração da PUCRS, v. 19, n. 2, 2009

DEVARAJAN, S. et al. The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*, v. 37, p. 313-344, 1996.

DIAMOND, J. The strategy of budget system reform in emerging economies, In: *Public Finance and Management*, 2002, v.2, n.3, p358-386.

DIAS, Andréia Lé; CÂMARA, Deise da Silva; NASCIMENTO, Rita Oliveira do. Avaliação de desempenho: fatores que resultam em implicações negativas da avaliação de desempenho funcional associada ao programa GDF da CHESF. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração da Escola de Administração de Escola Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Especialista em Administração, 2003.

DINIZ, S. Critérios de justiça e programas de renda mínima. *Revista Katálisis*, vol.10 no.1 Florianópolis Jan./June, 2007

DOS SANTOS, Michelle Costa Marques et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 48, n. 6, p. 1381-1405, 2014.

DOS SANTOS, Luciano Aparecido; CAMACHO, Eliane Utrabo. Orçamento Público Municipal: Uma Análise no Município de Cosmópolis/SP com Enfoque no Equilíbrio das Receitas X Despesas no Período de 2007 a 2012. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. J. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no Estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 1, p. 155-177, 2008.

FAVERO, Celso Antonio. Os movimentos sociais e a questão do desenvolvimento. *revista. gepec*, v. 85903, p. 000, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JUNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, 2010.

FINKLER, Lirene; DELL'AGLIO, Débora. Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais. *Barbarói, Santa Cruz do Sul*, n. 38, p. 126-144, jan./jun. 2013.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM 2010. Disponível em: <http://www.FIRJAN.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 03/10/2015

FREITAS, U. R. P.; NETO, AA Castro; LÔU, I. C. Relação entre gastos públicos e crescimento econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste. *Conjuntura e Planejamento*, n. 162, p. 50-57, 2009.

FREIRE, Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro et al. Programa Bolsa Família como estratégia de combate à pobreza em Dissertações e Teses no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 13, n. 3, p. 990-1009, 2013.

FURTADO, C.. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GENRO, Tarso. O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 1999.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. S.(ORGS); Métodos de Pesquisa. UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMELLO, Cintia Paese; DE OLIVEIRA, Ronald Lopes. Análise Envolvória de Dados (DEA): uma proposta para avaliação de desempenho de unidades acadêmicas de uma universidade. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 7, n. 2, p. 130-151, 2014.

GONTIJO, Vander. Princípios orçamentários. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em <http://www.profpito.com/princorc.html> Acesso em: 10/09/2015

GOMES, A. P., Ervilha, G. T. Alves, F. F. Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA. *Bahia Análise de Dados*, Salvador, v. 23, n. 3, p.553-566, jul./set. 2013

GREENWALD, Bruce C.; STIGLITZ, Joseph E. Externalities in economies with imperfect information and incomplete markets. *The quarterly journal of economics*, p. 229-264, 1986.

GUERREIRO, A. dos S.; PIZZOLATO, Nélcio Domingues; GUEDES, Luiz Eduardo Madeiro. Análise da eficiência de empresas de comércio eletrônico usando técnicas da análise envoltória de dados. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

HARTZ, Z. M. DE A. Princípios e padrões em meta-avaliação: diretrizes para os programas de saúde. *Ciência e saúde coletiva*, vol. 11, n. 3, p. 733-738, 2006.

HÖFLING, Eloísa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos de Educação*. CEDES v.21 n.55 Campinas, nov. 2001.



HOLTZ-EAKIN, D. (1991) Public-sector capital and the productivity puzzle, Mimeo, Syracuse University, Syracuse, NY.

JARA, Julio Carlos. Desenvolvimento local sustentável: a municipalização do desenvolvimento sustentável; rascunho para discussão. Recife: IICA, maio 1994

JENSON, Jane. Políticas públicas e investimento social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres?. Estudos de Sociologia, v. 17, n. 32, 2012.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANDIM JUNIOR, Paulo Henrique. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Economia dos Municípios Brasileiros. Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER). São Paulo, 2009

LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, V.4, nº 1, p.25-59, impressa em outubro 2000.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; FIALHO, Tânia Marta Maia. Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal, baseados na LRF e nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painel. 2015.

LEGEMANN, Eugenio. Finanças públicas. Conceito, importância e abrangência. Texto da disciplina Finanças Públicas. Curso de Especialização em administração Pública Eficaz da Escola de Administração da UFRGS. 2009.

MACHADO, Ednéia Maria. KYOSEN, Renato Obikawa. Políticas e política social, v. 03 n.1. 2000. Disponível em: . Acesso em: 23/07/2015

MACHADO, G; PINHO, A; SOUZA, C; PASSOS, E; VALENTE, A. A gestão pública: desafios e perspectivas. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001.

MACHADO JR, José Teixeira. Teoria e Prática do Orçamento Municipal. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

MADEIRA, Lúcia Mori. Avaliação de políticas públicas. Porto Alegre:UFRGS/CEGOV, 2014.

MARQUES, Eduardo C. As Políticas Públicas na Ciência Política. In MARQUES, E.C.; FARIA, C. E. Pimenta; A Política Pública como campo multidisciplinar. Ed. UNESP/SP/ 2013.

MARQUES. R. M. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.1 - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

MARTINS. Humberto F. Gestão de recursos públicos: orientação para resultados accountability. RERE – Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado. Nº3. Salvador 2005.

MARTINS, Tiago Costa et al. Política e economia da cultura: a alocação dos recursos públicos municipais. **Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura**, v. 17, n. 2, p. 188-207, 2015.

MAUGER, Paulo; UCHOA, Carlos Eduardo; VIEIRA, Patrícia Aguiar Cunha; GIOEGETTI, Valéria. Avaliação de desempenho como ferramenta de gestão: a experiência da Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF – BRASIL. IV Congresso Consad de Gestão Pública Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 25, 26 e 27 de maio de 2011, Brasília/DF.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade Capitalismo e liberdade Capitalismo e liberdade. Com a colaboração de Rose D. Friedaman, 1962.

MINAYO, M. C. de S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In M. C. DE S. MINAYO; S. G. ASSIS; E. R. SOUZA (Eds.), Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais (pp.19-51). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MOKATE, Karen Marie. Convirtiendo el “monstruo” en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. Revista do Serviço Público, vol. 53, n. 1, p. 89-131, 2002.

MORRISON, C. e Schwartz, A.E. State infrastructure and productive performance. Mimeo, Tufts University, Medford, MA. 1991

MOURÃO, L. Avaliação de Programas Públicos de Treinamento: um estudo sobre o Impacto no Trabalho e na Geração de Emprego. Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

MURTA, Sheila Giardini; LAROS, Jacob Arie; TRÓCCOLI, Bartholomeu Torres. Manejo de estresse ocupacional na perspectiva da área de avaliação de programas. Estudos de Psicologia, v. 10, n. 2, p. 167-176, 2005.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas 1948. Brasília 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>  
Acesso em: 03/08/2015

PAIVA, Ariane Rego de; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. O papel do MDS na institucionalização do Sistema Único de Assistência Social. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 157-183, jan./jun. 2011.

PAINE, Thomas et al. Agrarian justice. In: FONER, P.F (ed) (1974). The life and Major Writings of Tomas Paine. Secaucus, NJ, Citatel Press, 1974

PAPAGEORGIOU, C.; SARWAT, J.; MAHMUD, A. S. A quarterly publication of the international monetary. Rev.Finance & development. vol 51. N.3. ISSN 0015-1947, 2014. Disponível em:  
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/pdf/fd0914.pdf>. Acesso em 03/09/2015

PELLINI, A. M., Os Sistemas de Planejamento, Execução e Controle da Gestão Pública – Uma Nova Proposta. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 1º semestre 2003.

PEREIRA, Gênesis Miguel; LUCENA, Wenner Gláucio Lopes. MODELOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO SETOR PÚBLICO: APLICAÇÃO NA UFPB. Veredas Favip-Revista Eletrônica de Ciências, v. 6, n. 2, p. 104-123, 2014.

PIKETTY, Thomas. La redistribution fiscale face au chômage. Revue française d'économie, v. 12, n. 1, p. 157-201, 1997.

RAMBO. Jorge Antonio. RUPPENTHAL. Janis Elisa. As redes de cooperação no contexto do desenvolvimento local e regional. Enegep. Santa Catarina: 2004

REIS, Cristina Borja. Investimento Público e Desenvolvimento Econômico: análise aplicada ao Brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 7, n. 2, 2008.

REIS, P. R. da C. Política pública de previdência social e o nível de bem-estar: impacto sobre as famílias e municípios de Minas Gerais. *Magister Scientiae*, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. *Pesquisa Social, Métodos e Técnicas*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHES Raimar. Desenvolvimento: um desafio social. *RAE*, Rio de Janeiro, abr.jun. 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. *Manual do gestor público : um guia de orientação ao gestor público*. -- 2.ed. -- Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana C. Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico: um estudo em painel para os Estados brasileiros. *Encontro Nacional de Economia*, v. 33, 2005.

ROSANVALLON, Pierre; AUBYN, Isabel Maria St. A crise de Estado providência. 1997.

ROSSI, P.; FREEMAN, H. *Evaluación: un enfoque sistemático*. New York: Sage Publications, 1989.

ROTTA, Edeimar. *Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*. 2007.

SACHS, Ignacy. *Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAMPAIO, M. A. P.; SOUSA, E. P. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. *Gestão & Regionalidade*, v. 30, n. 90, p. 18-31, 2014.

SCHUMPETER, Joseph A. (1911 [1961]) *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961. Primeira edição alemã, 1911

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como forma de liberdade*. São Paulo: companhia das letras, 1999.

SHIGUNOV NETO, Alexandre. *Avaliação de Desempenho*. Rio de Janeiro: Book Express, 2000.

SICSÚ, João; OREIRO, José Luís; PAULA, LFR. Uma alternativa keynesiana para um crescimento sustentado da economia brasileira. *Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 8, 2015.

SILVA, MARCONNI GOMES. Breves Considerações Sobre o Estado-Providência Keynesiano e a Filosofia Social em Keynes. *Interface*, v. 2, n. 1, 2005.

SILVA, A. de A. P. et al. Eficiência na alocação de recursos públicos e qualidade de vida nos municípios mineiros. Dissertação. UFVIOESA 2009.

SILVA, LL da et al. A influência do desempenho tributário e gestão fiscal no Índice FIRJAN de Desenvolvimento (IFDM) dos municípios de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, p. 199-219.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. 2009.

SOUZA. A. P. Política de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família. BACHA, E. L.; SCHAWARTZMAN, S. (Org). Brasil: a nova agenda social. Rio de Janeiro. LTC 2001.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, P. F. B. ; Lima, A. O. ; NASCIMENTO, C. P. S. ; PETER, M. G. A. ; Machado, M. V. V. ; Gomes, A. O. . Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise dos Municípios Brasileiros Utilizando Dados em Painel.. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças* , v. 1, p. 58-70, 2013.

SUPLICY, Eduardo M.; DE CIDADANIA, Renda Básica de Cidadania. A saída é pela porta. **SP. Cortez**, 2002.

TATICCHI, P.: BALACHANDRAN, K.R. Research Forward Performance Measurement And Management Integrated Frameworks. *International Journal Of Accounting And Information Management*, Vol. 16, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, 2002.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, vol. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUZA, Rômulo (Ed.). Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Bolsa Família e Assistência Social. v. 2: 2007.

VAN PARIJS, Philippe. O que é uma sociedade justa. São Paulo: Editora Ática, 1997.

WHOLEY, Joseph S.; HATRY, Harry P.; NEWCOMER, Kathryn E. Handbook of practical program evaluation. John Wiley & Sons, 2010.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 144-159, 2006.

<a href="#"><u>APÊNDICES - Anexos</u></a> .....	118
<a href="#"><u>Apêndice – 1 - Municípios da Amostra por Mesorregião</u></a> .....	118
<a href="#"><u>Apêndice – 2 - Correlação dos Municípios por Mesorregião</u></a> .....	122
<a href="#"><u>Apêndice – 3 - Correlação e Significância por Mesorregião</u></a> .....	127
<a href="#"><u>Apêndice – 4 - Ranking de Eficiência por Mesorregião</u></a> .....	131
<a href="#"><u>Apêndice – 5 - Eficiência 2013 (Educ. – Saúde – Emp.&amp;Ren)</u></a> .....	141
<a href="#"><u>Apêndice – 6 - IFDM e Repasse do PBF 2009 a 2013, por Mesorregião</u></a> .....	145

## APENDICES - ANEXOS

### Apêndice – 1 - Municípios da Amostra por Mesorregião

Centro Ocidental Paranaense		
Municípios	Altamira do Paraná	Goioerê
	Araruna	Mamborê
	Barbosa Ferraz	Quarto Centenário
	Campina da Lagoa	Rancho Alegre D'Oeste
	Engenheiro Beltrão	Roncador
	Farol	Terra Boa

Centro Oriental Paranaense		
Municípios	Arapoti	Ponta Grossa
	Castro	Reserva
	Imbaú	Sengés
	Ortigueira	Ventania

Centro Sul Paranaense		
Municípios	Boa Ventura de São Roque	Laranjal
	Campina do Simão	Laranjeiras do Sul
	Candói	Palmital
	Cantagalo	Pinhão
	Espigão Alto do Iguaçu	Pitanga
	Guarapuava	Porto Barreiro
	Inácio Martins	Turvo

Metropolitana de Curitiba		
Municípios	Adrianópolis	Morretes
	Agudos do Sul	Pinhais
	Antonina	Piraquara
	Araucária	Porto Amazonas
	Campina Grande do Sul	Quatro Barras
	Campo Largo	Quitandinha
	Colombo	Rio Branco do Sul
	Curitiba	São José dos Pinhais
	Guaraqueçaba	Tunas do Paraná
	Itaperuçu	



Norte Central Paranaense		
Municípios	Alvorada do Sul	Lidianópolis
	Ângulo	Lobato
	Arapongas	Londrina
	Arapuã	Lunardelli
	Atalaia	Lupionópolis
	Califórnia	Mandaguaçu
	Centenário do Sul	Mandaguari
	Doutor Camargo	Manoel Ribas
	Floraí	Marialva
	Floresta	Maringá
	Flórida	Marumbi
	Godoy Moreira	Mauá da Serra
	Grandes Rios	Miraselva
	Ibiporã	Munhoz de Melo
	Iguaraçu	Nova Esperança
	Itaguajé	Porecatu
	Ivaiporã	Rio Bom
	Ivatuba	Tamarana
	Jardim Alegre	Uniflor
	Kaloré	

Noroeste Paranaense		
Municípios	Alto Paraná	Nova Aliança do Ivaí
	Altônia	Nova Londrina
	Cafetal do Sul	Nova Olímpia
	Cianorte	Paranacity
	Cidade Gaúcha	Perobal
	Cruzeiro do Oeste	Porto Rico
	Cruzeiro do Sul	Rondon
	Diamante do Norte	Santo Antônio do Caiuá
	Guairaçá	São João do Caiuá
	Indianópolis	São Jorge do Patrocínio
	Japurá	São Manoel do Paraná
	Jardim Olinda	São Tomé
	Loanda	Tamboara
	Maria Helena	Terra Rica
	Mirador	Tuneiras do Oeste

Norte Pioneiro		
Municípios	Andirá	Jundiáí do Sul
	Assaí	Nova América da Colina
	Bandeirantes	Pinhalão
	Barra do Jacaré	Rancho Alegre
	Carlópolis	Ribeirão Claro
	Congonhinhas	Salto do Itararé
	Conselheiro Mairinck	Santa Amélia
	Curiúva	Santa Cecília do Pavão
	Ibaiti	Santa Mariana
	Itambaracá	São José da Boa Vista
	Jacarezinho	Sertaneja
	Joaquim Távora	Wenceslau Braz

Oeste Paranaense		
Municípios	Assis Chateaubriand	Lindoeste
	Boa Vista da Aparecida	Maripá
	Braganey	Matelândia
	Cafelândia	Palotina
	Campo Bonito	Pato Bragado
	Capitão Leônidas Marques	Quatro Pontes
	Corbélia	Ramilândia
	Diamante D'Oeste	Santa Helena
	Foz do Iguaçu	Santa Lúcia
	Guaíra	Santa Tereza do Oeste
	Iguatu	São José das Palmeiras
	Itaipulândia	Terra Roxa
	Jesuítas	

Sudoeste Paranaense		
Municípios	Bela Vista da Caroba	Francisco Beltrão
	Bom Sucesso do Sul	Itapejara d'Oeste
	Capanema	Mangueirinha
	Chopinzinho	Mariópolis
	Clevelândia	Marmeleiro
	Coronel Domingos Soares	Pato Branco
	Coronel Vivida	Realeza
	Cruzeiro do Iguaçu	Salto do Lontra
	Enéas Marques	Verê

Sudeste Paranaense		
Municípios	General Carneiro	Paulo Frontin
	Guamiranga	Porto Vitória
	Imbituva	Prudentópolis
	Ivaí	Rebouças
	Mallet	União da Vitória

## Apêndice – 2 - Correlação dos Municípios por Mesorregião

<b>Centro Occidental Paranaense</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
Altamira do Paraná	-0,2675	-0,2461	-0,6013	0,3425
Araruna	0,7380	0,4910	0,9794	0,1103
Barbosa Ferraz	0,5653	0,9058	0,8357	-0,1511
Campina da Lagoa	0,9007	0,8179	0,8369	-0,0736
Engenheiro Beltrão	-0,7071	0,8975	-0,8844	-0,4441
Farol	0,8577	0,8443	0,3571	0,3705
Goioerê	0,9671	0,6170	0,9739	0,4474
Mamborê	0,9516	-0,8089	0,7942	0,5269
Quarto Centenário	0,0553	0,7440	-0,8770	0,0828
Rancho Alegre D'Oeste	0,9381	0,6426	0,9743	0,4934
Roncador	0,5450	0,8227	0,5980	-0,2896
Terra Boa	0,0397	-0,0641	0,4900	-0,2231

<b>Centro Occidental</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
Arapoti	0,6558	0,9882	0,8747	-0,1303
Castro	0,9799	0,9261	0,8333	0,8922
Imbaú	0,8315	0,8772	0,9798	0,6444
Ortigueira	0,8464	0,8662	0,9148	0,6632
Ponta Grossa	0,8787	0,7841	0,9612	-0,0111
Reserva	0,8159	0,9857	0,5245	0,0889
Sengés	0,9726	0,9301	0,9404	0,9383
Ventania	0,9067	0,9757	0,9304	0,5565

<b>Sudeste Paranaense</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
General Carneiro	0,6998	0,7881	0,9764	0,4805
Guamiranga	-0,2523	0,8478	-0,7450	0,7460
Imbituva	0,5298	0,0795	0,8496	0,2529
Ivaí	0,8999	0,9175	0,7861	0,6516
Mallet	-0,6745	-0,0371	-0,6169	-0,1217
Paulo Frontin	0,4592	0,6190	0,6422	-0,3353
Porto Vitória	-0,8408	0,4881	-0,9673	-0,7003
Prudentópolis	0,8708	0,7787	0,9488	0,3128
Rebouças	0,1914	0,6873	-0,3308	0,0428
União da Vitória	0,4409	0,7276	-0,4134	0,2421

Metropolitana de Curitiba	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO & RENDA
Adrianópolis	0,7736	0,9165	0,9394	0,3626
Agudos do Sul	0,6568	0,9382	0,3728	-0,1149
Antonina	-0,7084	0,5199	-0,9420	0,2609
Araucária	-0,5628	0,8464	0,6910	-0,6424
Campina Grande do Sul	-0,1123	0,9456	-0,0737	-0,9707
Campo Largo	0,6084	0,7745	-0,6264	0,6722
Colombo	0,6143	0,7766	0,7732	-0,0075
Curitiba	0,6610	0,9976	0,2901	0,1774
Guaraqueçaba	0,9380	0,6451	0,1884	0,7944
Itaperuçu	-0,8089	0,7698	-0,9305	-0,5666
Morretes	0,7505	0,9555	0,2666	0,2645
Pinhais	0,8080	0,9964	0,0985	0,2225
Piraquara	-0,4450	0,9209	-0,8498	-0,2091
Porto Amazonas	0,7260	0,7039	0,9631	-0,6010
Quatro Barras	0,4850	0,7694	0,8656	-0,2067
Quitandinha	0,9829	0,7788	0,9588	0,9797
Rio Branco do Sul	0,7152	0,9730	-0,4130	0,6232
São José dos Pinhais	0,3375	0,9447	0,6332	-0,6535
Tunas do Paraná	0,9115	0,9780	0,9761	-0,4821

Oeste Paranaense	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO & RENDA
Assis Chateaubriand	0,7360	0,3757	-0,2575	0,9762
Boa Vista da Aparecida	0,9965	0,7847	0,9922	0,9096
Braganey	0,9341	0,7991	0,7080	0,9023
Cafelândia	0,9666	0,7151	0,9424	0,3298
Campo Bonito	0,6117	0,7510	0,5860	-0,6058
Capitão Leônidas Marques	0,9591	0,9278	0,9559	0,4903
Corbélia	0,4943	-0,7085	0,8837	-0,2876
Diamante D'Oeste	0,7347	0,9878	0,9198	0,4679
Foz do Iguaçu	0,9917	0,9153	0,9772	0,9834
Guaíra	0,8447	0,5551	0,8981	0,4994
Iguatu	0,9224	0,7204	0,8364	0,4263
Itaipulândia	0,4252	0,9794	-0,3173	0,1369
Jesuítas	0,8868	0,4280	0,8596	0,9207
Lindoeste	0,8174	0,9027	0,7621	0,4014
Maripá	0,2188	0,7733	0,5302	-0,1548
Matelândia	0,6599	0,4680	-0,5586	0,8949
Palotina	0,6410	0,9802	0,8762	-0,4945
Pato Bragado	-0,8700	0,2185	-0,8938	-0,8875
Quatro Pontes	0,9599	0,9838	0,9676	0,1094
Ramilândia	0,0513	-0,6717	0,5622	-0,5471
Santa Helena	0,6607	0,9573	0,4221	-0,2858
Santa Lúcia	-0,1694	0,1104	0,0525	-0,5427
Santa Tereza do Oeste	0,8247	0,9904	0,3969	0,7199
São José das Palmeiras	-0,2140	-0,0572	-0,0625	-0,2541
Terra Roxa	-0,2535	0,8338	-0,4613	-0,4519

Noroeste Paranaense	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO & RENDA
Alto Paraná	0,9311	-0,0326	0,9261	0,9010
Altônia	-0,6221	-0,0942	-0,6777	-0,2844
Cafezal do Sul	0,8196	0,9681	0,0757	0,5440
Cianorte	0,7798	0,9556	0,8123	-0,3061
Cidade Gaúcha	0,8942	0,6626	0,8612	0,7685
Cruzeiro do Oeste	-0,9570	-0,9218	-0,8331	-0,7305
Cruzeiro do Sul	0,6499	0,7411	0,7186	0,5004
Diamante do Norte	0,4381	0,5328	0,7024	-0,5164
Guairacá	0,4285	0,7215	0,0898	0,2463
Indianópolis	0,1605	0,3923	0,3328	0,0113
Japurá	0,4154	-0,3880	0,9109	-0,7575
Jardim Olinda	-0,8312	0,6780	0,0986	-0,7782
Loanda	0,4607	0,7854	0,0699	0,2904
Maria Helena	0,4322	0,2040	0,2174	0,9118
Mirador	-0,2725	-0,3355	-0,1458	-0,0995
Nova Aliança do Ivaí	0,4097	-0,1019	0,1757	0,2399
Nova Londrina	0,5238	0,8422	0,6301	-0,3400
Nova Olímpia	0,5982	0,7411	0,7395	0,0484
Paranacity	0,7735	0,0850	0,9243	-0,4611
Perobal	0,1156	0,8272	0,9004	-0,6397
Porto Rico	0,7647	0,7513	0,7280	0,5026
Rondon	0,7097	0,7896	0,4798	-0,1753
Santo Antônio do Caiuá	-0,4982	-0,5785	-0,1022	-0,3590
São João do Caiuá	0,8712	0,5930	0,9468	0,1908
São Jorge do Patrocínio	0,1269	-0,5209	0,5484	0,2979
São Manoel do Paraná	0,4754	-0,5481	0,7983	-0,0095
São Tomé	0,4607	0,6932	0,2222	0,5838
Tamboara	0,8369	0,6054	0,4747	0,8347
Terra Rica	0,2492	0,8066	-0,3870	0,0809
Tuneiras do Oeste	-0,6100	0,1793	-0,6411	0,1526

Centro Sul	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE	CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO & RENDA
Boa Ventura de São Roque	-0,0299	0,4268	-0,7097	0,4594
Campina do Simão	0,1047	0,6324	0,9107	-0,4532
Candói	0,8256	0,7355	0,1733	0,7198
Cantagalo	0,6780	0,6970	0,6490	0,2256
Espigão Alto do Iguaçu	0,9714	0,5238	0,9818	0,8171
Guarapuava	0,9191	0,9302	0,9483	0,8557
Inácio Martins	0,2842	0,7052	-0,8151	0,2638
Laranjal	0,9629	0,9313	0,9664	0,6476
Laranjeiras do Sul	0,1943	0,8217	-0,1672	-0,4705
Palmital	0,7564	0,9202	0,5780	-0,1210
Pinhão	0,8584	0,6478	0,9781	0,4235
Pitanga	0,9066	0,7468	0,4581	0,9124
Porto Barreiro	0,2827	0,8833	0,1653	0,0122
Turvo	-0,6407	0,6951	-0,9594	-0,6814

<b>Norte Pioneiro</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
Andirá	-0,4006	0,6525	-0,7349	-0,5261
Assaí	0,5745	0,8967	0,7022	-0,6918
Bandeirantes	0,6902	0,8803	0,9885	-0,1701
Barra do Jacaré	0,7240	-0,9234	0,8133	0,6419
Carlópolis	0,7415	0,9427	0,6829	0,5525
Congonhinhas	-0,5888	-0,2923	-0,8475	-0,0335
Conselheiro Mairinck	0,8761	0,9443	0,7312	0,5388
Curiúva	0,4285	0,7476	-0,0120	-0,1056
Ibaiti	-0,2128	0,7618	0,7052	-0,5725
Itambaracá	-0,8292	-0,6713	-0,9771	0,1386
Jacarezinho	0,5250	0,8329	0,8463	-0,1235
Joaquim Távora	0,6734	0,7280	-0,4869	0,5390
Jundiá do Sul	0,5432	0,8565	0,3111	0,3846
Nova América da Colina	-0,9527	-0,5783	-0,9345	-0,8896
Pinhalão	0,4990	0,5222	0,6373	-0,1686
Rancho Alegre	0,7036	0,1142	0,8482	0,3396
Ribeirão Claro	0,7839	0,7861	0,9521	-0,0083
Salto do Itararé	0,3001	0,8618	0,8386	-0,5091
Santa Amélia	-0,2704	0,1390	-0,3306	-0,2638
Santa Cecília do Pavão	0,4402	0,7723	0,9694	-0,1651
Santa Mariana	-0,1496	0,3383	-0,9381	0,3057
São José da Boa Vista	-0,3415	-0,3440	0,9567	-0,5621
Sertaneja	0,8481	0,8334	0,7656	0,6445
Wenceslau Braz	0,6109	0,8121	0,5522	0,4004

<b>Sudoeste Paranaense</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
Bela Vista da Caroba	-0,1413	0,9357	-0,6030	-0,4610
Bom Sucesso do Sul	0,9179	0,9692	-0,6660	0,7078
Capanema	-0,4804	0,4959	-0,9192	-0,1709
Chopinzinho	0,8910	0,7284	0,5709	0,8528
Clevelândia	0,2404	0,6595	-0,2433	0,0779
Coronel Domingos Soares	0,3321	0,4824	0,2078	0,2284
Coronel Vivida	0,8185	0,7872	0,8885	0,3733
Cruzeiro do Iguaçu	-0,1583	-0,8284	-0,7148	0,2155
Enéas Marques	0,5031	0,2250	0,2758	0,3190
Francisco Beltrão	-0,1205	0,8526	0,0780	-0,4454
Itapejara d'Oeste	0,9159	0,9567	0,9236	0,8895
Mangueirinha	0,9767	0,9179	0,9108	0,7806
Mariópolis	0,6535	0,6381	0,8479	0,2199
Marmeleiro	0,7903	0,7792	-0,2854	0,6928
Pato Branco	0,9259	0,9773	0,9973	-0,7905
Realeza	0,9604	0,9623	-0,2962	0,7827
Salto do Lontra	0,5899	0,6097	0,6069	0,5083
Verê	0,8061	0,5157	0,8653	0,5402

<b>Norte Central</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM GERAL</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EDUCAÇÃO</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM SAÚDE</b>	<b>CORRELAÇÃO 2009 - 2013 IFDM EMPREGO &amp; RENDA</b>
Alvorada do Sul	0,4844	0,9232	0,1144	0,3945
Ângulo	0,0261	-0,6936	-0,8313	0,7354
Arapongas	0,0680	0,3144	0,8414	-0,4987
Arapuã	0,7661	0,9189	0,8649	0,1249
Atalaia	0,6933	0,8898	0,4535	0,1732
Califórnia	0,7612	0,5577	-0,8732	0,6428
Centenário do Sul	0,9119	0,7452	0,9700	0,4552
Doutor Camargo	-0,4670	-0,3315	-0,0652	-0,2076
Floraí	0,6042	0,9052	0,0067	0,0373
Floresta	0,1909	0,7344	0,4367	-0,2689
Flórida	-0,1759	0,0548	-0,5564	0,0177
Godoy Moreira	-0,7648	0,6678	-0,9703	0,4106
Grandes Rios	0,7868	0,9521	-0,9460	0,6981
Ibiporã	0,9339	0,9402	0,9268	0,0782
Iguaraçu	0,2548	0,8700	0,0428	0,1115
Itaguajé	-0,5066	0,7175	-0,4733	-0,4964
Ivaiporã	0,9377	0,9422	0,9223	0,1905
Ivatuba	0,7362	0,7224	0,1073	0,7789
Jardim Alegre	0,8285	0,8376	0,7567	0,5166
Kaloré	-0,1071	0,8849	-0,9714	0,7212
Lidianópolis	0,7727	0,5193	0,7445	-0,3367
Lobato	-0,2022	-0,4532	0,6237	-0,4094
Londrina	-0,1957	0,9224	-0,7949	-0,3376
Lunardelli	0,1079	-0,1496	0,8120	-0,4135
Lupionópolis	0,4709	0,6089	0,7104	-0,5419
Mandaguaçu	0,3160	0,7201	0,6309	-0,4063
Mandaguari	0,8273	0,8267	-0,6372	0,8412
Manoel Ribas	-0,0612	0,8177	-0,1258	-0,2199
Marialva	0,9597	0,8916	0,9763	0,8821
Maringá	0,4552	0,9808	0,8775	-0,5333
Marumbi	0,9332	0,5163	-0,1756	0,9050
Mauá da Serra	0,8221	0,7969	0,7134	0,1529
Miraselva	0,4075	0,4231	0,2260	0,0541
Munhoz de Melo	0,1546	0,0921	-0,1522	0,2864
Nova Esperança	0,5853	0,7920	-0,9057	0,2335
Porecatu	0,9174	0,7076	0,9366	0,6236
Rio Bom	0,0758	-0,5784	0,2537	0,6903
Tamarana	0,5558	-0,1856	0,9487	-0,2008
Uniflor	-0,7207	0,3084	-0,7191	-0,0872



### Apêndice – 3 - Correlação e Significância por Mesorregião

```

-----
Statistics/Data Analysis (R) 12.0
Special Edition

Copyright 1985-2011 StataCorp LP
StataCorp
4905 Lakeway Drive
College Station, Texas 77845 USA
800-STATA-PC http://www.stata.com
979-696-4600 stata@stata.com
979-696-4601 (fax)

Single-user Stata network perpetual license:
Serial number: 93611859953
Licensed to: baran sengul
pikselmatik.com

Notes:
1. (/v# option or -set maxvar-) 5000 maximum variables
1 . *(5 variables, 5 observations pasted into data editor)
2 . pwcrr bf er s e g, sig

```

#### Centro Ocidental

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.1988 0.7486	1.0000			
s	0.9873 0.0017	0.0831 0.8943	1.0000		
e	0.9629 0.0085	0.1816 0.7700	0.9354 0.0195	1.0000	
g	0.9687 0.0066	0.4276 0.4726	0.9261 0.0238	0.9473 0.0144	1.0000

#### Centro Sul

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.1809 0.7709	1.0000			
s	0.9868 0.0018	0.3160 0.6045	1.0000		
e	0.7975 0.1060	0.6731 0.2130	0.8558 0.0643	1.0000	
g	0.7277 0.1635	0.7982 0.1055	0.8125 0.0947	0.9728 0.0054	1.0000

### Metropolitana de Curitiba

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	-0.2552 0.6786	1.0000			
s	0.6541 0.2311	-0.5682 0.3177	1.0000		
e	0.9789 0.0037	-0.3394 0.5763	0.7932 0.1093	1.0000	
g	0.8981 0.0384	0.0091 0.9884	0.7153 0.1743	0.9225 0.0256	1.0000

### Metropolitana de Curitiba

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.5527 0.3340	1.0000			
s	0.9351 0.0197	0.4494 0.4477	1.0000		
e	0.7066 0.1822	0.1680 0.7871	0.4566 0.4395	1.0000	
g	0.3188 0.6011	0.5641 0.3219	0.5413 0.3461	-0.4371 0.4617	1.0000

### Norte Central

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.6447 0.2402	1.0000			
s	0.8523 0.0666	0.7209 0.1694	1.0000		
e	0.9958 0.0003	0.6458 0.2391	0.8249 0.0856	1.0000	
g	0.9121 0.0309	0.8873 0.0446	0.9209 0.0264	0.9062 0.0340	1.0000

### Norte Oriental

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.8577 0.0631	1.0000			
s	0.9918 0.0009	0.8462 0.0707	1.0000		
e	0.9721 0.0056	0.8796 0.0493	0.9835 0.0025	1.0000	
g	0.9689 0.0065	0.9477 0.0143	0.9705 0.0061	0.9823 0.0028	1.0000

### Norte Pioneiro

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	-0.1692 0.7856	1.0000			
s	0.9365 0.0190	0.1154 0.8534	1.0000		
e	0.9740 0.0050	-0.0931 0.8816	0.9118 0.0310	1.0000	
g	0.8620 0.0602	0.3410 0.5743	0.9504 0.0132	0.8940 0.0408	1.0000

### Oeste Paranaense

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.5354 0.3525	1.0000			
s	0.9273 0.0233	0.6246 0.2600	1.0000		
e	0.9514 0.0128	0.6593 0.2261	0.9833 0.0026	1.0000	
g	0.8978 0.0386	0.7931 0.1094	0.9694 0.0064	0.9759 0.0045	1.0000

### Sudeste Paranaense

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.4758 0.4179	1.0000			
s	0.3675 0.5428	-0.5452 0.3420	1.0000		
e	0.8765 0.0511	0.1794 0.7728	0.6272 0.2574	1.0000	
g	0.7583 0.1374	0.6092 0.2754	0.1412 0.8209	0.8206 0.0887	1.0000

### Sudoeste Paranaense

	bf	er	s	e	g
bf	1.0000				
er	0.5983 0.2865	1.0000			
s	0.8970 0.0391	0.6079 0.2768	1.0000		
e	0.9783 0.0038	0.7254 0.1654	0.8676 0.0567	1.0000	
g	0.9205 0.0266	0.8482 0.0694	0.8881 0.0442	0.9710 0.0059	1.0000

## Apêndice – 4 - Ranking de Eficiência por Mesorregião

### Centro Ocidental Paranaense

**2009**

DMU	Score
Terra Boa	1
Engenheiro Beltrão	0,4864
Mamborê	0,4700
Rancho Alegre D'Oeste	0,3999
Quarto Centenário	0,3887
Goioerê	0,3490
Araruna	0,2772
Farol	0,2617
Campina da Lagoa	0,1591
Roncador	0,1297
Barbosa Ferraz	0,1070
Altamira do Paraná	0,0645

**2010**

DMU	Score
Terra Boa	1
Mamborê	0,4171
Engenheiro Beltrão	0,3994
Araruna	0,3691
Goioerê	0,3522
Rancho Alegre D'Oeste	0,3137
Quarto Centenário	0,3036
Farol	0,2485
Campina da Lagoa	0,1641
Roncador	0,1175
Barbosa Ferraz	0,1133
Altamira do Paraná	0,0623

**2011**

DMU	Score
Terra Boa	1
Araruna	0,5235
Engenheiro Beltrão	0,4845
Mamborê	0,4799
Goioerê	0,4066
Rancho Alegre D'Oeste	0,3824
Quarto Centenário	0,3385
Farol	0,3365
Campina da Lagoa	0,1709
Roncador	0,1651
Barbosa Ferraz	0,1130
Altamira do Paraná	0,0822

**2012**

DMU	Score
Terra Boa	1
Araruna	0,5156
Mamborê	0,4479
Engenheiro Beltrão	0,4132
Goioerê	0,3992
Quarto Centenário	0,3535
Rancho Alegre D'Oeste	0,3501
Farol	0,3064
Roncador	0,2051
Campina da Lagoa	0,1929
Barbosa Ferraz	0,1310
Altamira do Paraná	0,1015

**2013**

DMU	Score
Terra Boa	1
Araruna	0,6605
Mamborê	0,4994
Rancho Alegre D'Oeste	0,4813
Quarto Centenário	0,4712
Engenheiro Beltrão	0,4471
Farol	0,3634
Goioerê	0,3497
Roncador	0,3116
Campina da Lagoa	0,2346
Barbosa Ferraz	0,1678
Altamira do Paraná	0,1177

## Centro Oriental Paranaense

2009

DMU	Score
Ponta Grossa	1
Castro	0,8127
Arapoti	0,4042
Ventania	0,3507
Sengés	0,2634
Reserva	0,1897
Imbaú	0,1813
Ortigueira	0,1797

2010

DMU	Score
Ponta Grossa	1
Castro	0,4072
Arapoti	0,3565
Ventania	0,1751
Sengés	0,1575
Reserva	0,1178
Imbaú	0,0895
Ortigueira	0,0725

2011

DMU	Score
Ponta Grossa	1
Castro	0,3514
Arapoti	0,3454
Ventania	0,1546
Sengés	0,1503
Reserva	0,1237
Ortigueira	0,0762
Imbaú	0,0628

2012

DMU	Score
Ponta Grossa	1
Arapoti	0,4149
Castro	0,3796
Ventania	0,1754
Sengés	0,1734
Reserva	0,1437
Ortigueira	0,0850
Imbaú	0,0620

2013

DMU	Score
Ponta Grossa	1
Arapoti	0,4627
Castro	0,3847
Sengés	0,1989
Ventania	0,1650
Reserva	0,1593
Ortigueira	0,1040
Imbaú	0,0584

## Centro Sul Paranaense

2009

DMU	Score
Guarapuava	1
Laranjeiras do Sul	0,5671
Boa Ventura de São Roque	0,5479
Pinhão	0,5241
Pitanga	0,5204
Candói	0,4431
Porto Barreiro	0,3834
Turvo	0,3463
Espigão Alto do Iguaçu	0,2938
Campina do Simão	0,2833
Inócio Martins	0,2683
Cantagalo	0,2659
Palmital	0,1986
Laranjal	0,1432

2010

DMU	Score
Guarapuava	1
Pinhão	0,8658
Laranjeiras do Sul	0,7242
Pitanga	0,6169
Boa Ventura de São Roque	0,5745
Candói	0,5644
Turvo	0,4581
Porto Barreiro	0,4236
Inócio Martins	0,3304
Espigão Alto do Iguaçu	0,3285
Campina do Simão	0,297
Cantagalo	0,246
Palmital	0,2118
Laranjal	0,1312

2011

DMU	Score
Guarapuava	1
Pinhão	0,8701
Laranjeiras do Sul	0,7344
Pitanga	0,6243
Candói	0,6191
Boa Ventura de São Roque	0,5543
Turvo	0,4529
Porto Barreiro	0,4087
Espigão Alto do Iguaçu	0,3586
Campina do Simão	0,3527
Cantagalo	0,2905
Palmital	0,2556
Inócio Martins	0,2462
Laranjal	0,1376

2012

DMU	Score
Guarapuava	1
Laranjeiras do Sul	0,7385
Pinhão	0,683
Candói	0,5855
Pitanga	0,5677
Boa Ventura de São Roque	0,545
Turvo	0,3931
Campina do Simão	0,3483
Porto Barreiro	0,3133
Espigão Alto do Iguaçu	0,3016
Cantagalo	0,2899
Palmital	0,235
Inócio Martins	0,2131
Laranjal	0,1275

2013

DMU	Score
Guarapuava	1
Laranjeiras do Sul	0,8026
Pinhão	0,7056
Candói	0,6206
Pitanga	0,5654
Boa Ventura de São Roque	0,5623
Turvo	0,3879
Porto Barreiro	0,3539
Campina do Simão	0,3225
Cantagalo	0,2928
Espigão Alto do Iguaçu	0,2429
Inócio Martins	0,1903
Palmital	0,181
Laranjal	0,1016

## Metropolitana de Curitiba

### 2009

DMU	Score
Araucária	1
São José dos Pinhais	0,7505
Quatro Barras	0,5088
Curitiba	0,4371
Pinhais	0,3216
Campina Grande do Sul	0,1111
Campo Largo	0,1061
Porto Amazonas	0,0716
Colombo	0,0713
Rio Branco do Sul	0,0610
Antonina	0,0363
Morretes	0,0323
Piraquara	0,0295
Quitandinha	0,0284
Adrianópolis	0,0282
Tunas do Paraná	0,0262
Agudos do Sul	0,0249
Itaperuçu	0,0228
Guaraqueçaba	0,0132

### 2010

DMU	Score
São José dos Pinhais	1
Quatro Barras	0,6682
Araucária	0,5139
Pinhais	0,5090
Curitiba	0,5049
Campina Grande do Sul	0,1304
Campo Largo	0,1264
Colombo	0,0858
Rio Branco do Sul	0,0718
Porto Amazonas	0,0564
Antonina	0,0526
Quitandinha	0,0394
Agudos do Sul	0,0374
Morretes	0,0335
Adrianópolis	0,0303
Itaperuçu	0,0281
Agudos do Sul	0,0279
Tunas do Paraná	0,0221
Guaraqueçaba	0,0119

### 2011

DMU	Score
São José dos Pinhais	1
Quatro Barras	0,6786
Curitiba	0,5039
Araucária	0,3845
Pinhais	0,3597
Campo Largo	0,1618
Campina Grande do Sul	0,1331
Colombo	0,1007
Rio Branco do Sul	0,0659
Porto Amazonas	0,0513
Antonina	0,0426
Quitandinha	0,0341
Piraquara	0,0327
Morretes	0,0305
Agudos do Sul	0,0286
Itaperuçu	0,0279
Adrianópolis	0,0247
Tunas do Paraná	0,0205
Guaraqueçaba	0,0092

### 2012

DMU	Score
São José dos Pinhais	1
Quatro Barras	0,633
Curitiba	0,5883
Pinhais	0,3988
Araucária	0,3288
Campo Largo	0,2013
Campina Grande do Sul	0,1303
Colombo	0,1141
Porto Amazonas	0,0803
Rio Branco do Sul	0,0672
Quitandinha	0,0409
Antonina	0,0407
Morretes	0,0364
Piraquara	0,0362
Adrianópolis	0,0351
Agudos do Sul	0,0349
Itaperuçu	0,0339
Tunas do Paraná	0,0238
Guaraqueçaba	0,0100

### 2013

DMU	Score
Quatro Barras	1
São José dos Pinhais	0,7748
Curitiba	0,5136
Pinhais	0,3182
Araucária	0,3124
Campo Largo	0,2288
Campina Grande do Sul	0,1000
Colombo	0,0946
Porto Amazonas	0,0610
Rio Branco do Sul	0,0550
Quitandinha	0,0389
Antonina	0,0350
Adrianópolis	0,0345
Agudos do Sul	0,0328
Piraquara	0,0297
Morretes	0,0290
Itaperuçu	0,0276
Tunas do Paraná	0,0169
Guaraqueçaba	0,0074

## Noroeste Paranaense

2009

DMU	Score
Cianorte	1,0000
Rondon	0,9243
Indianópolis	0,7824
Cidade Gaúcha	0,5719
São Tomé	0,4640
Tamboara	0,4303
São Manoel do Paraná	0,3707
Paranacity	0,2932
Tuneiras do Oeste	0,2931
Japurá	0,2911
Loanda	0,2491
Nova Londrina	0,2422
Mirador	0,2371
Nova Aliança do Ivaí	0,2255
Perobal	0,2230
Altônia	0,2125
Cafezal do Sul	0,2082
Cruzeiro do Sul	0,2049
Cruzeiro do Oeste	0,1816
Porto Rico	0,1736
Guairaçá	0,1588
Jardim Olinda	0,1382
Nova Olímpia	0,1372
Santo Antônio do Caiuá	0,1260
Maria Helena	0,1111
São João do Caiuá	0,1056
Alto Paraná	0,1045
São Jorge do Patrocínio	0,1035
Diamante do Norte	0,0887
Terra Rica	0,0743

2010

DMU	Score
Cianorte	1,0000
Indianópolis	0,7513
Rondon	0,6844
São Tomé	0,3851
Cidade Gaúcha	0,3342
São Manoel do Paraná	0,3294
Mirador	0,3210
Tamboara	0,3063
Japurá	0,2579
São Jorge do Patrocínio	0,2388
Cruzeiro do Sul	0,2294
Tuneiras do Oeste	0,2156
Paranacity	0,2152
Loanda	0,2045
Nova Aliança do Ivaí	0,2030
Nova Londrina	0,2005
Perobal	0,1948
Cruzeiro do Oeste	0,1761
Altônia	0,1520
Cafezal do Sul	0,1335
Nova Olímpia	0,1267
Jardim Olinda	0,1218
São João do Caiuá	0,1180
Guairaçá	0,1142
Alto Paraná	0,1072
Porto Rico	0,1068
Maria Helena	0,1031
Santo Antônio do Caiuá	0,0966
Diamante do Norte	0,0924
Terra Rica	0,0731

2011

DMU	Score
Indianópolis	1,0000
Cianorte	0,6903
Rondon	0,4033
São Tomé	0,3635
Cidade Gaúcha	0,2845
São Manoel do Paraná	0,2451
Mirador	0,2308
Japurá	0,1956
São Jorge do Patrocínio	0,1914
Cruzeiro do Oeste	0,1892
Tamboara	0,1725
Tuneiras do Oeste	0,1720
Perobal	0,1701
Nova Aliança do Ivaí	0,1664
Paranacity	0,1631
Loanda	0,1437
Cruzeiro do Sul	0,1437
Nova Londrina	0,1331
São João do Caiuá	0,1003
Altônia	0,0986
São João do Caiuá	0,0954
Nova Olímpia	0,0907
Cafezal do Sul	0,0903
Porto Rico	0,0871
Jardim Olinda	0,0810
Maria Helena	0,0769
Alto Paraná	0,0728
Diamante do Norte	0,0678
Terra Rica	0,0541
Santo Antônio do Caiuá	0,0524

2012

DMU	Score
Indianópolis	1,0000
Cianorte	0,6666
Cruzeiro do Oeste	0,3434
Rondon	0,3302
São Tomé	0,3122
São Manoel do Paraná	0,2738
Cidade Gaúcha	0,2699
Japurá	0,2103
São Jorge do Patrocínio	0,2020
Perobal	0,1745
Loanda	0,1745
Tuneiras do Oeste	0,1659
Tamboara	0,1555
Nova Aliança do Ivaí	0,1473
Nova Londrina	0,1455
Paranacity	0,1449
Cruzeiro do Sul	0,1364
Mirador	0,1347
Guairaçá	0,1132
Cafezal do Sul	0,1024
Porto Rico	0,0945
São João do Caiuá	0,0926
Altônia	0,0889
Nova Olímpia	0,0847
Maria Helena	0,0826
Diamante do Norte	0,0823
Alto Paraná	0,0789
Santo Antônio do Caiuá	0,0734
Jardim Olinda	0,0707
Terra Rica	0,0598

2013

DMU	Score
Indianópolis	1,0000
Cianorte	0,6395
São Jorge do Patrocínio	0,4316
São Tomé	0,3558
Rondon	0,3212
Cruzeiro do Oeste	0,3182
Japurá	0,2615
Cidade Gaúcha	0,2575
São Manoel do Paraná	0,2396
Tuneiras do Oeste	0,1965
Nova Londrina	0,1889
Loanda	0,1809
Cruzeiro do Sul	0,1770
Paranacity	0,1639
Tamboara	0,1629
Perobal	0,1532
Nova Aliança do Ivaí	0,1265
Guairaçá	0,1256
Mirador	0,1100
Porto Rico	0,1061
Cafezal do Sul	0,1058
Altônia	0,0930
São João do Caiuá	0,0921
Santo Antônio do Caiuá	0,0904
Diamante do Norte	0,0875
Maria Helena	0,0805
Alto Paraná	0,0776
Nova Olímpia	0,0776
Jardim Olinda	0,0774
Terra Rica	0,0604



## Norte Central

2009

DMU	Score
Maringá	1,0000
Arapongas	0,7806
Lobato	0,5616
Floraí	0,4883
Londrina	0,3895
Ibiporã	0,3483
Floresta	0,2223
Ivatuba	0,1966
Ângulo	0,1722
Marialva	0,1705
Mandaguari	0,1694
Miraselva	0,1677
Uniflor	0,1655
Atalaia	0,1622
Iguaraçu	0,1580
Rio Bom	0,1472
Califórnia	0,1429
Flórida	0,1399
Mandaguaçu	0,1380
Nova Esperança	0,1354
Mauá da Serra	0,1252
Munhoz de Melo	0,1238
Porecatu	0,1161
Doutor Camargo	0,1077
Lupionópolis	0,0989
Alvorada do Sul	0,0888
Tamarana	0,0787
Kaloré	0,0722
Ivaiporã	0,0625
Marumbi	0,0583
Centenário do Sul	0,0568
Manoel Ribas	0,0495
Godoy Moreira	0,0450
Lidianópolis	0,0448
Arapuã	0,0444
Lunardelli	0,0429
Itaguajé	0,0402
Grandes Rios	0,0377
Jardim Alegre	0,0298

2010

DMU	Score
Maringá	1
Arapongas	0,8033
Floraí	0,679
Londrina	0,434
Lobato	0,3646
Ibiporã	0,3052
Ivatuba	0,2863
Iguaraçu	0,2721
Miraselva	0,2445
Mandaguari	0,2112
Floresta	0,2081
Uniflor	0,2023
Marialva	0,1741
Rio Bom	0,1617
Califórnia	0,1555
Doutor Camargo	0,1546
Ângulo	0,1533
Atalaia	0,1415
Mandaguaçu	0,1397
Munhoz de Melo	0,1255
Nova Esperança	0,1251
Flórida	0,124
Mauá da Serra	0,1154
Porecatu	0,1062
Tamarana	0,1062
Alvorada do Sul	0,0836
Lupionópolis	0,0728
Kaloré	0,0631
Ivaiporã	0,0608
Marumbi	0,0598
Centenário do Sul	0,0593
Lidianópolis	0,0457
Godoy Moreira	0,042
Lunardelli	0,0413
Manoel Ribas	0,0404
Arapuã	0,0401
Itaguajé	0,0379
Grandes Rios	0,037
Jardim Alegre	0,029

2011

DMU	Score
Maringá	1,0000
Arapongas	0,7336
Floraí	0,6546
Londrina	0,4623
Ivatuba	0,4233
Lobato	0,3970
Ibiporã	0,3471
Floresta	0,2668
Iguaraçu	0,2601
Marialva	0,2270
Mandaguari	0,2254
Miraselva	0,2154
Doutor Camargo	0,1980
Califórnia	0,1971
Uniflor	0,1922
Rio Bom	0,1732
Munhoz de Melo	0,1726
Mauá da Serra	0,1663
Mandaguaçu	0,1587
Atalaia	0,1460
Ângulo	0,1383
Nova Esperança	0,1257
Tamarana	0,1229
Porecatu	0,1100
Alvorada do Sul	0,1069
Lupionópolis	0,0887
Kaloré	0,0750
Ivaiporã	0,0714
Marumbi	0,0654
Centenário do Sul	0,0629
Godoy Moreira	0,0611
Lidianópolis	0,0603
Arapuã	0,0579
Grandes Rios	0,0528
Flórida	0,0502
Manoel Ribas	0,0463
Itaguajé	0,0440
Lunardelli	0,0437
Jardim Alegre	0,0327

## 2012

DMU	Score
Maringá	1,0000
Arapongas	0,6915
Londrina	0,5093
Floraí	0,4744
Ivatuba	0,4583
Ibiporã	0,4224
Iguaraçu	0,3979
Lobato	0,3502
Mandaguari	0,2867
Marialva	0,2662
Floresta	0,2521
Doutor Camargo	0,2489
Miraselva	0,2311
Munhoz de Melo	0,2099
Mandaguaçu	0,1998
Califórnia	0,1988
Uniflor	0,1935
Mauá da Serra	0,1514
Ângulo	0,1500
Atalaia	0,1492
Rio Bom	0,1440
Flórida	0,1426
Nova Esperança	0,1379
Porecatu	0,1293
Tamarana	0,1232
Alvorada do Sul	0,1193
Ivaiporã	0,0927
Lupionópolis	0,0884
Kaloré	0,0840
Marumbi	0,0836
Itaguaí	0,0761
Arapuã	0,0730
Godoy Moreira	0,0724
Lidianópolis	0,0690
Centenário do Sul	0,0677
Manoel Ribas	0,0554
Lunardelli	0,0539
Grandes Rios	0,0486
Jardim Alegre	0,0432

## 2013

DMU	Score
Maringá	1,0000
Arapongas	0,5852
Ibiporã	0,4519
Ivatuba	0,4284
Londrina	0,4171
Floraí	0,3800
Iguaraçu	0,3520
Floresta	0,3426
Marialva	0,3184
Mandaguari	0,3158
Lobato	0,2666
Munhoz de Melo	0,2458
Doutor Camargo	0,2408
Mandaguaçu	0,2180
Califórnia	0,2066
Uniflor	0,1803
Atalaia	0,1580
Ângulo	0,1543
Rio Bom	0,1542
Nova Esperança	0,1515
Miraselva	0,1355
Flórida	0,1314
Tamarana	0,1274
Mauá da Serra	0,1269
Kaloré	0,1219
Porecatu	0,1113
Itaguaí	0,1060
Ivaiporã	0,1049
Marumbi	0,0950
Arapuã	0,0851
Lupionópolis	0,0799
Lidianópolis	0,0742
Alvorada do Sul	0,0703
Manoel Ribas	0,0694
Centenário do Sul	0,0670
Jardim Alegre	0,0538
Godoy Moreira	0,0498
Grandes Rios	0,0486
Lunardelli	0,0445

## Norte Pioneiro

2009

DMU	Score
Jundiaí do Sul	1,0000
Joaquim Távora	0,7804
Sertaneja	0,4756
Andiré	0,4275
Jacarezinho	0,3917
Assaí	0,3553
Ribeirão Claro	0,2749
Nova América da Colina	0,2380
Bandeirantes	0,2331
Barra do Jacaré	0,2123
Santa Cecília do Pavão	0,2068
Ibaiti	0,2024
Wenceslau Braz	0,1775
Santa Mariana	0,1639
Carlópolis	0,1523
Itambaracá	0,1423
Rancho Alegre	0,1414
São José da Boa Vista	0,1291
Pinhalão	0,1283
Congonhinhas	0,1230
Santa Amélia	0,1005
Conselheiro Mairinck	0,0906
Curiúva	0,0812
Salto do Itararé	0,0717

2010

DMU	Score
Jundiaí do Sul	1,0000
Joaquim Távora	0,7709
Sertaneja	0,5344
Andiré	0,3352
Assaí	0,3125
Ribeirão Claro	0,2882
Jacarezinho	0,2644
Salto do Itararé	0,2224
Barra do Jacaré	0,2211
Carlópolis	0,2111
Ibaiti	0,1951
Bandeirantes	0,1700
Rancho Alegre	0,1526
Santa Cecília do Pavão	0,1521
Santa Mariana	0,1388
Pinhalão	0,1382
Nova América da Colina	0,1349
Itambaracá	0,1244
Wenceslau Braz	0,1066
São José da Boa Vista	0,0946
Conselheiro Mairinck	0,0911
Congonhinhas	0,0883
Santa Amélia	0,0746
Curiúva	0,0640

2011

DMU	Score
Jundiaí do Sul	1,0000
Joaquim Távora	0,5870
Sertaneja	0,5074
Assaí	0,2964
Andiré	0,2924
Jacarezinho	0,2578
Ribeirão Claro	0,2503
Pinhalão	0,1993
Barra do Jacaré	0,1916
Carlópolis	0,1888
Ibaiti	0,1780
Salto do Itararé	0,1660
Rancho Alegre	0,1641
Santa Mariana	0,1451
Santa Cecília do Pavão	0,1407
Bandeirantes	0,1405
Nova América da Colina	0,1299
Itambaracá	0,1087
Wenceslau Braz	0,0928
Congonhinhas	0,0865
Conselheiro Mairinck	0,0863
São José da Boa Vista	0,0848
Santa Amélia	0,0662
Curiúva	0,0548

2012

DMU	Score
Jundiaí do Sul	1,0000
Joaquim Távora	0,5249
Sertaneja	0,4268
Andiré	0,2982
Assaí	0,2538
Jacarezinho	0,2303
Barra do Jacaré	0,2105
Ribeirão Claro	0,1888
Pinhalão	0,1719
Carlópolis	0,1624
Rancho Alegre	0,1529
Salto do Itararé	0,1465
Ibaiti	0,1397
Bandeirantes	0,1256
Santa Mariana	0,1245
Santa Cecília do Pavão	0,1119
Nova América da Colina	0,1089
Itambaracá	0,0997
Conselheiro Mairinck	0,0915
Wenceslau Braz	0,0859
São José da Boa Vista	0,0822
Congonhinhas	0,0698
Santa Amélia	0,0628
Curiúva	0,0492

2013

DMU	Score
Jundiaí do Sul	1,0000
Joaquim Távora	0,6063
Sertaneja	0,5312
Assaí	0,2891
Andiré	0,2671
Jacarezinho	0,2181
Rancho Alegre	0,2135
Pinhalão	0,1950
Barra do Jacaré	0,1895
Ibaiti	0,1759
Ribeirão Claro	0,1717
Carlópolis	0,1677
Santa Cecília do Pavão	0,1502
Santa Mariana	0,1403
Salto do Itararé	0,1397
Bandeirantes	0,1311
Nova América da Colina	0,1261
Itambaracá	0,1247
São José da Boa Vista	0,1154
Wenceslau Braz	0,0994
Conselheiro Mairinck	0,0973
Congonhinhas	0,0846
Curiúva	0,0546
Santa Amélia	0,0501

## Oeste Paranaense

2009

DMU	Score
Maripá	1
Palotina	0,6629
Quatro Pontes	0,5238
Cafelândia	0,4231
Foz do Iguaçu	0,1755
Pato Bragado	0,1725
Terra Roxa	0,1619
Itaipulândia	0,1161
Capitão Leônidas Marques	0,1129
Santa Helena	0,1095
Corbélia	0,1034
Matelândia	0,0939
Assis Chateaubriand	0,0935
Santa Tereza do Oeste	0,0711
Guaíra	0,0520
Iguatu	0,0488
Jesuítas	0,0487
Braganey	0,0471
Lindoeste	0,0388
Campo Bonito	0,0381
São José das Palmeiras	0,0367
Santa Lúcia	0,0310
Ramilândia	0,0299
Diamante D'Oeste	0,0211
Boa Vista da Aparecida	0,0199

2010

DMU	Score
Maripá	1
Quatro Pontes	0,5578
Palotina	0,477
Cafelândia	0,445
Terra Roxa	0,2757
Capitão Leônidas Marques	0,2713
Pato Bragado	0,228
Foz do Iguaçu	0,1773
Santa Helena	0,1732
Itaipulândia	0,1521
Guaíra	0,1365
Corbélia	0,1066
Santa Tereza do Oeste	0,0953
Matelândia	0,0952
Iguatu	0,0855
Jesuítas	0,0686
Assis Chateaubriand	0,0597
Braganey	0,0571
Lindoeste	0,0532
Campo Bonito	0,0531
Santa Lúcia	0,0498
São José das Palmeiras	0,0485
Ramilândia	0,0403
Boa Vista da Aparecida	0,0211
Diamante D'Oeste	0,0162

2011

DMU	Score
Maripá	1
Quatro Pontes	0,8253
Cafelândia	0,6225
Palotina	0,4692
Terra Roxa	0,3508
Capitão Leônidas Marques	0,2993
Pato Bragado	0,2362
Santa Helena	0,2147
Foz do Iguaçu	0,2010
Itaipulândia	0,1887
Assis Chateaubriand	0,1451
Corbélia	0,1271
Santa Tereza do Oeste	0,1263
Matelândia	0,1202
Iguatu	0,1106
Jesuítas	0,0900
Braganey	0,0807
Guaíra	0,0711
Santa Lúcia	0,0660
Campo Bonito	0,0565
Lindoeste	0,0545
São José das Palmeiras	0,0498
Ramilândia	0,0436
Boa Vista da Aparecida	0,0272
Diamante D'Oeste	0,0239

2012

DMU	Score
Maripá	1
Cafelândia	0,8162
Quatro Pontes	0,7352
Palotina	0,4477
Terra Roxa	0,3495
Capitão Leônidas Marques	0,3477
Foz do Iguaçu	0,2829
Santa Helena	0,2569
Pato Bragado	0,2286
Matelândia	0,1671
Itaipulândia	0,1639
Assis Chateaubriand	0,1622
Corbélia	0,1552
Iguatu	0,1453
Santa Tereza do Oeste	0,1395
Braganey	0,1104
Campo Bonito	0,0911
Jesuítas	0,0868
Santa Lúcia	0,0845
Guaíra	0,0843
Lindoeste	0,0705
São José das Palmeiras	0,0487
Ramilândia	0,0459
Boa Vista da Aparecida	0,0338
Diamante D'Oeste	0,0249

2013

DMU	Score
Maripá	1
Cafelândia	0,6297
Quatro Pontes	0,5533
Palotina	0,3611
Terra Roxa	0,3068
Capitão Leônidas Marques	0,2943
Pato Bragado	0,2327
Santa Helena	0,2044
Foz do Iguaçu	0,1953
Assis Chateaubriand	0,1635
Matelândia	0,1537
Itaipulândia	0,1390
Corbélia	0,1379
Santa Tereza do Oeste	0,1272
Iguatu	0,1147
Braganey	0,0910
Santa Lúcia	0,0799
Campo Bonito	0,0779
Jesuítas	0,0772
Guaíra	0,0747
Lindoeste	0,0557
São José das Palmeiras	0,0490
Ramilândia	0,0341
Boa Vista da Aparecida	0,0259
Diamante D'Oeste	0,0183

## Sudeste Paranaense

2009

DMU	Score
Paulo Frontin	1
União da Vitória	0,8651
Mallet	0,6222
Porto Vitória	0,5321
General Carneiro	0,3471
Imbituva	0,2978
Prudentópolis	0,2826
Ivaí	0,2641
Guamiranga	0,2376
Rebouças	0,2006

2010

DMU	Score
Paulo Frontin	1
União da Vitória	0,7194
Mallet	0,6678
Porto Vitória	0,3802
Guamiranga	0,3429
Ivaí	0,3177
General Carneiro	0,299
Imbituva	0,2795
Prudentópolis	0,2481
Rebouças	0,2047

2011

DMU	Score
Paulo Frontin	1
União da Vitória	0,6169
Mallet	0,5861
Porto Vitória	0,3076
Guamiranga	0,2765
Imbituva	0,2747
Ivaí	0,2598
Prudentópolis	0,2143
General Carneiro	0,1978
Rebouças	0,1745

2012

DMU	Score
Paulo Frontin	1
União da Vitória	0,5601
Mallet	0,4477
Imbituva	0,2813
Porto Vitória	0,2567
Guamiranga	0,2529
Ivaí	0,2483
Rebouças	0,2225
Prudentópolis	0,1877
General Carneiro	0,1602

2013

DMU	Score
Paulo Frontin	1
União da Vitória	0,5408
Imbituva	0,3336
Mallet	0,3277
Guamiranga	0,2815
Porto Vitória	0,259
Ivaí	0,2262
Prudentópolis	0,2162
Rebouças	0,2157
General Carneiro	0,1603

## Sudoeste Paranaense

2009

DMU	Score
Pato Branco	1
Realeza	0,6519
Francisco Beltrão	0,6031
Mariópolis	0,5248
Bom Sucesso do Sul	0,4472
Mangueirinha	0,4333
Enéas Marques	0,4142
Itapejara d'Oeste	0,3785
Capanema	0,3469
Verê	0,3253
Chopinzinho	0,2963
Coronel Vivida	0,2482
Clevelândia	0,2081
Marmeleiro	0,1829
Cruzeiro do Iguaçu	0,1788
Salto do Lontra	0,1740
Coronel Domingos Soares	0,1502
Bela Vista da Caroba	0,0961

2010

DMU	Score
Pato Branco	1
Realeza	0,6861
Mangueirinha	0,5675
Francisco Beltrão	0,5674
Mariópolis	0,4837
Bom Sucesso do Sul	0,4270
Enéas Marques	0,3884
Capanema	0,3101
Itapejara d'Oeste	0,3018
Cruzeiro do Iguaçu	0,2945
Chopinzinho	0,2472
Verê	0,2423
Coronel Vivida	0,2365
Salto do Lontra	0,2016
Coronel Domingos Soares	0,1957
Marmeleiro	0,1808
Clevelândia	0,1624
Bela Vista da Caroba	0,1095

2011

DMU	Score
Pato Branco	1
Realeza	0,7323
Francisco Beltrão	0,6001
Mangueirinha	0,5969
Bom Sucesso do Sul	0,5207
Mariópolis	0,4899
Enéas Marques	0,4221
Cruzeiro do Iguaçu	0,3929
Itapejara d'Oeste	0,3542
Capanema	0,3256
Coronel Vivida	0,3209
Chopinzinho	0,3034
Verê	0,2577
Coronel Domingos Soares	0,2479
Salto do Lontra	0,2332
Marmeleiro	0,1964
Clevelândia	0,1780
Bela Vista da Caroba	0,1163

2012

DMU	Score
Pato Branco	1
Francisco Beltrão	0,6913
Mangueirinha	0,6161
Realeza	0,6105
Bom Sucesso do Sul	0,5774
Mariópolis	0,4353
Enéas Marques	0,3927
Itapejara d'Oeste	0,3666
Capanema	0,3397
Cruzeiro do Iguaçu	0,3226
Chopinzinho	0,3060
Coronel Vivida	0,2959
Salto do Lontra	0,2621
Verê	0,2411
Coronel Domingos Soares	0,2097
Marmeleiro	0,2056
Clevelândia	0,1918
Bela Vista da Caroba	0,1100

2013

DMU	Score
Pato Branco	1
Francisco Beltrão	0,9577
Bom Sucesso do Sul	0,7237
Mangueirinha	0,7211
Realeza	0,6560
Capanema	0,6129
Mariópolis	0,5700
Coronel Vivida	0,4327
Enéas Marques	0,4197
Cruzeiro do Iguaçu	0,3917
Itapejara d'Oeste	0,3888
Chopinzinho	0,3688
Salto do Lontra	0,3636
Verê	0,3206
Marmeleiro	0,2419
Clevelândia	0,2162
Coronel Domingos Soares	0,1964
Bela Vista da Caroba	0,1229

## Apêndice – 5 - Eficiência 2013 (Educ. – Saúde – Emp.&amp;Ren)

## EDUCAÇÃO

DMU	Score
Quatro Barras	1
Maripá	0,9521
São José dos Pinhais	0,7256
Indianópolis	0,6961
Maringá	0,5361
Cafelândia	0,5328
Quatro Pontes	0,5159
Curitiba	0,4911
Cianorte	0,3689
Jundiaí do Sul	0,3668
Arapongas	0,3130
Pinhais	0,3127
Palotina	0,3064
Araucária	0,2981
São Jorge do Patrocínio	0,2822
Terra Roxa	0,2815
Ivatuba	0,2703
Ibiporã	0,2602
Capitão L. Marques	0,2426
Cruzeiro do Oeste	0,2340
Floraí	0,2319
Pato Bragado	0,2297
Campo Largo	0,2221
Terra Boa	0,2205
Ponta Grossa	0,2187
Iguaraçu	0,2182
São Tomé	0,2178
Londrina	0,2173
Floresta	0,2083
Sertaneja	0,2055
Rondon	0,2051
Joaquim Távora	0,2035
Santa Helena	0,1980
Mandaguari	0,1888
Pato Branco	0,1871
Paulo Frontin	0,1785
Japurá	0,1762
Marialva	0,1742
Lobato	0,1736
Francisco Beltrão	0,1727
Cidade Gaúcha	0,1688
Doutor Camargo	0,1677
Munhoz de Melo	0,1548
Assis Chateaubriand	0,1546
São Manoel do Paraná	0,1546
Foz do Iguaçu	0,1533
Bom Sucesso do Sul	0,1482
Araruna	0,1452
Realeza	0,1448

## SAÚDE

DMU	Score
Quatro Barras	1
Maripá	0,7610
São José dos Pinhais	0,7215
Indianópolis	0,5288
Maringá	0,5168
Cafelândia	0,4955
Curitiba	0,4939
Quatro Pontes	0,4038
Cianorte	0,3836
Jundiaí do Sul	0,3624
Araucária	0,3301
Arapongas	0,3025
Pinhais	0,2825
Palotina	0,2727
São Jorge do Patrocínio	0,2656
Capitão L. Marques	0,2545
Ibiporã	0,2451
Ivatuba	0,2373
Londrina	0,2229
Terra Roxa	0,2128
São Tomé	0,2113
Ponta Grossa	0,2067
Floraí	0,2064
Campo Largo	0,2058
Terra Boa	0,2005
Iguaraçu	0,1937
Joaquim Távora	0,1882
Floresta	0,1873
Paulo Frontin	0,1833
Rondon	0,1829
Sertaneja	0,1774
Pato Branco	0,1748
Marialva	0,1674
Francisco Beltrão	0,1659
Cruzeiro do Oeste	0,1645
Lobato	0,1631
Japurá	0,1625
Pato Bragado	0,1519
São Manoel do Paraná	0,1510
Santa Helena	0,1504
Mandaguari	0,1502
Foz do Iguaçu	0,1490
Mangueirinha	0,1456
Bom Sucesso do Sul	0,1450
Munhoz de Melo	0,1405
Cidade Gaúcha	0,1378
Tuneiras do Oeste	0,1327
Mandaguaçu	0,1304
Califórnia	0,1226

## EMPREGO E RENDA

DMU	Score
Quatro Barras	1
São José dos Pinhais	0,9123
Maripá	0,7825
Indianópolis	0,6516
Maringá	0,6446
Curitiba	0,5697
Cafelândia	0,5534
Quatro Pontes	0,4712
Cianorte	0,4477
Arapongas	0,3780
Pinhais	0,3757
Palotina	0,3323
Araucária	0,3051
Terra Roxa	0,2830
Ponta Grossa	0,2781
Jundiaí do Sul	0,2763
Campo Largo	0,2701
Londrina	0,2664
Ibiporã	0,2523
São Jorge do Patrocínio	0,2510
São Tomé	0,2364
Joaquim Távora	0,2362
Capitão L. Marques	0,2339
Francisco Beltrão	0,2270
Pato Branco	0,2262
Terra Boa	0,2157
Rondon	0,2139
Pato Bragado	0,2078
Ivatuba	0,2026
Mandaguari	0,1976
Cruzeiro do Oeste	0,1970
Marialva	0,1967
Floraí	0,1954
Foz do Iguaçu	0,1933
Cidade Gaúcha	0,1785
Floresta	0,1753
Iguaraçu	0,1731
Araruna	0,1633
Santa Helena	0,1630
Matelândia	0,1560
Sertaneja	0,1549
Japurá	0,1431
Capanema	0,1423
São Manoel do Paraná	0,1368
Assis Chateaubriand	0,1343
Paulo Frontin	0,1336
Mangueirinha	0,1304
Realeza	0,1266
Itaipulândia	0,1220

Capanema	0, 1436	Doutor Camargo	0, 1224	Loanda	0, 1207
Mandaguaçu	0, 1401	Assis Chateaubriand	0, 1209	Nova Londrina	0, 1192
Mangueirinha	0, 1389	Araruna	0, 1182	Bom Sucesso do Sul	0, 1185
Tuneiras do Oeste	0, 1317	Mamborê	0, 1154	Munhoz de Melo	0, 1104
Nova Londrina	0, 1298	Corbélia	0, 1142	Doutor Camargo	0, 1096
Matelândia	0, 1277	Mariópolis	0, 1140	Arapoti	0, 1074
Corbélia	0, 1236	Realeza	0, 1106	Cruzeiro do Sul	0, 1061
Califórnia	0, 1202	Itaipulândia	0, 1097	Santa Tereza do Oeste	0, 1060
Itaipulândia	0, 1173	Cruzeiro do Sul	0, 1084	Colombo	0, 1042
Loanda	0, 1141	Matelândia	0, 1082	Corbélia	0, 1042
Cruzeiro do Sul	0, 1138	Nova Londrina	0, 1042	Castro	0, 1030
Quarto Centenário	0, 1129	Loanda	0, 1041	Campina Grande do Sul	0, 1030
Tamboara	0, 1123	Santa Tereza do Oeste	0, 1039	Tamboara	0, 1027
Engenheiro Beltrão	0, 1120	Arapoti	0, 1036	Mariópolis	0, 1026
Uniflor	0, 1119	Paranacity	0, 1028	Paranacity	0, 1020
Mariópolis	0, 1115	Rancho Alegre D'Oeste	0, 1001	Itapejara d'Oeste	0, 1004
Iguatu	0, 1111	Assaí	0, 0982	Califórnia	0, 0987
Assaí	0, 1100	Uniflor	0, 0981	Lobato	0, 0975
Arapoti	0, 1091	Campina Grande do Sul	0, 0974	União da Vitória	0, 0962
Santa Tereza do Oeste	0, 1081	Quarto Centenário	0, 0974	Guarapuava	0, 0948
Mamborê	0, 1053	Perobal	0, 0962	Tuneiras do Oeste	0, 0936
Itapejara d'Oeste	0, 1030	Iguatu	0, 0958	Rancho Alegre D'Oeste	0, 0925
Perobal	0, 1021	Rio Bom	0, 0946	Mamborê	0, 0921
Atalaia	0, 1014	Andirá	0, 0910	Uniflor	0, 0900
Campina Grande do Sul	0, 1004	Colombo	0, 0910	Engenheiro Beltrão	0, 0887
Paranacity	0, 0997	Tamboara	0, 0896	Coronel Vivida	0, 0869
Andirá	0, 0986	Itapejara d'Oeste	0, 0887	Quarto Centenário	0, 0862
Ângulo	0, 0980	União da Vitória	0, 0886	Mandaguaçu	0, 0861
Rancho Alegre D'Oeste	0, 0978	Atalaia	0, 0843	Assaí	0, 0844
Rio Bom	0, 0925	Tamarana	0, 0836	Perobal	0, 0838
Braganey	0, 0925	Engenheiro Beltrão	0, 0833	Nova Esperança	0, 0833
Nova Aliança do Ivaí	0, 0922	Miraselva	0, 0821	Andirá	0, 0812
Nova Esperança	0, 0915	Enéas Marques	0, 0819	Guairaçá	0, 0808
Colombo	0, 0912	Farol	0, 0818	Jacarezinho	0, 0795
União da Vitória	0, 0894	Ângulo	0, 0809	Ângulo	0, 0785
Coronel Vivida	0, 0894	Rancho Alegre	0, 0802	Enéas Marques	0, 0778
Castro	0, 0880	Coronel Vivida	0, 0801	Atalaia	0, 0772
Guairaçá	0, 0873	Nova Esperança	0, 0793	Iguatu	0, 0753
Miraselva	0, 0836	Capanema	0, 0791	Cruzeiro do Iguaçu	0, 0739
Farol	0, 0832	Castro	0, 0789	Nova Aliança do Ivaí	0, 0736
Cruzeiro do Iguaçu	0, 0830	Flórida	0, 0763	Chopinzinho	0, 0710
Enéas Marques	0, 0826	Mauá da Serra	0, 0752	Mauá da Serra	0, 0703
Rancho Alegre	0, 0804	Goioerê	0, 0750	Goioerê	0, 0690
Chopinzinho	0, 0800	Jacarezinho	0, 0748	Guaira	0, 0684
Goioerê	0, 0766	Salto do Lontra	0, 0746	Braganey	0, 0678
Flórida	0, 0765	Campo Bonito	0, 0708	Mirador	0, 0673
Mirador	0, 0764	Cruzeiro do Iguaçu	0, 0703	Rio Bom	0, 0658
Kaloré	0, 0757	Pinhalão	0, 0701	Flórida	0, 0651
Campo Bonito	0, 0742	Kaloré	0, 0697	Salto do Lontra	0, 0651
Barra do Jacaré	0, 0718	Nova Aliança do Ivaí	0, 0694	Tamarana	0, 0647
Pinhalão	0, 0717	Itaguajé	0, 0693	Porto Rico	0, 0646
Porecatu	0, 0709	Santa Lúcia	0, 0681	Santa Lúcia	0, 0646
Cafezal do Sul	0, 0703	Roncador	0, 0675	Verê	0, 0629
Roncador	0, 0698	Cafezal do Sul	0, 0675	Farol	0, 0620
Porto Rico	0, 0697	Guairaçá	0, 0673	Imbituva	0, 0614
Jacarezinho	0, 0695	Guarapuava	0, 0673	Marumbi	0, 0613



Jesuítas	0, 0693	Barra do Jacaré	0, 0666	Rio Branco do Sul	0, 0598
Guaíra	0, 0693	Braganey	0, 0663	Jesuítas	0, 0595
Salto do Lontra	0, 0692	Porto Amazonas	0, 0660	Roncador	0, 0586
Diamante do Norte	0, 0673	Chopinzinho	0, 0635	Porecatu	0, 0581
Guarapuava	0, 0673	Jesuítas	0, 0632	Ribeirão Claro	0, 0577
Verê	0, 0666	Porto Rico	0, 0629	Ibaiti	0, 0573
Mauá da Serra	0, 0663	São João do Caiú	0, 0623	Ivaiporã	0, 0573
Santa Lúcia	0, 0663	Mirador	0, 0614	Porto Amazonas	0, 0567
Ivaiporã	0, 0661	Ibaiti	0, 0606	Cafezal do Sul	0, 0567
Laranjeiras do Sul	0, 0653	Laranjeiras do Sul	0, 0586	Miraselva	0, 0565
Ribeirão Claro	0, 0643	Altônia	0, 0575	Kaloré	0, 0561
São João do Caiú	0, 0630	Porecatu	0, 0573	Laranjeiras do Sul	0, 0554
Altônia	0, 0621	Carlópolis	0, 0572	Pinhalão	0, 0544
Tamarana	0, 0621	Imbituva	0, 0572	Santo Antônio do Caiú	0, 0541
Santo Antônio do Caiú	0, 0614	Verê	0, 0570	Mallet	0, 0539
Ibaiti	0, 0611	Pinhão	0, 0556	Carlópolis	0, 0526
Carlópolis	0, 0605	Santa Cecília do Pavão	0, 0546	Barra do Jacaré	0, 0524
Nova Olímpia	0, 0589	Mallet	0, 0545	Rancho Alegre	0, 0523
Porto Amazonas	0, 0587	Ribeirão Claro	0, 0539	Pinhão	0, 0520
Campina da Lagoa	0, 0581	Diamante do Norte	0, 0537	Altônia	0, 0519
Itaguajé	0, 0572	Ivaiporã	0, 0527	Sengés	0, 0506
Mallet	0, 0567	Santo Antônio do Caiú	0, 0525	Alto Paraná	0, 0490
Jardim Olinda	0, 0560	Rio Branco do Sul	0, 0519	Marmeleiro	0, 0488
Salto do Itararé	0, 0555	Guaíra	0, 0515	Campina da Lagoa	0, 0485
Rio Branco do Sul	0, 0547	Maria Helena	0, 0508	Bandeirantes	0, 0483
Marumbi	0, 0543	Guamiranga	0, 0506	Itaguajé	0, 0473
Lidianópolis	0, 0530	Santa Mariana	0, 0502	Guamiranga	0, 0467
Maria Helena	0, 0526	Arapuã	0, 0497	Santa Cecília do Pavão	0, 0457
Itambaracá	0, 0517	Salto do Itararé	0, 0491	Maria Helena	0, 0451
Guamiranga	0, 0516	Candói	0, 0490	Campo Bonito	0, 0447
Santa Cecília do Pavão	0, 0515	Jardim Olinda	0, 0468	Clevelândia	0, 0443
Arapuã	0, 0515	Lindoeste	0, 0468	Candói	0, 0440
Santa Mariana	0, 0514	Marumbi	0, 0462	Boa V. de São Roque	0, 0430
Marmeleiro	0, 0509	Lupionópolis	0, 0460	Ventania	0, 0423
Imbituva	0, 0506	Alto Paraná	0, 0453	São João do Caiú	0, 0420
Alto Paraná	0, 0505	Nova Olímpia	0, 0447	Lindoeste	0, 0418
Pinhão	0, 0502	Pitanga	0, 0441	Pitanga	0, 0412
Porto Vitória	0, 0496	Porto Vitória	0, 0437	Santa Mariana	0, 0397
Lindoeste	0, 0495	Alvorada do Sul	0, 0430	Ivaí	0, 0396
Lupionópolis	0, 0492	Campina da Lagoa	0, 0429	Arapuã	0, 0394
Nova América da Colina	0, 0485	São José das Palmeiras	0, 0427	Jardim Olinda	0, 0394
Clevelândia	0, 0476	Sengés	0, 0426	Itambaracá	0, 0393
Bandeirantes	0, 0471	Nova América da Colina	0, 0423	Nova Olímpia	0, 0391
Sengés	0, 0456	Centenário do Sul	0, 0423	Manoel Ribas	0, 0387
Manoel Ribas	0, 0453	Marmeleiro	0, 0415	Diamante do Norte	0, 0382
Candói	0, 0453	São José da Boa Vista	0, 0413	Terra Rica	0, 0381
São José da Boa Vista	0, 0442	Coronel Domingos Soares	0, 0408	Reserva	0, 0373
Ivaí	0, 0441	Bandeirantes	0, 0399	Nova América da Colina	0, 0369
Boa V. de São Roque	0, 0441	Quitandinha	0, 0398	Lupionópolis	0, 0367
São José das Palmeiras	0, 0437	Lidianópolis	0, 0398	Porto Vitória	0, 0366
Quitandinha	0, 0415	Boa V. de São Roque	0, 0396	Coronel Domingos Soares	0, 0363
Reserva	0, 0412	Prudentópolis	0, 0370	Antonina	0, 0360
Pitanga	0, 0411	Rebouças	0, 0366	Salto do Itararé	0, 0354
Barbosa Ferraz	0, 0409	Itambaracá	0, 0365	Adrianópolis	0, 0348
Conselheiro Mairinck	0, 0405	Adrianópolis	0, 0361	Prudentópolis	0, 0345
Ventania	0, 0395	Terra Rica	0, 0355	Wenceslau Braz	0, 0344

Terra Rica	0, 0390	Agudos do Sul	0, 0347	Alvorada do Sul	0, 0343
Alvorada do Sul	0, 0389	Clevelândia	0, 0347	São José das Palmeiras	0, 0343
Rebouças	0, 0388	Antonina	0, 0340	Quitandinha	0, 0342
Centenário do Sul	0, 0376	Ventania	0, 0336	Rebouças	0, 0326
Godoy Moreira	0, 0373	Manoel Ribas	0, 0330	Barbosa Ferraz	0, 0326
Prudentópolis	0, 0371	Barbosa Ferraz	0, 0327	Piraquara	0, 0307
Wenceslau Braz	0, 0362	Reserva	0, 0322	Itaperuçu	0, 0307
Coronel Domingos Soares	0, 0359	Ivaí	0, 0315	Centenário do Sul	0, 0302
Antonina	0, 0353	Wenceslau Braz	0, 0314	São José da Boa Vista	0, 0302
Agudos do Sul	0, 0339	Morretes	0, 0303	Lidianópolis	0, 0291
Jardim Alegre	0, 0332	Conselheiro Mairinck	0, 0298	Agudos do Sul	0, 0288
Piraquara	0, 0329	Lunardelli	0, 0297	Conselheiro Mairinck	0, 0286
Turvo	0, 0326	Turvo	0, 0294	Morretes	0, 0280
Adrianópolis	0, 0325	Jardim Alegre	0, 0289	General Carneiro	0, 0278
Ramilândia	0, 0321	Ramilândia	0, 0284	Jardim Alegre	0, 0276
Congonhinhas	0, 0315	Congonhinhas	0, 0282	Congonhinhas	0, 0262
Bela Vista da Caroba	0, 0302	General Carneiro	0, 0274	Grandes Rios	0, 0258
Porto Barreiro	0, 0298	Campina do Simão	0, 0271	Turvo	0, 0240
Itaperuçu	0, 0291	Grandes Rios	0, 0270	Ramilândia	0, 0235
Grandes Rios	0, 0283	Porto Barreiro	0, 0263	Godoy Moreira	0, 0233
Morretes	0, 0283	Piraquara	0, 0262	Ortigueira	0, 0228
General Carneiro	0, 0258	Ortigueira	0, 0254	Porto Barreiro	0, 0225
Altamira do Paraná	0, 0252	Itaperuçu	0, 0241	Campina do Simão	0, 0203
Lunardelli	0, 0251	Bela Vista da Caroba	0, 0240	Altamira do Paraná	0, 0198
Cantagalo	0, 0242	Boa Vista da Aparecida	0, 0228	Boa Vista da Aparecida	0, 0187
Campina do Simão	0, 0238	Godoy Moreira	0, 0225	Cantagalo	0, 0186
Curiúva	0, 0233	Cantagalo	0, 0222	Tunas do Paraná	0, 0184
Ortigueira	0, 0232	Espigão Alto do Iguaçu	0, 0193	Lunardelli	0, 0174
Boa Vista da Aparecida	0, 0223	Altamira do Paraná	0, 0185	Espigão Alto do Iguaçu	0, 0160
Santa Amélia	0, 0199	Curiúva	0, 0173	Bela Vista da Caroba	0, 0153
Espigão Alto do Iguaçu	0, 0185	Diamante D'Oeste	0, 0163	Santa Amélia	0, 0150
Tunas do Paraná	0, 0171	Santa Amélia	0, 0160	Curiúva	0, 0144
Diamante D'Oeste	0, 0168	Inácio Martins	0, 0159	Imbaú	0, 0140
Imbaú	0, 0143	Tunas do Paraná	0, 0157	Inácio Martins	0, 0121
Palmital	0, 0140	Palmital	0, 0146	Diamante D'Oeste	0, 0116
Inácio Martins	0, 0140	Imbaú	0, 0123	Palmital	0, 0114
Laranjal	0, 0076	Laranjal	0, 0082	Guaraqueçaba	0, 0078
Guaraqueçaba	0, 0071	Guaraqueçaba	0, 0073	Laranjal	0, 0067

## Apêndice – 6 - IFDM e Repasse do PBF 2009 a 2013, por Mesorregião.

### Metropolitana de Curitiba

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMÍLIA				
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013			
Adrianópolis	0,5718	0,6419	0,6187	0,6873	0,7114	0,6107	0,6134	0,6373	0,6605	0,6861	0,7174	0,7096	0,7772	0,8341	0,8628	0,3872	0,6026	0,4415	0,5673	0,5852	R\$ 571.314,00	R\$ 609.281,00	R\$ 797.445,00	R\$ 816.460,00	R\$ 857.452,00			
Agudos do Sul	0,5632	0,5984	0,5498	0,5986	0,6428	0,5116	0,5777	0,6111	0,6040	0,6799	0,7276	0,6979	0,6423	0,7094	0,7883	0,4504	0,5196	0,3961	0,4823	0,4603	R\$ 498.350,00	R\$ 587.610,00	R\$ 721.404,00	R\$ 816.616,00	R\$ 919.448,00			
Antonina	0,6213	0,6547	0,6308	0,6134	0,5898	0,5987	0,6105	0,6269	0,6271	0,6096	0,8094	0,8177	0,7870	0,7013	0,6648	0,4559	0,5357	0,4785	0,5119	0,4951	R\$ 1.339.759,00	R\$ 1.564.049,00	R\$ 1.865.333,00	R\$ 2.179.536,00	R\$ 2.380.574,00			
Araucária	0,8139	0,8187	0,8076	0,7425	0,7487	0,6659	0,6786	0,7036	0,7193	0,7315	0,8847	0,8832	0,8975	0,9032	0,9180	0,8911	0,8943	0,8216	0,6050	0,5965	R\$ 4.059.750,00	R\$ 6.070.955,00	R\$ 6.758.712,00	R\$ 6.680.254,00	R\$ 6.930.186,00			
Campina Grande do Sul	0,7344	0,7338	0,7380	0,7239	0,7370	0,6484	0,6954	0,7137	0,7209	0,7578	0,8503	0,7933	0,8152	0,8018	0,8333	0,7045	0,7128	0,6851	0,6489	0,6199	R\$ 1.306.886,00	R\$ 1.575.640,00	R\$ 1.914.033,00	R\$ 2.354.050,00	R\$ 2.860.354,00			
Campo Largo	0,7747	0,8115	0,8174	0,7854	0,8259	0,7541	0,7788	0,7799	0,7896	0,8206	0,8692	0,8639	0,8442	0,8222	0,8620	0,7008	0,7919	0,8280	0,7444	0,7952	R\$ 4.083.122,00	R\$ 4.775.892,00	R\$ 4.845.571,00	R\$ 5.023.098,00	R\$ 4.938.430,00			
Colombo	0,7362	0,7573	0,7688	0,7659	0,7636	0,7120	0,7399	0,7374	0,7356	0,7534	0,8225	0,8067	0,8194	0,8231	0,8516	0,6742	0,7253	0,7497	0,7389	0,6857	R\$ 8.039.214,00	R\$ 8.840.658,00	R\$ 9.103.155,00	R\$ 10.886.334,00	R\$ 12.031.716,00			
Curitiba	0,8288	0,8637	0,8678	0,8496	0,8618	0,7838	0,8082	0,8294	0,8371	0,8437	0,9602	0,9663	0,9693	0,9640	0,9618	0,7425	0,8166	0,8048	0,7477	0,7799	R\$ 36.182.005,00	R\$ 41.877.966,00	#####	R\$ 49.779.162,00	R\$ 52.329.196,00			
Guaraqueçaba	0,5291	0,5686	0,5584	0,5798	0,6035	0,5689	0,5337	0,5402	0,5826	0,5926	0,6929	0,6972	0,7153	0,7162	0,6951	0,3255	0,4749	0,4196	0,4405	0,5229	R\$ 879.631,00	R\$ 1.173.698,00	R\$ 1.386.850,00	R\$ 1.750.702,00	R\$ 2.216.516,00			
Itaperuçu	0,6208	0,6229	0,6080	0,5739	0,5837	0,5639	0,5746	0,5875	0,5824	0,6290	0,7260	0,7016	0,6533	0,5866	0,5919	0,5724	0,5924	0,5832	0,5527	0,5300	R\$ 1.975.182,00	R\$ 2.672.228,00	R\$ 3.113.087,00	R\$ 3.319.690,00	R\$ 3.462.568,00			
Morretes	0,6410	0,6466	0,6434	0,6823	0,6627	0,5977	0,6070	0,6355	0,6720	0,6620	0,7990	0,8066	0,7892	0,8105	0,8037	0,5262	0,5261	0,5055	0,5645	0,5223	R\$ 912.206,00	R\$ 1.174.056,00	R\$ 1.489.061,00	R\$ 1.817.682,00	R\$ 2.040.360,00			
Pinhais	0,7720	0,7978	0,7801	0,8166	0,8228	0,7254	0,7339	0,7684	0,8027	0,8278	0,8436	0,8291	0,8253	0,8260	0,8478	0,7470	0,8305	0,7466	0,8211	0,7927	R\$ 2.383.882,00	R\$ 2.542.168,00	R\$ 3.648.280,00	R\$ 4.567.428,00	R\$ 5.026.428,00			
Piraquara	0,6284	0,5448	0,6022	0,5562	0,5738	0,6286	0,6241	0,6357	0,6393	0,6498	0,6683	0,6355	0,5891	0,5619	0,5880	0,5882	0,3748	0,5818	0,4673	0,4838	R\$ 4.256.859,00	R\$ 5.206.626,00	R\$ 6.128.444,00	R\$ 7.103.884,00	R\$ 8.219.096,00			
Porto Amazonas	0,6870	0,6897	0,6946	0,7431	0,7388	0,6680	0,6629	0,6938	0,6749	0,7282	0,7066	0,7689	0,8426	0,8638	0,9276	0,6864	0,6372	0,5475	0,6905	0,5607	R\$ 203.179,00	R\$ 339.117,00	R\$ 387.427,00	R\$ 400.374,00	R\$ 457.282,00			
Quatro Barras	0,7381	0,7844	0,7816	0,7791	0,7556	0,6738	0,7147	0,7133	0,7500	0,7735	0,8376	0,8491	0,8545	0,8728	0,8767	0,7029	0,7894	0,7768	0,7144	0,6164	R\$ 320.765,00	R\$ 364.182,00	R\$ 455.704,00	R\$ 539.488,00	R\$ 549.696,00			
Quitandinha	0,6080	0,6229	0,6450	0,6618	0,6958	0,7053	0,7234	0,7153	0,7225	0,7611	0,7234	0,7180	0,7508	0,7895	0,8267	0,3952	0,4275	0,4688	0,4734	0,4996	R\$ 1.027.593,00	R\$ 1.149.234,00	R\$ 1.467.288,00	R\$ 1.621.636,00	R\$ 1.819.534,00			
Rio Branco do Sul	0,6005	0,6561	0,6368	0,6381	0,6633	0,5868	0,6150	0,6404	0,6432	0,6750	0,7251	0,7465	0,7319	0,6834	0,7270	0,4896	0,6066	0,5382	0,5878	0,5880	R\$ 2.260.552,00	R\$ 3.157.014,00	R\$ 3.942.621,00	R\$ 4.509.086,00	R\$ 4.864.028,00			
São José dos Pinhais	0,7888	0,7659	0,7720	0,7818	0,7865	0,7118	0,7049	0,7211	0,7287	0,7541	0,8216	0,8112	0,8090	0,8131	0,8499	0,8331	0,7814	0,7858	0,8035	0,7555	R\$ 5.045.124,00	R\$ 5.593.432,00	R\$ 6.888.538,00	R\$ 8.643.232,00	R\$ 10.064.374,00			
Tunas do Paraná	0,6131	0,6074	0,6230	0,6339	0,6891	0,6000	0,6138	0,6345	0,6524	0,7120	0,5753	0,5998	0,6586	0,6643	0,7426	0,6639	0,6086	0,5759	0,5851	0,6128	R\$ 426.594,00	R\$ 619.271,00	R\$ 819.371,00	R\$ 1.086.462,00	R\$ 1.414.966,00			

### Sudeste Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMÍLIA						
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2009.00	R\$	2.010.00	R\$	2.012.00	R\$	2.013.00		
General Carneiro	0,6342	0,6469	0,6489	0,6423	0,6999	0,6547	0,6729	0,6683	0,6698	0,6855	0,7769	0,7860	0,8073	0,8109	0,8258	0,4709	0,4816	0,4710	0,4463	0,5884	R\$	1.003.374,00	R\$	1.344.762,00	R\$	1.788.896,00	R\$	2.260.102,00	R\$	2.472.798,00
Guamiranga	0,6564	0,6626	0,6549	0,6363	0,6692	0,7121	0,7201	0,7492	0,7367	0,7467	0,8516	0,8796	0,8374	0,8310	0,8311	0,4719	0,4396	0,4545	0,6213	0,5391	R\$	519.143,00	R\$	617.951,00	R\$	771.303,00	R\$	905.422,00	R\$	896.346,00
Imbituva	0,7048	0,7111	0,7116	0,7091	0,7596	0,6776	0,6864	0,6674	0,6683	0,7010	0,8242	0,8264	0,8676	0,8622	0,8990	0,6128	0,6205	0,5997	0,5967	0,6789	R\$	1.898.178,00	R\$	2.376.256,00	R\$	2.718.490,00	R\$	2.949.106,00	R\$	2.947.356,00
Ivaí	0,5633	0,5465	0,5777	0,6148	0,6026	0,6716	0,6738	0,7050	0,6988	0,7157	0,5378	0,5624	0,5951	0,6024	0,5801	0,4804	0,4034	0,4330	0,5433	0,5119	R\$	792.403,00	R\$	908.675,00	R\$	1.164.802,00	R\$	1.414.722,00	R\$	1.522.758,00
Mallet	0,7210	0,7350	0,7129	0,7023	0,7077	0,7421	0,7416	0,7398	0,7179	0,7459	0,8288	0,8985	0,8745	0,8280	0,8121	0,5922	0,5648	0,5243	0,5610	0,5652	R\$	630.646,00	R\$	751.674,00	R\$	939.837,00	R\$	1.328.144,00	R\$	1.990.486,00
Paulo Frontin	0,7073	0,7213	0,7386	0,7516	0,7172	0,7689	0,7778	0,7884	0,7909	0,7796	0,8402	0,9013	0,9433	0,9413	0,9072	0,5128	0,4848	0,4840	0,5227	0,4649	R\$	225.371,00	R\$	248.532,00	R\$	281.523,00	R\$	317.130,00	R\$	343.124,00
Porto Vitória	0,7237	0,7275	0,6792	0,6505	0,6683	0,7689	0,7778	0,7884	0,7909	0,7796	0,8904	0,8682	0,8586	0,7916	0,7789	0,5183	0,5515	0,4401	0,4370	0,4582	R\$	176.606,00	R\$	187.145,00	R\$	215.568,00	R\$	251.754,00	R\$	290.784,00
Prudentópolis	0,6763	0,6859	0,6908	0,7004	0,7324	0,7062	0,7249	0,7252	0,7279	0,7661	0,7699	0,8003	0,8083	0,8396	0,8642	0,5527	0,5325	0,5389	0,5335	0,5668	R\$	3.591.152,00	R\$	3.727.473,00	R\$	4.734.746,00	R\$	6.109.018,00	R\$	6.376.002,00
Rebouças	0,6635	0,6701	0,6423	0,6871	0,6752	0,7035	0,7386	0,7247	0,7414	0,7399	0,8048	0,8010	0,8210	0,7963	0,7906	0,4821	0,4708	0,3813	0,5235	0,4951	R\$	1.213.896,00	R\$	1.434.955,00	R\$	1.703.362,00	R\$	1.703.362,00	R\$	2.053.264,00
União da Vitória	0,7877	0,8116	0,7960	0,8184	0,8016	0,7656	0,7993	0,7984	0,7968	0,8068	0,9052	0,9203	0,9160	0,9025	0,9065	0,6921	0,7151	0,6735	0,7559	0,6916	R\$	1.906.586,00	R\$	2.194.990,00	R\$	2.586.942,00	R\$	3.158.236,00	R\$	3.545.292,00

Centro Sul Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO					IFDM SAÚDE					IFDM EMPREGO & RENDA					REPASSE BOLSA FAMILIA				
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Boa Ventura de São Roque	0,6832	0,6542	0,6331	0,6148	0,6968	0,6770	0,6779	0,6537	0,6353	0,7483	0,8544	0,8056	0,7179	0,7274	0,7612	0,5184	0,4793	0,5278	0,4817	0,5808	R\$ 573.150,00	R\$ 726.353,00	R\$ 767.745,00	R\$ 832.002,00	R\$ 947.304,00
Campina do Simão	0,6496	0,6488	0,6374	0,5898	0,6777	0,6074	0,5822	0,5747	0,5965	0,6841	0,8313	0,8391	0,8501	0,8447	0,8829	0,5101	0,5251	0,4873	0,3282	0,4660	R\$ 484.644,00	R\$ 616.773,00	R\$ 687.787,00	R\$ 749.056,00	R\$ 891.788,00
Candói	0,6285	0,6916	0,6775	0,6901	0,6993	0,6423	0,6597	0,6487	0,6596	0,6996	0,8652	0,8834	0,9344	0,9147	0,8569	0,3779	0,5317	0,4495	0,4958	0,5415	R\$ 1.480.177,00	R\$ 1.756.366,00	R\$ 1.897.450,00	R\$ 2.198.410,00	R\$ 2.242.322,00
Cantagalo	0,6054	0,5709	0,6188	0,6303	0,6554	0,6935	0,7240	0,6944	0,7298	0,7422	0,6524	0,6120	0,6657	0,6784	0,7696	0,4702	0,3768	0,4964	0,4825	0,4544	R\$ 1.328.874,00	R\$ 1.664.312,00	R\$ 1.874.404,00	R\$ 2.058.114,00	R\$ 2.102.347,00
Espigão Alto do Iguaçu	0,5891	0,5708	0,6004	0,6284	0,6777	0,6658	0,7042	0,6953	0,6819	0,7077	0,6816	0,6599	0,7054	0,7505	0,8376	0,4200	0,3484	0,4004	0,4526	0,4879	R\$ 500.775,00	R\$ 565.465,00	R\$ 658.315,00	R\$ 846.678,00	R\$ 1.239.884,00
Guarapuava	0,7279	0,7524	0,7558	0,7644	0,7887	0,6895	0,6989	0,7073	0,7109	0,7266	0,7642	0,7813	0,7955	0,8010	0,8238	0,7301	0,7770	0,7647	0,7812	0,8156	R\$ 9.168.273,00	R\$ 12.305.757,00	R\$ 14.889.717,00	R\$ 16.631.384,00	R\$ 17.191.812,00
Inácio Martins	0,6357	0,6245	0,6168	0,6502	0,6318	0,5802	0,5970	0,5836	0,5849	0,6358	0,8654	0,8727	0,8690	0,8600	0,8208	0,4615	0,4039	0,3979	0,5058	0,4389	R\$ 934.924,00	R\$ 1.161.383,00	R\$ 1.494.815,00	R\$ 1.908.942,00	R\$ 2.299.070,00
Laranjal	0,5422	0,5548	0,5524	0,6010	0,6348	0,6077	0,6155	0,6241	0,6208	0,6488	0,6170	0,6684	0,6869	0,7758	0,7958	0,4020	0,3806	0,3462	0,4065	0,4597	R\$ 877.819,00	R\$ 1.101.535,00	R\$ 1.318.763,00	R\$ 1.615.824,00	R\$ 2.042.190,00
Laranjeiras do Sul	0,7228	0,7412	0,7348	0,7391	0,7269	0,7443	0,7753	0,7882	0,7892	0,8097	0,8557	0,8722	0,8955	0,8569	0,8231	0,5685	0,5762	0,5208	0,5713	0,5478	R\$ 1.918.271,00	R\$ 1.952.050,00	R\$ 2.305.403,00	R\$ 2.414.900,00	R\$ 2.347.688,00
Palmital	0,6151	0,6065	0,6415	0,6173	0,6552	0,6239	0,6353	0,6546	0,6394	0,6922	0,7346	0,7737	0,8464	0,8298	0,8225	0,4870	0,4105	0,4235	0,3827	0,4509	R\$ 1.730.453,00	R\$ 1.986.541,00	R\$ 2.153.381,00	R\$ 2.513.332,00	R\$ 3.411.162,00
Pinhão	0,5917	0,6018	0,6150	0,6300	0,6838	0,6290	0,6577	0,6365	0,6482	0,6661	0,6823	0,7037	0,7669	0,8031	0,8356	0,4637	0,4442	0,4416	0,4386	0,5496	R\$ 2.784.544,00	R\$ 3.639.000,00	R\$ 4.327.205,00	R\$ 4.867.112,00	R\$ 5.185.940,00
Pitanga	0,7142	0,7184	0,7310	0,7385	0,7768	0,7113	0,7465	0,7682	0,7550	0,7730	0,9207	0,9024	0,9016	0,9063	0,9397	0,5106	0,5062	0,5234	0,5542	0,6176	R\$ 2.535.664,00	R\$ 2.658.362,00	R\$ 3.316.475,00	R\$ 4.095.726,00	R\$ 4.437.946,00
Porto Barreiro	0,5727	0,6177	0,5876	0,5521	0,6417	0,6771	0,6889	0,6956	0,6961	0,7402	0,6584	0,7938	0,7480	0,7203	0,7406	0,3826	0,3703	0,3193	0,2400	0,4445	R\$ 399.790,00	R\$ 429.256,00	R\$ 506.490,00	R\$ 583.214,00	R\$ 654.036,00
Turvo	0,6845	0,6674	0,6604	0,5898	0,6449	0,6484	0,6758	0,6461	0,6919	0,7416	0,8053	0,7867	0,7826	0,7685	0,7575	0,5996	0,5398	0,5523	0,3090	0,4357	R\$ 1.452.455,00	R\$ 1.918.037,00	R\$ 2.182.228,00	R\$ 2.249.526,00	R\$ 2.443.520,00

Sudoeste Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMILIA						
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Bela Vista da Caroba	0,6155	0,6404	0,6642	0,6259	0,6067	0,6758	0,7003	0,7337	0,7219	0,7901	0,7768	0,8220	0,8286	0,7456	0,7111	0,3939	0,3989	0,4304	0,4102	0,3190	R\$ 429.975,00	R\$ 455.982,00	R\$ 520.604,00	R\$ 538.320,00	R\$ 580.698,00					
Bom Sucesso do Sul	0,6654	0,6720	0,6581	0,7166	0,7487	0,7131	0,7041	0,7333	0,7703	0,8132	0,9471	0,9215	0,8829	0,8819	0,9017	0,4254	0,4736	0,3943	0,4925	0,5180	R\$ 180.216,00	R\$ 199.210,00	R\$ 222.394,00	R\$ 266.184,00	R\$ 296.046,00					
Capanema	0,6720	0,6762	0,6335	0,6231	0,6974	0,7452	0,7522	0,7616	0,7997	0,8666	0,6758	0,6474	0,5597	0,5330	0,5413	0,5951	0,6288	0,5790	0,5365	0,6843	R\$ 990.031,00	R\$ 1.124.997,00	R\$ 1.220.372,00	R\$ 1.238.362,00	R\$ 1.188.840,00					
Chopinzinho	0,7308	0,7254	0,7421	0,7563	0,7871	0,8285	0,8443	0,8404	0,8402	0,9060	0,7905	0,7878	0,7950	0,7853	0,8148	0,5736	0,5440	0,5910	0,6434	0,6404	R\$ 1.202.054,00	R\$ 1.397.134,00	R\$ 1.606.951,00	R\$ 1.778.134,00	R\$ 1.915.664,00					
Clelândia	0,5627	0,5945	0,5936	0,6010	0,5795	0,6409	0,6517	0,6201	0,6641	0,6773	0,5741	0,5976	0,6120	0,6129	0,5599	0,4731	0,5343	0,5486	0,5261	0,5013	R\$ 1.171.744,00	R\$ 1.255.564,00	R\$ 1.542.119,00	R\$ 1.820.166,00	R\$ 2.182.392,00					
Coronel Domingos Soares	0,6171	0,6096	0,6954	0,6580	0,6571	0,5962	0,6256	0,6327	0,6676	0,6374	0,7443	0,7675	0,8715	0,7787	0,8201	0,5107	0,4358	0,5819	0,5277	0,5137	R\$ 566.085,00	R\$ 484.626,00	R\$ 561.545,00	R\$ 739.752,00	R\$ 919.110,00					
Coronel Vivida	0,6662	0,6722	0,7164	0,7113	0,7497	0,7229	0,6860	0,7625	0,7593	0,8220	0,6720	0,7196	0,7624	0,7910	0,8342	0,6001	0,5601	0,6136	0,5798	0,6361	R\$ 1.450.351,00	R\$ 1.447.801,00	R\$ 1.540.755,00	R\$ 1.719.904,00	R\$ 1.687.118,00					
Cruzeiro do Iguaçu	0,7012	0,7264	0,7596	0,6557	0,7035	0,7507	0,8047	0,8138	0,8189	0,7909	0,7573	0,7990	0,8074	0,7625	0,7586	0,5956	0,5753	0,6576	0,3856	0,5610	R\$ 317.192,00	R\$ 284.849,00	R\$ 287.044,00	R\$ 286.246,00	R\$ 317.018,00					
Enéas Marques	0,7116	0,7370	0,7204	0,6982	0,7530	0,7739	0,7606	0,7400	0,7479	0,7864	0,8455	0,8950	0,9479	0,8939	0,8829	0,5152	0,5553	0,4733	0,4528	0,5896	R\$ 273.157,00	R\$ 368.797,00	R\$ 396.002,00	R\$ 446.894,00	R\$ 555.832,00					
Francisco Beltrão	0,8365	0,8495	0,8513	0,8267	0,8511	0,7864	0,7942	0,8107	0,8195	0,8143	0,9064	0,9308	0,9132	0,9109	0,8864	0,8167	0,8235	0,8301	0,7498	0,8527	R\$ 3.183.296,00	R\$ 3.629.934,00	R\$ 4.308.099,00	R\$ 4.366.814,00	R\$ 3.734.188,00					
Itapejara d'Oeste	0,5409	0,5461	0,5606	0,6470	0,6464	0,6969	0,7149	0,8184	0,8747	0,9083	0,6584	0,7424	0,8080	0,8717	0,8866	0,5336	0,4517	0,6057	0,6287	0,7058	R\$ 472.545,00	R\$ 539.319,00	R\$ 653.690,00	R\$ 783.360,00	R\$ 980.720,00					
Mangueirinha	0,6432	0,6620	0,7045	0,7294	0,7449	0,6482	0,6814	0,6940	0,7256	0,7612	0,7433	0,7505	0,8112	0,8515	0,9042	0,5382	0,5540	0,6083	0,6110	0,5693	R\$ 1.358.775,00	R\$ 1.683.212,00	R\$ 2.013.095,00	R\$ 2.291.420,00	R\$ 2.251.880,00					
Maripólis	0,6883	0,6541	0,6501	0,6866	0,7275	0,7333	0,7117	0,7084	0,7322	0,7546	0,7569	0,7773	0,7900	0,8004	0,8745	0,5748	0,4734	0,4521	0,5273	0,5535	R\$ 253.081,00	R\$ 261.108,00	R\$ 334.165,00	R\$ 443.218,00	R\$ 469.058,00					
Marmeleiro	0,6666	0,6753	0,6673	0,6666	0,7079	0,7281	0,7489	0,7980	0,7907	0,7901	0,7446	0,7287	0,6951	0,6836	0,7300	0,5269	0,5483	0,5089	0,5254	0,6036	R\$ 951.939,00	R\$ 1.119.529,00	R\$ 1.241.870,00	R\$ 1.331.696,00	R\$ 1.625.654,00					
Pato Branco	0,8390	0,8326	0,8374	0,8527	0,8607	0,8131	0,8202	0,8250	0,8371	0,8542	0,8174	0,8324	0,8549	0,8879	0,9047	0,8864	0,8451	0,8324	0,8332	0,8231	R\$ 2.201.754,00	R\$ 2.436.480,00	R\$ 3.047.381,00	R\$ 3.869.876,00	R\$ 4.413.440,00					
Realeza	0,7629	0,7565	0,7787	0,7899	0,8016	0,8471	0,8385	0,8896	0,9139	0,9383	0,8198	0,8310	0,8304	0,8351	0,8124	0,6218	0,5998	0,6160	0,6208	0,6540	R\$ 474.647,00	R\$ 526.069,00	R\$ 632.235,00	R\$ 870.584,00	R\$ 1.021.728,00					
Salto do Lontra	0,7053	0,6781	0,7212	0,7421	0,7656	0,7370	0,7438	0,7473	0,7576	0,7734	0,8514	0,8329	0,8737	0,9094	0,9439	0,5275	0,4577	0,5426	0,5593	0,5796	R\$ 924.112,00	R\$ 1.054.545,00	R\$ 1.247.091,00	R\$ 1.243.162,00	R\$ 1.176.948,00					
Verê	0,6455	0,6426	0,6733	0,6588	0,7157	0,7873	0,7771	0,7981	0,8132	0,7885	0,6791	0,7337	0,7287	0,7356	0,7651	0,4699	0,4171	0,4930	0,4278	0,5936	R\$ 391.221,00	R\$ 506.051,00	R\$ 658.891,00	R\$ 779.322,00	R\$ 865.658,00					

Oeste Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMILIA						
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Assis Chateaubriand	0,7004	0,7075	0,7072	0,7146	0,7372	0,8176	0,8136	0,8021	0,8116	0,8575	0,7506	0,7670	0,7543	0,7502	0,7602	0,5329	0,5419	0,5651	0,5820	0,5938	R\$ 1.466.966,00	R\$ 1.484.843,00	R\$ 1.750.109,00	R\$ 1.947.594,00	R\$ 1.928.018,00					
Boa Vista da Aparecida	0,5801	0,6174	0,6510	0,6789	0,7125	0,6964	0,7293	0,6948	0,7315	0,7555	0,7283	0,7728	0,7830	0,8401	0,8762	0,3156	0,3503	0,4752	0,4652	0,5058	R\$ 754.242,00	R\$ 907.916,00	R\$ 991.598,00	R\$ 1.121.180,00	R\$ 1.258.764,00					
Braganey	0,5911	0,6090	0,6390	0,6503	0,6447	0,7669	0,7882	0,8132	0,7980	0,8071	0,6073	0,6427	0,6875	0,6800	0,6558	0,3990	0,3961	0,4164	0,4728	0,4714	R\$ 432.018,00	R\$ 431.070,00	R\$ 488.809,00	R\$ 501.714,00	R\$ 521.040,00					
Cafelândia	0,7627	0,7579	0,7906	0,8046	0,8228	0,8237	0,8284	0,8653	0,8898	0,8565	0,7537	0,7535	0,8053	0,8115	0,9029	0,7107	0,6919	0,7012	0,7125	0,7089	R\$ 356.328,00	R\$ 425.312,00	R\$ 516.070,00	R\$ 584.916,00	R\$ 681.788,00					
Campo Bonito	0,6238	0,6482	0,6557	0,6848	0,7007	0,7345	0,7445	0,7797	0,7872	0,8203	0,6740	0,7899	0,7741	0,8301	0,8875	0,4628	0,4100	0,4133	0,4372	0,3942	R\$ 426.871,00	R\$ 477.355,00	R\$ 649.525,00	R\$ 558.032,00	R\$ 581.904,00					
Capitão Leônidas Marques	0,6134	0,6343	0,6560	0,7179	0,7590	0,7002	0,7129	0,7095	0,7407	0,7699	0,6008	0,6213	0,7401	0,8626	0,9154	0,5391	0,5686	0,5184	0,5506	0,5915	R\$ 1.000.821,00	R\$ 935.662,00	R\$ 1.037.408,00	R\$ 1.184.624,00	R\$ 1.279.566,00					
Corbélia	0,7002	0,7207	0,7266	0,6926	0,7511	0,8785	0,8756	0,8710	0,8003	0,8287	0,6676	0,6988	0,7362	0,7870	0,8678	0,5543	0,5878	0,5727	0,4906	0,5568	R\$ 770.949,00	R\$ 1.021.492,00	R\$ 1.143.360,00	R\$ 1.208.460,00	R\$ 1.274.410,00					
Diamante D'Oeste	0,5356	0,6435	0,6731	0,6650	0,6513	0,6361	0,6637	0,6849	0,7117	0,7381	0,7317	0,7794	0,7862	0,7998	0,8116	0,2390	0,4874	0,5482	0,4833	0,4042	R\$ 494.690,00	R\$ 531.690,00	R\$ 599.456,00	R\$ 628.470,00	R\$ 670.754,00					
Foz do Iguaçu	0,7308	0,7610	0,7872	0,8237	0,8232	0,6990	0,7285	0,7919	0,7992	0,7950	0,8567	0,8645	0,8653	0,8720	0,8760	0,6366	0,6899	0,7045	0,7999	0,7987	R\$ 12.539.387,00	R\$ 14.354.009,00	R\$ 16.144.087,00	R\$ 18.809.304,00	R\$ 19.652.264,00					
Guaíra	0,5764	0,5645	0,5841	0,6039	0,6531	0,7282	0,7066	0,7228	0,7229	0,7454	0,4348	0,4348	0,4644	0,5320	0,6275	0,5662	0,5522	0,5651	0,5568	0,5865	R\$ 1.633.878,00	R\$ 1.903.503,00	R\$ 2.340.013,00	R\$ 2.665.220,00	R\$ 2.867.458,00					
Iguatu	0,6634	0,6246	0,6946	0,6904	0,7293	0,8291	0,8113	0,8648	0,8230	0,8693	0,6604	0,6632	0,7298	0,8115	0,8496	0,5006	0,3994	0,4891	0,4366	0,4692	R\$ 162.752,00	R\$ 147.314,00	R\$ 161.801,00	R\$ 166.794,00	R\$ 189.580,00					
Itaipulândia	0,7635	0,7870	0,8077	0,7568	0,8330	0,7765	0,7978	0,8199	0,8458	0,8648	0,9242	0,9732	0,9456	0,9560	0,9170	0,5897	0,5900	0,6576	0,4685	0,7171	R\$ 324.783,00	R\$ 361.485,00	R\$ 437.395,00	R\$ 612.730,00	R\$ 697.772,00					
Jesuítas	0,6774	0,6543	0,6827	0,6949	0,7317	0,8168	0,7653	0,7908	0,8082	0,8079	0,7478	0,7493	0,7706	0,7745	0,8348	0,4675	0,4481	0,4866	0,5022	0,5525	R\$ 633.512,00	R\$ 634.729,00	R\$ 727.646,00	R\$ 869.570,00	R\$ 910.760,00					
Lindoeste	0,6473	0,6143	0,6357	0,6595	0,7257	0,7289	0,7572	0,7672	0,8006	0,7937	0,6992	0,6865	0,6622	0,7217	0,8496	0,5138	0,3991	0,4776	0,4562	0,5338	R\$ 425.813,00	R\$ 482.767,00	R\$ 608.558,00	R\$ 684.426,00	R\$ 814.818,00					
Maripá	0,7311	0,7267	0,7242	0,7086	0,7527	0,8446	0,8459	0,8409	0,8605	0,8818	0,7886	0,8030	0,8102	0,8077	0,7988	0,5601	0,5314	0,5215	0,4577	0,5775	R\$ 45.149,00	R\$ 57.287,00	R\$ 75.549,00	R\$ 83.372,00	R\$ 95.348,00					
Mateelândia	0,7280	0,7350	0,7573	0,7415	0,7333	0,7377	0,7261	0,7498	0,7394	0,7500	0,7808	0,7922	0,7634	0,7608	0,7203	0,6654	0,6868	0,7585	0,7243	0,7298	R\$ 782.036,00	R\$ 1.019.022,00	R\$ 1.164.332,00	R\$ 1.163.534,00	R\$ 1.147.424,00					
Palotina	0,7756	0,7555	0,7770	0,7655	0,8131	0,7790	0,7773	0,8020	0,8251	0,8490	0,7759	0,7749	0,8060	0,7969	0,8565	0,7719	0,7142	0,7229	0,6745	0,7338	R\$ 461.305,00	R\$ 654.466,00	R\$ 897.831,00	R\$ 1.197.816,00	R\$ 1.452.638,00					
Pato Branco	0,8133	0,8086	0,7032	0,6587	0,7033	0,8518	0,8498	0,8263	0,8499	0,8540	0,8619	0,8666	0,6624	0,5530	0,6401	0,7261	0,7093	0,6209	0,5733	0,6156	R\$ 115.032,00	R\$ 120.692,00	R\$ 130.221,00	R\$ 159.150,00	R\$ 158.984,00					
Quatro Pontes	0,6675	0,6876	0,7178	0,7212	0,7763	0,7804	0,7950	0,7901	0,8373	0,8906	0,6240	0,6201	0,6512	0,7071	0,7901	0,5981	0,6477	0,7120	0,6194	0,6481	R\$ 40.483,00	R\$ 48.822,00	R\$ 49.046,00	R\$ 57.694,00	R\$ 77.782,00					
Ramilândia	0,6071	0,6036	0,5793	0,5720	0,6123	0,7293	0,7327	0,7100	0,7002	0,7110	0,6353	0,6653	0,5966	0,6210	0,7109	0,4568	0,4127	0,4312	0,3949	0,4151	R\$ 354.025,00	R\$ 376.163,00	R\$ 417.739,00	R\$ 489.018,00	R\$ 597.130,00					
Santa Helena	0,7134	0,7159	0,7593	0,7347	0,7303	0,7897	0,7976	0,8273	0,8436	0,8704	0,7594	0,7516	0,8155	0,8021	0,7495	0,5910	0,5985	0,6349	0,5585	0,5710	R\$ 842.888,00	R\$ 876.456,00	R\$ 1.000.929,00	R\$ 1.036.696,00	R\$ 1.056.164,00					
Santa Lúcia	0,6515	0,6354	0,6411	0,6204	0,7131	0,6777	0,6761	0,6774	0,6832	0,7273	0,7029	0,6960	0,6900	0,7142	0,8468	0,5739	0,5340	0,5558	0,4638	0,5652	R\$ 330.345,00	R\$ 364.538,00	R\$ 400.388,00	R\$ 397.806,00	R\$ 376.744,00					
Santa Tereza do Oeste	0,7034	0,7526	0,7733	0,7633	0,7656	0,7415	0,7623	0,7789	0,7909	0,8001	0,8684	0,8896	0,8970	0,9018	0,8715	0,5004	0,6058	0,6440	0,5971	0,6253	R\$ 543.271,00	R\$ 664.217,00	R\$ 753.881,00	R\$ 874.724,00	R\$ 881.682,00					
São José das Palmeiras	0,6898	0,7115	0,6851	0,6737	0,7063	0,7535	0,7584	0,7144	0,7210	0,7749	0,8155	0,9055	0,9022	0,8409	0,8583	0,5005	0,4705	0,4386	0,4591	0,4856	R\$ 283.535,00	R\$ 292.483,00	R\$ 347.505,00	R\$ 391.316,00	R\$ 414.160,00					
Terra Roxa	0,6653	0,6555	0,6750	0,6535	0,6569	0,6989	0,6939	0,7123	0,7169	0,7414	0,6663	0,6635	0,6365	0,6290	0,6353	0,6306	0,6090	0,6763	0,6147	0,5940	R\$ 474.765,00	R\$ 395.369,00	R\$ 429.712,00	R\$ 481.508,00	R\$ 540.104,00					

Centro Oriental

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO					IFDM SAÚDE					IFDM EMPREGO & RENDA					REPASSE BOLSA FAMILIA				
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Arapoti	0,7092	0,6868	0,7136	0,7291	0,7370	0,6868	0,7252	0,7510	0,7562	0,7727	0,8133	0,8286	0,8425	0,8466	0,8322	0,6275	0,5067	0,5474	0,5846	0,6061	R\$ 1.544.126,00	R\$ 1.906.016,00	R\$ 2.262.573,00	R\$ 2.347.990,00	R\$ 2.390.866,00
Castro	0,7157	0,7235	0,7462	0,7680	0,7701	0,7388	0,7620	0,7645	0,7752	0,7833	0,7512	0,7758	0,7614	0,7981	0,7963	0,6571	0,6327	0,7128	0,7307	0,7308	R\$ 2.648.930,00	R\$ 3.247.984,00	R\$ 4.571.749,00	R\$ 5.738.448,00	R\$ 6.827.278,00
Imbaú	0,4511	0,5531	0,5550	0,5850	0,5740	0,5707	0,6072	0,5995	0,6245	0,6283	0,4822	0,5251	0,5821	0,5841	0,6967	0,3003	0,5270	0,4835	0,5465	0,4708	R\$ 837.314,00	R\$ 1.149.039,00	R\$ 1.617.012,00	R\$ 1.846.308,00	R\$ 2.128.108,00
Portuguesa	0,6079	0,5768	0,5960	0,6506	0,6896	0,6325	0,6453	0,6371	0,6876	0,6854	0,7493	0,7288	0,7894	0,7923	0,8479	0,4419	0,3563	0,3615	0,4720	0,5354	R\$ 2.793.656,00	R\$ 3.223.873,00	R\$ 3.628.136,00	R\$ 4.047.026,00	R\$ 4.665.708,00
Ponta Grossa	0,7660	0,7806	0,7960	0,7943	0,8033	0,7526	0,7651	0,7752	0,7780	0,7814	0,7730	0,7761	0,8066	0,8222	0,8369	0,7723	0,8006	0,7862	0,7738	0,7917	R\$ 8.817.408,00	R\$ 8.601.324,00	R\$ 10.111.816,00	R\$ 11.890.168,00	R\$ 14.094.276,00
Reserva	0,5361	0,5876	0,5885	0,6159	0,5992	0,5591	0,5770	0,6415	0,6411	0,6896	0,5515	0,6192	0,6268	0,5898	0,6108	0,4976	0,5664	0,4973	0,6167	0,4973	R\$ 2.123.316,00	R\$ 2.382.218,00	R\$ 2.735.153,00	R\$ 2.878.488,00	R\$ 3.150.114,00
Senegés	0,6429	0,6846	0,7075	0,7168	0,7301	0,6782	0,7126	0,7225	0,7245	0,7448	0,7472	0,7532	0,7948	0,7929	0,7872	0,5034	0,5880	0,6053	0,6330	0,6581	R\$ 1.454.801,00	R\$ 1.806.756,00	R\$ 2.161.736,00	R\$ 2.134.226,00	R\$ 2.167.178,00
Ventania	0,5167	0,5566	0,5174	0,6083	0,6382	0,6231	0,6412	0,6579	0,6632	0,6904	0,4766	0,4578	0,5000	0,6193	0,6655	0,4503	0,5780	0,3943	0,5426	0,5887	R\$ 616.265,00	R\$ 780.837,00	R\$ 911.309,00	R\$ 1.117.982,00	R\$ 1.558.032,00

## Norte Pioneiro

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSÉ BOLSA FAMÍLIA						
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	R\$	2.009,00	R\$	2.010,00	R\$	2.011,00	R\$	2.012,00	R\$	2.013,00
Andará	0,7210	0,7499	0,7313	0,7492	0,7032	0,7453	0,7613	0,7733	0,8197	0,7806	0,8728	0,8902	0,8953	0,8544	0,8166	0,5449	0,5980	0,5252	0,5735	0,5124	R\$	1.018.978,00	R\$	1.109.289,00	R\$	1.294.799,00	R\$	1.357.758,00	R\$	1.545.224,00
Assaí	0,7283	0,7410	0,7396	0,7270	0,7559	0,7740	0,7601	0,8199	0,8122	0,8646	0,8306	0,8328	0,8205	0,8558	0,8745	0,5803	0,6301	0,5785	0,5130	0,5285	R\$	743.648,00	R\$	863.918,00	R\$	1.002.930,00	R\$	1.049.588,00	R\$	1.149.424,00
Bandeirantes	0,6811	0,6626	0,6645	0,6937	0,7027	0,7135	0,7320	0,7625	0,7648	0,7597	0,6698	0,6803	0,7084	0,7208	0,7285	0,6599	0,5754	0,5227	0,5955	0,6200	R\$	1.506.264,00	R\$	1.771.370,00	R\$	2.279.385,00	R\$	2.672.514,00	R\$	3.016.776,00
Barra do Jacaré	0,6088	0,6234	0,5943	0,6934	0,6785	0,8096	0,8203	0,7928	0,7896	0,7732	0,6297	0,6463	0,6423	0,8419	0,8131	0,3872	0,4037	0,3478	0,4486	0,4492	R\$	156.365,00	R\$	169.042,00	R\$	197.496,00	R\$	222.970,00	R\$	287.086,00
Carlópolis	0,6765	0,7143	0,7600	0,7482	0,7199	0,7433	0,7396	0,7885	0,7923	0,7806	0,8073	0,8362	0,8252	0,8420	0,8374	0,4790	0,5670	0,6664	0,6103	0,5415	R\$	835.760,00	R\$	875.115,00	R\$	1.040.471,00	R\$	1.135.062,00	R\$	1.113.402,00
Congonhinhas	0,6524	0,6620	0,6244	0,5960	0,6329	0,7108	0,7108	0,6846	0,6798	0,7092	0,7976	0,8230	0,7442	0,7202	0,7191	0,4489	0,4522	0,4445	0,3881	0,4703	R\$	724.398,00	R\$	868.263,00	R\$	994.421,00	R\$	1.100.998,00	R\$	1.277.176,00
Conselheiro Mairinck	0,5905	0,5674	0,5878	0,6549	0,6390	0,7254	0,6932	0,7288	0,7464	0,8007	0,6170	0,5837	0,6451	0,7358	0,6662	0,4291	0,4253	0,3894	0,4825	0,4501	R\$	365.016,00	R\$	354.474,00	R\$	400.529,00	R\$	449.010,00	R\$	496.408,00
Curiúva	0,5292	0,5216	0,5156	0,5431	0,5396	0,6239	0,6384	0,6509	0,6430	0,6934	0,5835	0,5128	0,5369	0,5446	0,5838	0,3801	0,4136	0,3590	0,4416	0,3415	R\$	1.096.603,00	R\$	1.334.763,00	R\$	1.670.625,00	R\$	1.794.562,00	R\$	1.832.464,00
Ibaiti	0,7241	0,7370	0,6825	0,6963	0,7452	0,7142	0,7153	0,7222	0,7326	0,7783	0,8569	0,8755	0,8728	0,8843	0,8756	0,6012	0,6202	0,4525	0,4719	0,5817	R\$	1.606.742,00	R\$	1.645.493,00	R\$	1.997.543,00	R\$	2.248.704,00	R\$	2.272.428,00
Itambaracá	0,7098	0,7033	0,6603	0,6205	0,6733	0,8708	0,8526	0,7978	0,7945	0,8392	0,8221	0,8203	0,7831	0,6770	0,6718	0,4365	0,4371	0,4000	0,3901	0,5087	R\$	545.037,00	R\$	557.519,00	R\$	636.679,00	R\$	722.976,00	R\$	723.410,00
Jacarezinho	0,7584	0,7417	0,7464	0,7994	0,7692	0,6699	0,6824	0,7342	0,7403	0,7369	0,8626	0,8696	0,8956	0,9020	0,8989	0,7426	0,6732	0,6095	0,7559	0,6718	R\$	1.697.881,00	R\$	2.082.398,00	R\$	2.328.000,00	R\$	2.767.432,00	R\$	3.321.180,00
Joaquim Távora	0,7746	0,8032	0,7955	0,8196	0,8215	0,7696	0,7947	0,8266	0,8384	0,8289	0,8833	0,8754	0,8649	0,8727	0,8688	0,6710	0,7395	0,6949	0,7476	0,7669	R\$	348.081,00	R\$	285.710,00	R\$	392.006,00	R\$	463.108,00	R\$	523.420,00
Jundiá do Sul	0,6712	0,7029	0,7049	0,7446	0,6912	0,7093	0,7489	0,7577	0,7747	0,7624	0,8542	0,8908	0,9160	0,9646	0,8537	0,4501	0,4689	0,4409	0,4944	0,4577	R\$	289.508,00	R\$	346.896,00	R\$	401.818,00	R\$	479.854,00	R\$	517.918,00
Nova América da Colina	0,7611	0,7305	0,6880	0,6787	0,6491	0,7550	0,7577	0,7576	0,7445	0,7500	0,8560	0,8483	0,7564	0,7450	0,7416	0,6723	0,5853	0,5499	0,5465	0,4557	R\$	263.092,00	R\$	313.425,00	R\$	351.517,00	R\$	374.478,00	R\$	369.760,00
Pinhalão	0,6667	0,6506	0,6861	0,6875	0,7159	0,7230	0,7279	0,7360	0,7496	0,7917	0,7811	0,7790	0,8145	0,8396	0,8771	0,4961	0,4449	0,5077	0,4733	0,4789	R\$	457.104,00	R\$	449.337,00	R\$	445.403,00	R\$	495.948,00	R\$	474.474,00
Rancho Alegre	0,5976	0,6518	0,6607	0,6640	0,6606	0,7119	0,7792	0,7506	0,7494	0,7485	0,7032	0,7539	0,7824	0,8075	0,8460	0,3778	0,4223	0,4491	0,4351	0,3875	R\$	247.497,00	R\$	251.383,00	R\$	286.254,00	R\$	327.374,00	R\$	306.716,00
Ribeirão Claro	0,6854	0,7162	0,7412	0,7346	0,7448	0,7991	0,8038	0,8400	0,8303	0,8381	0,6825	0,7171	0,7518	0,7687	0,7966	0,5746	0,6276	0,6316	0,6049	0,5997	R\$	509.724,00	R\$	549.093,00	R\$	661.945,00	R\$	817.552,00	R\$	974.550,00
Salto do Itararé	0,6087	0,6565	0,6918	0,6935	0,6624	0,7496	0,7431	0,7607	0,7501	0,7912	0,6420	0,6687	0,7442	0,7715	0,7941	0,4346	0,5575	0,5705	0,5590	0,4020	R\$	549.346,00	R\$	549.165,00	R\$	559.544,00	R\$	593.662,00	R\$	642.566,00
Santa Amélia	0,6488	0,6650	0,5990	0,6185	0,6342	0,7504	0,7745	0,7055	0,7623	0,7586	0,7381	0,7446	0,6124	0,6137	0,6896	0,4578	0,4758	0,4790	0,4794	0,4544	R\$	352.795,00	R\$	458.568,00	R\$	503.968,00	R\$	596.058,00	R\$	813.352,00
Santa Cecília do Pavão	0,6590	0,6672	0,6708	0,6410	0,7394	0,6688	0,7197	0,7531	0,7349	0,7625	0,8378	0,8268	0,8631	0,8923	0,9165	0,4703	0,4550	0,3962	0,2958	0,5393	R\$	294.543,00	R\$	313.881,00	R\$	370.028,00	R\$	448.070,00	R\$	464.674,00
Santa Mariana	0,6471	0,6269	0,6262	0,6544	0,6264	0,6705	0,6678	0,6614	0,6538	0,6900	0,8341	0,7989	0,7840	0,7699	0,7643	0,4368	0,4139	0,4331	0,5395	0,4248	R\$	796.476,00	R\$	923.508,00	R\$	1.007.730,00	R\$	1.160.104,00	R\$	1.296.676,00
São José da Boa Vista	0,6608	0,6980	0,6574	0,6608	0,6641	0,7340	0,7695	0,6897	0,7206	0,7647	0,7684	0,7784	0,8178	0,8054	0,8108	0,4801	0,5460	0,4649	0,4565	0,4168	R\$	582.052,00	R\$	669.181,00	R\$	799.083,00	R\$	812.372,00	R\$	787.876,00
Sertaneja	0,6757	0,7293	0,7180	0,7596	0,7740	0,7655	0,8465	0,8606	0,9032	0,9002	0,8395	0,8192	0,8209	0,8457	0,8808	0,4222	0,5224	0,4726	0,5299	0,5409	R\$	257.541,00	R\$	253.351,00	R\$	317.493,00	R\$	391.364,00	R\$	414.198,00
Wenceslau Braz	0,6674	0,6260	0,6422	0,6679	0,6937	0,7148	0,6830	0,7123	0,7329	0,7598	0,7264	0,7183	0,7026	0,7340	0,7464	0,5609	0,4767	0,5118	0,5369	0,5748	R\$	1.303.425,00	R\$	1.564.148,00	R\$	1.959.878,00	R\$	2.333.314,00	R\$	2.659.886,00

## Centro Ocidental Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSÉ BOLSA FAMÍLIA						
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	R\$	2.009,00	R\$	2.010,00	R\$	2.011,00	R\$	2.012,00	R\$	2.013,00
Altamira do Paraná	0,6699	0,6586	0,6872	0,6918	0,6934	0,7201	0,7045	0,7033	0,7093	0,7186	0,5761	0,5651	0,5715	0,5891	0,5988	0,5057	0,3954	0,5318	0,4879	0,4499	R\$	614.011,00	R\$	609.722,00	R\$	628.582,00	R\$	588.240,00	R\$	603.778,00
Azarna	0,6658	0,6441	0,6902	0,6745	0,6981	0,7180	0,7144	0,7629	0,7522	0,7428	0,6341	0,6028	0,6162	0,6610	0,6854	0,6453	0,6149	0,6914	0,6102	0,6659	R\$	704.227,00	R\$	643.221,00	R\$	693.469,00	R\$	767.990,00	R\$	791.548,00
Barbosa Ferraz	0,5693	0,6299	0,6008	0,6346	0,6523	0,7302	0,7472	0,7582	0,7642	0,7704	0,5579	0,6306	0,6359	0,6933	0,6982	0,4199	0,5119	0,4084	0,4463	0,4884	R\$	809.020,00	R\$	809.020,00	R\$	1.103.778,00	R\$	1.176.350,00	R\$	1.164.926,00
Campina da Lagoa	0,5980	0,6230	0,6204	0,6415	0,6618	0,7194	0,7376	0,7310	0,7534	0,7939	0,5604	0,6302	0,6752	0,6906	0,6636	0,5142	0,5013	0,4550	0,4805	0,5279	R\$	1.014.334,00	R\$	1.105.915,00	R\$	1.389.888,00	R\$	1.626.054,00	R\$	1.687.160,00
Engenheiro Beltrão	0,7520	0,7126	0,7399	0,7123	0,6986	0,8010	0,8140	0,8464	0,8481	0,8471	0,7889	0,7894	0,7730	0,6851	0,7141	0,6660	0,5344	0,6004	0,6036	0,5346	R\$	520.909,00	R\$	580.076,00	R\$	736.046,00	R\$	883.724,00	R\$	979.482,00
Farol	0,6972	0,7056	0,7164	0,7039	0,7412	0,7722	0,7826	0,7645	0,8072	0,8211	0,8688	0,9218	0,9464	0,9183	0,9150	0,4506	0,4123	0,4382	0,3864	0,4875	R\$	255.408,00	R\$	277.187,00	R\$	318.337,00	R\$	357.588,00	R\$	431.198,00
Goioerê	0,6995	0,7002	0,7146	0,7125	0,7422	0,7515	0,7338	0,7923	0,7983	0,7875	0,8126	0,8272	0,8362	0,8358	0,8741	0,5342	0,5395	0,5155	0,5034	0,5649	R\$	1.012.226,00	R\$	1.200.948,00	R\$	1.405.701,00	R\$	1.711.800,00	R\$	2.466.676,00
Mamborê	0,7041	0,7046	0,7340	0,7347	0,7454	0,7855	0,7776	0,7595	0,7671	0,7609	0,8430	0,8663	0,9726	0,9741	0,9449	0,4836	0,4700	0,4698	0,4628	0,5304	R\$	621.488,00	R\$	665.056,00	R\$	866.301,00	R\$	1.048.616,00	R\$	1.188.764,00
Quarto Centenário	0,7057	0,6638	0,6740	0,7088	0,6815	0,7297	0,6494	0,7557	0,7833	0,7908	0,8944	0,8814	0,8509	0,8313	0,7730	0,4931	0,4606	0,4247	0,5120	0,4808	R\$	247.650,00	R\$	304.913,00	R\$	404.650,00	R\$	465.028,00	R\$	465.332,00
Rancho Alegre D'Oeste	0,6959	0,7001	0,7393	0,7472	0,7409	0,6936	0,7257	0,7869	0,8084	0,7293	0,7032	0,7539	0,7824	0,8075	0,8460	0,5040	0,4845	0,5173	0,4901	0,5495	R\$	154.918,00	R\$	188.752,00	R\$	235.371,00	R\$	277.374,00	R\$	289.272,00
Roncador	0,6385	0,6140	0,6345	0,6554	0,7188	0,6993	0,7214	0,7385	0,7664	0,7797	0,6976	0,6474	0,6946	0,7423	0,8550	0,5187	0,4733	0,4703	0,4573	0,5217	R\$	1.148.042,00	R\$	1.127.546,00	R\$	1.254.810,00	R\$	1.286.766,00	R\$	1.251.364,00
Terra Boa	0,7812	0,7486	0,7351	0,7767	0,7666	0,8245	0,7932	0,7771	0,7985	0,8185	0,8166	0,7887	0,7842	0,8107	0,8434	0,7026	0,6639	0,6401	0,7209	0,6379	R\$	166.430,00	R\$	209.923,00	R\$	302.421,00	R\$	382.330,00	R\$	422.632,00

## Norte Central Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMÍLIA				
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013			
Alvarada do Sul	0,6564	0,7000	0,7120	0,7256	0,7103	0,6833	0,6994	0,6976	0,7079	0,7206	0,8995	0,8960	0,9093	0,9303	0,9033	0,3864	0,5046	0,5292	0,5386	0,5069	R\$ 466.422,00	R\$ 587.886,00	R\$ 625.197,00	R\$ 786.952,00	R\$ 1.357.228,00			
Ângulo	0,6901	0,7193	0,6547	0,7216	0,6914	0,8370	0,8506	0,7982	0,8184	0,8058	0,8316	0,8647	0,7740	0,7797	0,7538	0,4018	0,4427	0,3919	0,5666	0,5146	R\$ 84.863,00	R\$ 116.992,00	R\$ 149.547,00	R\$ 181.140,00	R\$ 210.878,00			
Arapongas	0,8049	0,8031	0,8143	0,8236	0,7954	0,7828	0,7751	0,7788	0,7846	0,7805	0,8270	0,8158	0,8548	0,8572	0,8548	0,8049	0,8183	0,8094	0,8290	0,7510	R\$ 1.281.025,00	R\$ 1.624.459,00	R\$ 2.392.852,00	R\$ 3.138.354,00	R\$ 3.656.006,00			
Arapuá	0,6911	0,6534	0,6700	0,6842	0,7261	0,7264	0,7564	0,7500	0,7760	0,8052	0,8324	0,8170	0,8051	0,8682	0,8820	0,5143	0,3868	0,4548	0,4083	0,4912	R\$ 391.181,00	R\$ 390.561,00	R\$ 433.996,00	R\$ 504.728,00	R\$ 556.374,00			
Atalaia	0,7504	0,7491	0,7335	0,7792	0,7773	0,8478	0,8290	0,8735	0,8822	0,9149	0,8555	0,8656	0,8505	0,8805	0,8620	0,5479	0,5526	0,4764	0,5748	0,5549	R\$ 136.249,00	R\$ 180.061,00	R\$ 241.807,00	R\$ 311.354,00	R\$ 334.416,00			
Califórnia	0,7458	0,7601	0,7644	0,7570	0,7813	0,7852	0,7975	0,7708	0,7705	0,8340	0,9798	0,9782	0,9741	0,9759	0,9642	0,4725	0,5046	0,5483	0,5245	0,5458	R\$ 189.377,00	R\$ 191.400,00	R\$ 203.813,00	R\$ 237.572,00	R\$ 266.030,00			
Centenário do Sul	0,6198	0,6341	0,6513	0,6464	0,6950	0,6349	0,6654	0,6356	0,6676	0,7160	0,7980	0,8101	0,8545	0,8539	0,9112	0,4264	0,4269	0,4639	0,4178	0,4578	R\$ 549.493,00	R\$ 633.264,00	R\$ 824.892,00	R\$ 934.862,00	R\$ 1.077.670,00			
Doutor Camargo	0,6874	0,6933	0,6891	0,6959	0,6725	0,8591	0,8518	0,8822	0,8886	0,8591	0,7230	0,7214	0,7462	0,7004	0,7110	0,4802	0,5068	0,4388	0,4989	0,4474	R\$ 251.941,00	R\$ 195.590,00	R\$ 203.888,00	R\$ 204.392,00	R\$ 225.972,00			
Floral	0,7732	0,7300	0,7793	0,7841	0,7831	0,8126	0,7900	0,8079	0,8838	0,8764	0,8979	0,8718	0,8396	0,8494	0,8843	0,6090	0,5283	0,6904	0,6190	0,5884	R\$ 80.490,00	R\$ 74.957,00	R\$ 98.708,00	R\$ 153.154,00	R\$ 206.018,00			
Floresta	0,7526	0,7349	0,7614	0,7370	0,7777	0,8226	0,8118	0,8594	0,8437	0,8672	0,8960	0,8982	0,9034	0,9284	0,8841	0,5393	0,4948	0,5215	0,4389	0,5818	R\$ 140.477,00	R\$ 160.864,00	R\$ 191.594,00	R\$ 223.108,00	R\$ 207.760,00			
Flórida	0,7944	0,7949	0,7923	0,8030	0,8101	0,8671	0,8658	0,8643	0,8459	0,8654	0,9942	0,9965	0,9813	0,9783	0,9779	0,5218	0,5224	0,5312	0,5849	0,5869	R\$ 92.347,00	R\$ 102.323,00	R\$ 339.041,00	R\$ 143.382,00	R\$ 177.568,00			
Godoy Moreira	0,6654	0,5983	0,6267	0,6339	0,5555	0,7322	0,7211	0,7546	0,7486	0,7644	0,8761	0,8671	0,8141	0,7255	0,5215	0,3879	0,2066	0,3115	0,4274	0,3805	R\$ 221.877,00	R\$ 222.051,00	R\$ 216.677,00	R\$ 242.540,00	R\$ 295.534,00			
Grandes Rios	0,6525	0,6366	0,6514	0,6565	0,6784	0,6255	0,6540	0,6838	0,7376	0,7244	0,8971	0,8957	0,8284	0,7983	0,7846	0,4348	0,3602	0,4422	0,4335	0,5262	R\$ 599.509,00	R\$ 642.524,00	R\$ 687.668,00	R\$ 810.434,00	R\$ 861.074,00			
Ibiporã	0,7895	0,7905	0,7945	0,8056	0,8287	0,7865	0,7909	0,7987	0,8469	0,8753	0,9118	0,9204	0,9161	0,9221	0,9344	0,6703	0,6601	0,6687	0,6477	0,6763	R\$ 1.586.723,00	R\$ 1.859.212,00	R\$ 2.009.007,00	R\$ 2.203.966,00	R\$ 2.547.254,00			
Iguaraçu	0,7404	0,7536	0,7508	0,7950	0,7404	0,8222	0,8142	0,8361	0,8378	0,8420	0,8421	0,9022	0,8734	0,8858	0,8469	0,5570	0,5446	0,5429	0,6614	0,5324	R\$ 124.987,00	R\$ 142.096,00	R\$ 173.272,00	R\$ 169.008,00	R\$ 181.028,00			
Itaquiá	0,5409	0,5461	0,5606	0,6470	0,6464	0,6538	0,6932	0,6726	0,6484	0,6400	0,5224	0,6009	0,6300	0,8235	0,8781	0,4466	0,3442	0,3790	0,4692	0,4211	R\$ 334.041,00	R\$ 395.684,00	R\$ 452.621,00	R\$ 368.508,00	R\$ 275.940,00			
Itaiporã	0,6553	0,6654	0,6935	0,7171	0,6971	0,7623	0,7701	0,8015	0,7995	0,8065	0,6580	0,6644	0,7543	0,7706	0,7279	0,5456	0,5616	0,5247	0,5813	0,5568	R\$ 2.203.293,00	R\$ 2.429.401,00	R\$ 2.657.193,00	R\$ 2.704.822,00	R\$ 2.642.380,00			
Itutuba	0,7779	0,7832	0,7804	0,8195	0,8146	0,9280	0,9350	0,9275	0,9299	0,9427	0,9051	0,9153	0,9560	0,9566	0,9379	0,5004	0,4991	0,4576	0,5719	0,5632	R\$ 81.245,00	R\$ 70.629,00	R\$ 70.487,00	R\$ 85.222,00	R\$ 105.966,00			
Jardim Alegre	0,5528	0,5644	0,5700	0,6138	0,6542	0,7002	0,7346	0,7545	0,7444	0,7405	0,5620	0,5132	0,5771	0,6506	0,7312	0,3962	0,4454	0,3786	0,4463	0,4910	R\$ 1.140.836,00	R\$ 1.301.764,00	R\$ 1.467.181,00	R\$ 1.558.550,00	R\$ 1.577.472,00			
Kalore	0,7484	0,7492	0,7269	0,7448	0,7481	0,8096	0,8105	0,8092	0,8369	0,8523	0,9801	0,9806	0,9462	0,8671	0,8887	0,4555	0,4563	0,4255	0,5303	0,5033	R\$ 323.655,00	R\$ 330.806,00	R\$ 381.325,00	R\$ 434.434,00	R\$ 441.188,00			
Lidianópolis	0,6199	0,6299	0,6642	0,6650	0,6303	0,7918	0,7698	0,7776	0,8050	0,8258	0,6183	0,7278	0,7837	0,7715	0,7034	0,4497	0,3921	0,4313	0,4185	0,3616	R\$ 289.979,00	R\$ 307.471,00	R\$ 349.025,00	R\$ 376.534,00	R\$ 356.086,00			
Lobato	0,7915	0,7491	0,7709	0,8134	0,7352	0,8912	0,8812	0,8706	0,8774	0,8779	0,9132	0,9020	0,9430	0,9726	0,9349	0,5701	0,4640	0,4992	0,5902	0,3928	R\$ 120.224,00	R\$ 128.639,00	R\$ 162.584,00	R\$ 218.498,00	R\$ 267.456,00			
Londrina	0,8394	0,8570	0,8391	0,8505	0,8411	0,7819	0,7815	0,7813	0,7987	0,8036	0,9464	0,9520	0,9538	0,9381	0,9345	0,7900	0,8374	0,7823	0,8148	0,7851	R\$ 12.398.775,00	R\$ 13.222.830,00	R\$ 15.802.248,00	R\$ 18.335.794,00	R\$ 22.610.178,00			
Lunardelli	0,6817	0,7017	0,6948	0,7308	0,6796	0,7247	0,7076	0,7241	0,7373	0,7042	0,8955	0,8882	0,9287	0,9728	0,9451	0,4248	0,5093	0,4316	0,4822	0,3896	R\$ 412.881,00	R\$ 457.478,00	R\$ 538.691,00	R\$ 582.836,00	R\$ 664.114,00			
Lupionópolis	0,6865	0,6809	0,7084	0,7175	0,6890	0,7595	0,6824	0,7851	0,7900	0,7784	0,7898	0,8039	0,8424	0,8257	0,8260	0,5104	0,5564	0,4977	0,5369	0,4626	R\$ 222.486,00	R\$ 251.101,00	R\$ 325.725,00	R\$ 390.040,00	R\$ 439.444,00			
Mandaguacu	0,7388	0,7305	0,7443	0,7610	0,7216	0,7586	0,7620	0,7826	0,8108	0,8505	0,8207	0,7959	0,8277	0,8605	0,8974	0,6370	0,6336	0,6225	0,6118	0,4167	R\$ 700.009,00	R\$ 768.598,00	R\$ 905.121,00	R\$ 919.880,00	R\$ 991.920,00			
Mandaguari	0,7956	0,8326	0,8467	0,8613	0,8480	0,8244	0,8972	0,9127	0,9187	0,9300	0,9364	0,9476	0,9483	0,8940	0,8387	0,6262	0,6528	0,6791	0,7711	0,7754	R\$ 1.299.196,00	R\$ 1.331.672,00	R\$ 1.604.405,00	R\$ 1.587.010,00	R\$ 1.655.156,00			
Manoel Ribas	0,6151	0,6203	0,5951	0,6014	0,6306	0,7342	0,7321	0,7359	0,7525	0,7552	0,6312	0,6422	0,6397	0,6427	0,6227	0,4800	0,4865	0,4096	0,4089	0,5138	R\$ 1.174.622,00	R\$ 1.376.087,00	R\$ 1.595.155,00	R\$ 1.691.352,00	R\$ 1.763.190,00			
Marialva	0,6759	0,7134	0,7223	0,7586	0,7919	0,7543	0,7637	0,7584	0,7852	0,7948	0,6725	0,7095	0,7508	0,8047	0,8656	0,6008	0,6671	0,6576	0,6859	0,7154	R\$ 1.103.967,00	R\$ 1.195.803,00	R\$ 1.368.080,00	R\$ 1.525.244,00	R\$ 1.581.366,00			
Maringá	0,8618	0,8701	0,8647	0,8627	0,8740	0,8284	0,8259	0,8371	0,8476	0,8594	0,9325	0,9322	0,9381	0,9366	0,9391	0,8246	0,8521	0,8189	0,8038	0,8234	R\$ 4.065.376,00	R\$ 4.592.041,00	R\$ 5.927.930,00	R\$ 7.305.422,00	R\$ 8.448.064,00			
Marumbi	0,7174	0,7148	0,7478	0,7677	0,7783	0,7510	0,7568	0,7395	0,7911	0,8152	0,8364	0,8328	0,8650	0,8293	0,7859	0,5650	0,5548	0,6390	0,6828	0,7339	R\$ 273.496,00	R\$ 276.259,00	R\$ 337.483,00	R\$ 341.444,00	R\$ 339.904,00			
Maté de Serra	0,7110	0,6901	0,7162	0,7140	0,7443	0,6749	0,6729	0,7011	0,7007	0,7135	0,8370	0,8737	0,8912	0,9298	0,9167	0,6212	0,5237	0,5563	0,5113	0,6027	R\$ 438.774,00	R\$ 497.034,00	R\$ 497.947,00	R\$ 615.750,00	R\$ 862.416,00			
Miraselva	0,6906	0,7230	0,7319	0,7503	0,7334	0,7125	0,8229	0,8026	0,8067	0,8294	0,8910	0,9144	0,9444	0,9551	0,9242	0,4683	0,4316	0,4486	0,4890	0,4467	R\$ 45.523,00	R\$ 38.436,00	R\$ 50.112,00	R\$ 64.912,00	R\$ 107.724,00			
Munhoz de Melo	0,7152	0,6696	0,7271	0,7173	0,7086	0,8307	0,8363	0,8414	0,8307	0,8185	0,7978	0,7100	0,7235	0,7925	0,8419	0,5172	0,4627	0,6165	0,5289	0,4652	R\$ 121.170,00	R\$ 138.691,00	R\$ 148.532,00	R\$ 148.110,00	R\$ 143.904,00			

## Noroeste Paranaense

IFDM GLOBAL						IFDM EDUCAÇÃO						IFDM SAÚDE						IFDM EMPREGO & RENDA						REPASSE BOLSA FAMÍLIA					
MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013				
Alto Paraná	0.6605	0.6626	0.7021	0.7145	0.7160	0.7631	0.7650	0.7676	0.7499	0.7696	0.7216	0.7155	0.7657	0.7815	0.7831	0.4970	0.5073	0.5731	0.6122	0.5952	R\$ 711.563,00	R\$ 768.546,00	R\$ 999.003,00	R\$ 1.205.966,00	R\$ 1.438.256,00				
Altônia	0.7867	0.7541	0.7647	0.7550	0.7587	0.8395	0.8264	0.8289	0.8258	0.8377	0.9219	0.8784	0.8755	0.8441	0.8799	0.5986	0.5576	0.5897	0.5950	0.5584	R\$ 562.441,00	R\$ 702.093,00	R\$ 896.632,00	R\$ 1.088.976,00	R\$ 1.236.648,00				
Cafetal do Sul	0.6822	0.6721	0.6793	0.7178	0.7354	0.7233	0.7309	0.7611	0.7695	0.8074	0.8568	0.8874	0.8657	0.8452	0.8791	0.4665	0.3979	0.4113	0.5386	0.5196	R\$ 121.631,00	R\$ 171.478,00	R\$ 216.330,00	R\$ 242.462,00	R\$ 286.454,00				
Cianorte	0.8487	0.8538	0.8514	0.8740	0.8647	0.7623	0.7752	0.8005	0.8078	0.8246	0.9577	0.9597	0.9692	0.9796	0.9719	0.8261	0.8263	0.7845	0.8346	0.7975	R\$ 902.739,00	R\$ 931.690,00	R\$ 1.156.781,00	R\$ 1.433.678,00	R\$ 1.694.582,00				
Cidade Gaúcha	0.6229	0.6308	0.6860	0.7327	0.7206	0.7571	0.7549	0.7444	0.7555	0.7809	0.5464	0.6201	0.7011	0.7411	0.7227	0.5652	0.5173	0.6125	0.7013	0.6583	R\$ 189.644,00	R\$ 244.266,00	R\$ 308.790,00	R\$ 372.012,00	R\$ 478.758,00				
Cruzeiro do Oeste	0.6798	0.7127	0.7401	0.7652	0.7616	0.8091	0.8115	0.8620	0.9057	0.9259	0.6484	0.6926	0.6966	0.7183	0.7376	0.5818	0.6341	0.6617	0.6717	0.6212	R\$ 1.106.803,00	R\$ 1.033.795,00	R\$ 838.892,00	R\$ 597.746,00	R\$ 738.368,00				
Cruzeiro do Sul	0.7159	0.6666	0.7034	0.7337	0.7900	0.7559	0.7291	0.7622	0.7810	0.8396	0.8340	0.8267	0.8257	0.8679	0.9066	0.5577	0.4441	0.5223	0.5522	0.6239	R\$ 200.366,00	R\$ 257.245,00	R\$ 346.213,00	R\$ 390.196,00	R\$ 406.666,00				
Diamante do Norte	0.6312	0.6211	0.6354	0.6462	0.6341	0.7747	0.7972	0.7860	0.7728	0.8068	0.6996	0.6347	0.7110	0.6859	0.7301	0.4193	0.4315	0.4092	0.4797	0.3652	R\$ 302.907,00	R\$ 308.852,00	R\$ 348.084,00	R\$ 342.924,00	R\$ 390.386,00				
Guairaçá	0.6546	0.6042	0.6568	0.6560	0.6436	0.7090	0.7337	0.7357	0.7314	0.7393	0.6902	0.6860	0.6873	0.7373	0.6460	0.5645	0.3927	0.5476	0.4993	0.5454	R\$ 342.672,00	R\$ 375.648,00	R\$ 489.601,00	R\$ 519.472,00	R\$ 506.462,00				
Indianópolis	0.6953	0.6975	0.7191	0.7369	0.7254	0.8610	0.8403	0.8335	0.8427	0.8348	0.7381	0.7148	0.7217	0.7093	0.7188	0.4868	0.5375	0.6020	0.6588	0.6227	R\$ 120.271,00	R\$ 97.413,00	R\$ 95.743,00	R\$ 111.602,00	R\$ 125.262,00				
Japurá	0.7225	0.7150	0.7212	0.7198	0.7248	0.8142	0.8066	0.7982	0.8071	0.8076	0.8153	0.8125	0.8387	0.8393	0.8441	0.5382	0.5259	0.5266	0.5131	0.5226	R\$ 201.395,00	R\$ 225.508,00	R\$ 253.351,00	R\$ 271.948,00	R\$ 297.980,00				
Jardim Olinda	0.7266	0.7449	0.7234	0.7033	0.7180	0.7805	0.8281	0.8417	0.8259	0.8589	0.8620	0.8784	0.8835	0.9431	0.8131	0.5374	0.5284	0.4448	0.3407	0.4820	R\$ 119.361,00	R\$ 117.765,00	R\$ 151.578,00	R\$ 166.062,00	R\$ 165.894,00				
Loanda	0.7422	0.7530	0.7405	0.7804	0.7452	0.7615	0.7773	0.7772	0.7895	0.7771	0.8038	0.8356	0.8518	0.8291	0.8036	0.6612	0.6461	0.5923	0.7226	0.6549	R\$ 672.681,00	R\$ 747.503,00	R\$ 886.607,00	R\$ 1.008.820,00	R\$ 1.009.762,00				
Maria Helena	0.6457	0.6868	0.6967	0.6920	0.6868	0.7131	0.7506	0.7524	0.7443	0.7413	0.7382	0.8433	0.8512	0.8383	0.8124	0.4857	0.4664	0.4865	0.4935	0.5066	R\$ 273.328,00	R\$ 262.635,00	R\$ 294.483,00	R\$ 322.690,00	R\$ 334.932,00				
Mirador	0.7440	0.7033	0.7081	0.7007	0.7108	0.8392	0.8191	0.8000	0.7996	0.8163	0.7453	0.7825	0.7491	0.7896	0.7435	0.6475	0.5084	0.5751	0.5130	0.5726	R\$ 105.741,00	R\$ 83.173,00	R\$ 120.142,00	R\$ 182.870,00	R\$ 227.244,00				
Nova Aliança do Ivaí	0.6970	0.7010	0.7108	0.7704	0.7107	0.8526	0.8609	0.8283	0.8177	0.8567	0.5745	0.7611	0.8074	0.8429	0.7304	0.6475	0.5084	0.5751	0.5130	0.5726	R\$ 105.741,00	R\$ 83.173,00	R\$ 120.142,00	R\$ 182.870,00	R\$ 227.244,00				
Nova Londrina	0.6818	0.6727	0.6779	0.7165	0.7681	0.8196	0.7945	0.8424	0.8582	0.8724	0.5975	0.6631	0.6305	0.7501	0.7936	0.6284	0.5606	0.5609	0.5411	0.6384	R\$ 497.561,00	R\$ 510.383,00	R\$ 628.530,00	R\$ 655.736,00	R\$ 617.540,00				
Nova Olímpia	0.6526	0.6803	0.7189	0.7488	0.7039	0.8327	0.8206	0.8831	0.9046	0.8834	0.6790	0.7095	0.7526	0.8099	0.7608	0.4463	0.5107	0.5210	0.5317	0.4675	R\$ 185.547,00	R\$ 195.565,00	R\$ 216.443,00	R\$ 284.494,00	R\$ 331.894,00				
Paranacity	0.7281	0.7494	0.7389	0.7470	0.7668	0.7653	0.7613	0.7709	0.7571	0.7712	0.7878	0.7919	0.8017	0.8594	0.9009	0.6312	0.6948	0.6441	0.6246	0.6284	R\$ 375.075,00	R\$ 452.730,00	R\$ 546.141,00	R\$ 672.830,00	R\$ 709.114,00				
Perobal	0.7851	0.7534	0.7679	0.7591	0.7804	0.8123	0.8088	0.8114	0.8077	0.8602	0.8752	0.8908	0.9027	0.8927	0.9183	0.6678	0.5607	0.5895	0.5770	0.5628	R\$ 256.060,00	R\$ 285.782,00	R\$ 307.212,00	R\$ 337.836,00	R\$ 409.630,00				
Porto Rico	0.6929	0.6499	0.6949	0.7300	0.7604	0.7628	0.7726	0.7539	0.7982	0.8259	0.7468	0.7450	0.7225	0.8006	0.8453	0.5690	0.4321	0.6081	0.5911	0.6101	R\$ 126.245,00	R\$ 149.634,00	R\$ 172.530,00	R\$ 195.580,00	R\$ 202.158,00				
Rondon	0.7582	0.7716	0.7842	0.7808	0.7793	0.7960	0.7825	0.7840	0.8028	0.8227	0.8220	0.7619	0.8533	0.8315	0.8315	0.6567	0.7705	0.7153	0.7081	0.6836	R\$ 148.647,00	R\$ 168.904,00	R\$ 234.044,00	R\$ 301.992,00	R\$ 355.266,00				
Santo Antônio do Caiuá	0.7132	0.7416	0.6672	0.7444	0.7348	0.8241	0.8442	0.8023	0.8303	0.8251	0.8325	0.8757	0.8425	0.7903	0.8001	0.4829	0.5049	0.3568	0.6127	0.5792	R\$ 161.065,00	R\$ 178.425,00	R\$ 209.089,00	R\$ 191.558,00	R\$ 182.432,00				
São João do Caiuá	0.6545	0.6184	0.6257	0.6893	0.6981	0.7091	0.7707	0.7748	0.7690	0.7899	0.7714	0.7228	0.7502	0.8506	0.8850	0.4831	0.3618	0.3522	0.4482	0.4195	R\$ 303.601,00	R\$ 302.614,00	R\$ 319.098,00	R\$ 370.946,00	R\$ 426.236,00				
São Jorge do Patrocínio	0.7599	0.7501	0.7836	0.8071	0.8025	0.7916	0.7984	0.8127	0.8171	0.8674	0.8981	0.8884	0.9394	0.9613	0.9253	0.5899	0.5635	0.5988	0.6429	0.6148	R\$ 341.101,00	R\$ 370.198,00	R\$ 431.516,00	R\$ 472.048,00	R\$ 259.390,00				
São Manoel do Paraná	0.8016	0.7794	0.7851	0.8256	0.8207	0.8792	0.8884	0.8539	0.8485	0.8756	0.8777	0.8362	0.8841	0.9118	0.9691	0.6478	0.6137	0.6172	0.7165	0.6175	R\$ 43.800,00	R\$ 46.654,00	R\$ 61.118,00	R\$ 58.262,00	R\$ 66.306,00				
São Tomé	0.8073	0.7521	0.7614	0.7262	0.7843	0.7819	0.7775	0.7807	0.7722	0.7936	0.9164	0.8521	0.8682	0.7990	0.8728	0.7236	0.6267	0.6353	0.6072	0.6864	R\$ 167.813,00	R\$ 152.524,00	R\$ 139.429,00	R\$ 159.852,00	R\$ 188.814,00				
Tamboara	0.6354	0.6702	0.6506	0.7044	0.6923	0.7605	0.7500	0.7356	0.7674	0.7886	0.6564	0.7578	0.7396	0.7961	0.7137	0.4893	0.5029	0.4766	0.5498	0.5746	R\$ 81.165,00	R\$ 100.508,00	R\$ 139.506,00	R\$ 186.968,00	R\$ 203.886,00				
Terra Rica	0.7849	0.7872	0.8125	0.8009	0.7773	0.7766	0.7567	0.7760	0.8008	0.8291	0.9038	0.9273	0.9547	0.8981	0.8573	0.6743	0.6776	0.7069	0.7037	0.6453	R\$ 542.559,00	R\$ 543.539,00	R\$ 630.613,00	R\$ 671.018,00	R\$ 668.246,00				
Tuneiras do Oeste	0.6763	0.6764	0.6787	0.6706	0.6675	0.7156	0.7317	0.7243	0.7176	0.7393	0.8741	0.9024	0.8691	0.8706	0.8446	0.4394	0.3952	0.4426	0.4236	0.4187	R\$ 439.546,00	R\$ 455.374,00	R\$ 537.153,00	R\$ 578.044,00	R\$ 557.376,00				